



Vanessa Fraguas Serra Lucas

**“Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo
pode haver?”: panfletos manuscritos e emancipação do
Reino do Brasil**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História
Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro
Julho de 2014



Vanessa Fraguas Serra Lucas

**“Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo
pode haver?”: panfletos manuscritos e emancipação do
Reino do Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
História Social da Cultura do Departamento de História do
Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Orientador

Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

Departamento de História - PUC-Rio

Profª Márcia de Almeida Gonçalves

Departamento de História - UERJ

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Vanessa Fraguas Serra Lucas

Graduou-se em 2012 no curso de História, em Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ficha Catalográfica

Lucas, Vanessa Fraguas Serra

“Pode haver povo sem ter rei; e rei sem ter povo pode haver?” : panfletos manuscritos e emancipação do reino do Brasil / Vanessa Fraguas Serra Lucas ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2014.

109 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Panfletos manuscritos. 4. Espaço público. 5. Opinião pública. 6. Emancipação política. 7. Povo. 8. Felicidade. 9. Reino do Brasil. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Aos meus pais, Magda e José Manoel.

Agradecimentos

Ao professor Ilmar Rohloff de Mattos, por toda a atenção, ensinamento, apoio e paciência ao longo deste processo. Foi um orgulho contar com a sua orientação. O aprendizado incomensurável será levado com carinho para a vida.

Aos meus pais, por terem dado todo o apoio e possibilitado que a minha escolha profissional fosse feita com liberdade. Esta dissertação é o resultado do quanto vocês investiram e se dedicaram à minha educação.

À minha mãe que, mesmo antes que eu tivesse escolhido a carreira a ser seguida, já ressaltava a importância da pesquisa. A sua postura com o trabalho foi um exemplo que procurei seguir ao longo deste processo. Espero que eu tenha conseguido herdar pelo menos um pouco do amor, da dedicação e do comprometimento que você sempre demonstrou na sua atuação profissional.

Ao meu pai, por ter possibilitado que a História estivesse presente desde os primeiros momentos. Inicialmente, na forma de ficção, através de viagens em máquinas do tempo que permitiram vivenciar o passado e, aos poucos, apresentando uma análise crítica do processo histórico, sempre ressaltando a importância da História para que possamos atuar no mundo em que vivemos. Você tem uma contribuição extremamente relevante na minha escolha profissional e não poderia ser diferente.

À minha avó Emília, meus primos, Luísa, Pedro e João, e meus tios Carlos e Regina, que proporcionaram, além do apoio e carinho, risadas que foram essenciais.

Às minhas amigas Camila Pinho, Carolina Muller, Elisa Adler, Isabella Carelli, Luísa Côrtes, Luisa Pacheco, Marcela Mansure, Mariana Brasil, Marília Rodrigues, Nathalia Lugon e Renata Nardelli, por estarem sempre presentes e terem contribuído, cada uma de maneira única, para a realização deste trabalho.

À Capes e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado, e aos funcionários do Departamento de História da PUC.

Resumo

Lucas, Vanessa Fraguas Serra; Mattos, Ilmar Rohloff de. **“Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo pode haver?”: panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. 109p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Este trabalho realiza uma análise dos panfletos manuscritos que circularam pelo Reino do Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e em Salvador, entre 1820 e 1823. O movimento constitucionalista, iniciado com a Revolução do Porto em 1820, impulsionou a produção e a circulação de panfletos e periódicos, assim como ampliou as discussões políticas nas duas partes do Império português, permitindo a construção de um espaço público de debate político dissociado do Estado. Nesse espaço, eram discutidas questões relacionadas à elaboração de uma Constituição e ao futuro do Império. Diante da escassez de trabalhos sobre os panfletos manuscritos, esta pesquisa tem como objetivo contribuir para os estudos sobre esses documentos, ressaltando a relevância desse material para a construção de um espaço público e para o desenvolvimento de uma opinião pública. A partir da análise do conteúdo dos manuscritos, procurou-se identificar as principais ideias e conceitos apresentados, compreender as diferentes formas de circulação e apropriação que envolvem esse material, além de ressaltar a importância dos panfletos manuscritos para a compreensão de uma das dimensões do espaço público que estava sendo construído.

Palavras-chave

Panfletos manuscritos; Espaço Público; Opinião Pública; Emancipação política; Povo; Felicidade; Reino do Brasil.

Abstract

Lucas, Vanessa Fraguas Serra; Mattos, Ilmar Rohloff de. **"Can exist People without King, and King without People can exist": manuscripts pamphlets and emancipation of the Kingdom of Brazil.** Rio de Janeiro, 2014. 109p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This work performs an analysis of the handwritten pamphlets that circulated through the Kingdom of Brazil, particularly in Rio de Janeiro and Salvador, between 1820 and 1823. The Constitutionalist Movement, started with the revolution of Porto in 1820, boosted the production and circulation of pamphlets and periodicals, as well as expanded the political discussions in the two parts of the Portuguese Empire, allowing the construction of a public space for political debate dissociated from the State. In this scenario, there were discussed issues related to the drafting of a Constitution and the future of the Empire. Before the shortage of works on the handwritten pamphlets, this research aims to contribute to the studies on these documents, emphasizing the relevance of this material for the construction of a public space and for the development of public opinion. From the analysis of the content of the handwritten pamphlets, we tried to identify the main ideas and concepts presented, understand the different forms of circulation and appropriation involving this material, as well as highlight the importance of handwritten pamphlets for the understanding of the dimensions of the public space that was being built.

Keywords

Handwritten Pamphlets; Public Space; Public Opinion; Political emancipation; People; Happiness; Kingdom of Brazil.

Sumário

1. Introdução	10
2. “Este mundo que habitas, É de outra geração”	15
3. “No meio do pélago imenso de tantas, e tão encontradas opiniões”	34
4. Um “laboratório historiográfico”	59
5. Conclusão	100
6. Bibliografia	102

Abreviações

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

ANRJ – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

BNRJ – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

1. Introdução

É interessante observar, disse, como os significados das palavras se vão modificando sem que nos apercebamos, como tantas vezes as utilizamos para dizer precisamente o contrário do que antes expressavam e que, de certo modo, como um eco que se vai perdendo, continuam ainda a expressar.¹

O trecho acima, escrito por José Saramago em relação a um episódio fictício em que todos os eleitores votaram nulo, possibilita entender um pouco sobre o cenário analisado nesta pesquisa. Apesar de não serem realizadas eleições e, portanto, a anulação dos votos estar longe de consistir em algum problema para a Monarquia, no início da década de 1820, o Reino do Brasil enfrentou uma crise política que permite observar diversos casos em que as palavras sofreram frequentes transformações. Os homens que viveram nas primeiras décadas do século XIX, no Reino do Brasil, encararam um período de profunda transformação na cultura política, na qual começaram a ser afirmadas novas visões de mundo. É nesse cenário que as discussões políticas são ampliadas e tem início a construção de um espaço público de debate político dissociado do Estado, onde as mudanças no vocabulário eram experimentadas.

O interesse pelo tema estudado surgiu em uma disciplina cursada durante a graduação. Através da leitura da obra *Origens Culturais da Revolução Francesa*, escrita por Roger Chartier, foi possível ter o primeiro contato com um trabalho sobre a relação entre a ampliação das discussões políticas e a derrubada do Antigo Regime. Posteriormente, ao realizar a pesquisa para a monografia, onde foi produzido um trabalho sobre a atuação da Intendência da Polícia da Corte no governo joanino, a leitura da obra *Versalhes Tropical*, de Kirsten Schultz, possibilitou o conhecimento de alguns dos panfletos manuscritos utilizados nesta pesquisa e o contato com uma reflexão sobre o crescimento das discussões políticas durante o processo de emancipação do Reino do Brasil. A partir do interesse diante desses documentos, foi iniciado um aprofundamento das leituras sobre a construção da opinião pública nos primeiros anos da década de 1820, no qual foi possível

¹ SARAMAGO, J., *Ensaio sobre a lucidez*, p. 61.

perceber a carência de trabalhos sobre os panfletos manuscritos, o que funcionou como um incentivo para a elaboração do projeto para o Mestrado.

A escassez de trabalhos sobre esses documentos pode ser explicada pelas dificuldades que envolvem a análise dessas fontes. Até agora foram encontrados poucos exemplares: trinta e dois estão no Arquivo Histórico do Itamaraty, um está na Biblioteca Nacional e outro foi apresentado por Oliveira Lima na obra *D. João VI no Brasil*. Grande parte dos manuscritos não apresenta o lugar onde foram produzidos, além de não ser possível identificar seus autores e, muitas vezes, a data em que foram escritos. Os trabalhos sobre a construção de um espaço público no Reino do Brasil, portanto, privilegiaram a análise dos periódicos e dos panfletos impressos. No entanto, é possível encontrar uma referência aos manuscritos na obra de Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos*, onde o autor indica a relevância dessas fontes. A historiadora Kirsten Schultz também cita os panfletos, além de apresentar a transcrição de alguns exemplares. Apenas no final de 2012, foi publicada uma obra dedicada inteiramente aos panfletos manuscritos: *Às armas, cidadãos!*, organizada por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile, reúne os trinta e dois panfletos encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty. Após uma introdução explicativa sobre o cenário de produção desse material, os historiadores apresentaram a transcrição com fotos dos documentos, apontando algumas informações importantes sobre o seu conteúdo. Os organizadores fizeram um esforço para identificar a data e o lugar de produção de cada exemplar, dividindo-os em três partes: os produzidos na Bahia, no Rio de Janeiro e os de origem não identificada, escritos entre 1820 e 1823. Esta pesquisa optou por respeitar a classificação geográfica e temporal apresentada pelos autores da obra, portanto além dos trinta e dois panfletos presentes no livro *Às armas, cidadãos!*, são utilizados os outros dois, encontrados na Biblioteca Nacional e na obra de Oliveira Lima, que foram encaixados na categoria de origem não identificada. Dessa forma, catorze foram escritos na Bahia, onze no Rio de Janeiro, um em Portugal e oito são de origem não identificada.

Os principais autores que trabalham com o crescimento das discussões políticas no Reino do Brasil durante o processo de emancipação são Lucia Bastos e Marco Morel. Na obra *Corcundas e Constitucionais*, Lúcia Bastos põe em evidência a cultura política da Independência entre os anos 1820 e 1822. O ponto central do trabalho é a reflexão sobre a maneira como as ideias produzidas pela

Revolução do Porto foram recebidas no Brasil. A historiadora procurou identificar os conceitos presentes nos folhetos e periódicos com o objetivo de caracterizar a linguagem e a cultura política do período da independência, indicando que a ampliação das discussões políticas e da circulação de panfletos e periódicos possibilitou a formação de uma opinião pública durante esse período.

Marco Morel, no livro *As transformações dos espaços públicos*, apresenta sua reflexão sobre a construção do espaço público na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. O autor, assim como Lúcia Bastos, também desenvolve um estudo sobre a formação da opinião pública, analisando suas várias concepções presentes na imprensa nas décadas de 1820 e 1830. Marco Morel, diferentemente de grande parte dos autores que trabalham com o crescimento das discussões políticas, dá atenção aos panfletos manuscritos produzidos no período em destaque, defendendo que esses documentos não reproduziam passivamente as ideias apresentadas pelos panfletos impressos, mas sim se inseriam em um sistema de contato recíproco entre os dois veículos.

Diante da escassez de trabalhos sobre os panfletos manuscritos, a realização desta pesquisa procurou contribuir para a construção de um campo de estudo sobre esse material. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância dos panfletos manuscritos na construção de um espaço público, apresentar alguns dos significados de opinião pública existentes no início do século XIX, além de analisar a linguagem e o conteúdo desse material. Através do desenvolvimento desses objetivos foi possível apontar que o espaço de discussão política que estava sendo construído era multifacetado e os manuscritos revelam uma de suas dimensões.

Para realizar a pesquisa, além dos panfletos, foram utilizados periódicos, cartas trocadas entre diversas instâncias do governo e textos produzidos por funcionários do governo, com o objetivo de compreender o cenário da formação de um espaço público de debate político no Reino do Brasil, durante os primeiros anos da década de 1820.

O primeiro capítulo apresenta o contexto em que esses panfletos foram produzidos, demonstrando como o movimento constitucionalista se insere na conjuntura de destruição do Antigo Regime. O título “Este mundo que habitas, É de outra geração”, retirado de um panfleto escrito em 1822, foi escolhido, pois na primeira parte do trabalho são discutidas as transformações que marcaram a crise

do Antigo Regime em Portugal, da qual o movimento constitucionalista faz parte. O autor do panfleto se dirige ao monarca e utiliza essa frase como argumento a favor da assinatura de uma Constituição. A partir da exposição da importância do Iluminismo para o desenvolvimento dos movimentos que procuravam romper com a antiga ordem, foi explicado que nesse processo estruturou-se um espaço de debate político separado do governo, possibilitando a formação de uma opinião pública. No mesmo capítulo discutiu-se a mudança na cultura política que ocorreu entre o final do século XVIII e o início do século XIX, abrindo espaço para a afirmação de novos valores entre os indivíduos. Além disso, foi feita uma breve análise sobre a reação das províncias do Reino do Brasil diante da Revolução do Porto.

No segundo capítulo, explicou-se como, nos primeiros anos da década 1820, o espaço de discussão política foi sendo ampliado. O título “No meio do pélogo imenso de tantas, e tão encontradas opiniões”, retirado de uma citação publicada no periódico *O Volantim*, faz referência à pluralidade de posicionamentos diante do crescimento das discussões políticas. Foram analisados alguns dos principais textos que trabalham com a formação da opinião pública de Roger Chartier, Arlette Farge, Keith Baker, Mona Ozouf, Marco Morel e Lúcia Bastos, com o objetivo de esclarecer como se deu o seu desenvolvimento no Reino do Brasil. Para explicar a construção de um espaço público, utilizaram-se documentos e periódicos, apresentando como os homens do período se posicionavam diante da ampliação do debate político. A partir daí foi desenvolvida uma análise da inserção dos panfletos manuscritos na construção de uma opinião pública e como eles contribuíram para o desenvolvimento das discussões, demonstrando as diversas dimensões que envolveram a construção de um espaço público.

No terceiro capítulo, intitulado “Um laboratório historiográfico” em referência à expressão utilizada por Natalie Zamon Davis, foi realizada uma análise do conteúdo dos panfletos, procurando identificar as principais propostas e os conceitos utilizados. Na última parte do trabalho, elaborou-se uma reflexão sobre a maneira como esses panfletos circularam e como eles demonstram as transformações que ocorriam na cultura política.

Por fim, este trabalho procurou encarar as dificuldades que envolvem o trabalho com os manuscritos, não como obstáculos, mas sim como indicadores dos diversos caminhos a serem seguidos. A partir das lacunas deixadas pela documentação é possível elaborar diversas possibilidades, tornando a análise desses

materiais mais enriquecida. Ao comentar o trabalho de Natalie Zamon Davis sobre o peculiar caso de Martin Guerre, Carlos Ginzburg indica a relação entre o caráter científico e a dimensão literária do trabalho do historiador, esclarecendo que diante da dificuldade em identificar o verdadeiro e as provas, o historiador deve trabalhar com o verossímil e com as possibilidades. Nesse ponto, a fala de Manzoni, apresentada por Ginzburg é esclarecedora:

Não deixa de vir a propósito observar que também do verossímil a história se pode algumas vezes servir, e sem inconveniente, porque o faz segundo a boa maneira, isto é, expondo-o na sua forma própria e distinguindo-o assim do real. (...) Faz parte da miséria do homem o não poder conhecer mais do que fragmentos daquilo que já passou, mesmo no seu pequeno mundo; e faz parte da sua nobreza e da sua força o poder conjecturar para além daquilo que pode saber.²

Apesar de ter sido escrito no século XIX, esse caráter só foi incorporado pelos historiadores ao longo do século XX. É exatamente essa capacidade de elaborar diversas hipóteses diante do que não é possível ser comprovado que torna a realização deste trabalho viável. Diante das dimensões que foram perdidas ao longo do tempo, como as conversas, os murmúrios, o disse-que-disse, procurou-se elaborar um laboratório historiográfico no qual o verossímil e o possível puderam ser experimentados.

² GINZBURG, C., *Provas e possibilidades à margem de <<Il ritorno de Martin Guerre >> de Natalie Zemon Davis*. In: *A micro-história e outros ensaios*, p. 197.

2.

“Este mundo que habitas, É de outra geração”³

A passagem do século XVIII para o XIX apresenta uma série de acontecimentos que possibilitaram a quebra da ordem existente no Antigo Regime e a construção de novas formas de organização política. A Revolução do Porto pode ser inserida nesse cenário, a partir do momento que consolidou, em Portugal, as reivindicações por mudanças que ganharam força ao longo da segunda década do século XIX. Iniciada em 1820, as notícias do movimento logo chegaram à parte americana do Império, impulsionando as exigências por transformações e, posteriormente, o desejo de separação entre as duas partes da monarquia.

Diante das transformações ocorridas na América portuguesa desde 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, os portugueses reinóis se mostravam contrários à situação que enfrentavam, exigindo a volta do monarca a Portugal e a assinatura de uma Constituição. Além de enfrentar uma crise gerada pela invasão francesa, Portugal foi deixado sob a responsabilidade do inglês Lord Beresford e submetido à implantação de diversas medidas que implicavam em uma perda do status de metrópole. Inicialmente, com a abertura dos portos, os portugueses perderam o monopólio sobre o comércio do Reino do Brasil; dois anos depois, em 1810, os tratados assinados com a Inglaterra, entre outras vantagens, garantiram aos ingleses o pagamento de uma tarifa alfandegária privilegiada em relação aos portugueses; em 1815, com a derrota de Napoleão, a esperança de que o Príncipe Regente retornasse ao seu país natal foi derrubada com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. Enquanto Portugal enfrentava esse cenário crítico, a nova Corte passava por um período de prosperidade, o que reforçava o sentimento de inversão de papéis entre os portugueses do Reino de Portugal.

A Revolução do Porto se apresentou aos contemporâneos como um acontecimento relevante, pois foi capaz de reunir os diversos sinais de mudanças que apareceram em Portugal e no restante da Europa e, ao mesmo tempo em que agregou essas mudanças, também foi capaz de acelerar o processo de transformação política, inclusive no que diz respeito à relação entre Portugal e o Reino do Brasil.

³AHI – Lata 195, Maço 6, Pasta 13

Antes de 1820, outros eventos já haviam mostrado seu caráter revelador-acelerador⁴. A partir de meados do século XVIII, com o desenvolvimento das ideias iluministas, as bases do Antigo Regime começaram a ser abaladas e, lentamente, foram destruídas. Ao colocar em xeque a organização estamental presente no período e o poder absoluto do rei, os ideais iluministas possibilitaram o desenvolvimento de ideias que questionavam a ordem política e exigiam transformações na sua estrutura. Nesse cenário, a Revolução Francesa é vista como o evento que rompe com o regime político existente, pois os acontecimentos na França abriram caminho para a primeira revolução organizada por escravos, com a Independência do Haiti, impulsionaram os processos de emancipação da América espanhola, além de terem contribuído para a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro que, apesar de não ser um movimento de ruptura, era um evento inédito para o período, já que, até então, nenhum monarca havia deixado a metrópole e se instalado na colônia. Antes da Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos já havia questionado a autoridade metropolitana, conquistando sua autonomia e implantando uma república.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, percebe-se, portanto, a destruição do mundo do Antigo Regime apoiado no absolutismo, em uma sociedade estamental, no monopólio metropolitano e em formas de trabalho compulsório, principalmente a escravidão, ao mesmo tempo em que ocorria o surgimento de novas instituições e valores que iam contra os princípios existentes até então. Acontecimentos como a Independência das Treze Colônias e a Revolução Francesa possuem uma singularidade significativa exatamente por propor a instauração de uma ordem que não era compatível com o Antigo Regime e, por isso, apresentam um caráter surpreendente para os homens do período. De acordo com Reinhart Koselleck “Experimentar uma surpresa significa que algo sucede de distinta maneira de como se había pensado. (...) El continuo que une la experiencia anterior y la expectativa de lo que vendrá se rompe y debe constituir-se nuevamente.”⁵. A separação entre uma colônia e sua metrópole, assim como a derrubada de uma monarquia absolutista, não estavam presentes no horizonte de expectativa dos homens do final do século XVIII, por isso podem ser encaradas

⁴ LE GOFF, J., *Reflexões sobre a História*.

⁵ KOSSELLECK, R., Estratos del tiempo. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia.*, p. 39.

como uma surpresa que rompeu o continuum que vinculava o passado ao futuro. O movimento constitucionalista, decorrente da Revolução do Porto também apresenta um caráter surpreendente, pois a tentativa de separação entre as duas regiões surgiu como algo inesperado, destruindo a expectativa de manter o Reino Unido.

O movimento que possibilitou a construção das bases das revoluções que destruíram o Antigo Regime foi o Iluminismo. O desenvolvimento do Iluminismo e o crescimento da burguesia contribuíram para a criação de uma esfera de interesses desvinculada do Estado, construída por indivíduos que não participavam da política absolutista. Reinhart Koselleck apresenta uma reflexão sobre o assunto, na qual ressalta que, com o movimento iluminista, ocorre uma separação entre moral e política, permitindo a exposição de críticas à ordem política vigente. O autor explica que, com a formação do Absolutismo, o Estado concedeu aos indivíduos “um foro interior” que não interferia na ordem política. A partir daí, a moral passou a ficar subordinada à política. O desenvolvimento do iluminismo, no entanto, permitiu que, a partir desse foro interior, os indivíduos desenvolvessem críticas ao regime político:

O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público. Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Por último, a sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade e permissão para entrar.⁶

Para explicar a crescente separação entre moral e política, Koselleck baseia sua argumentação na obra de Locke. Segundo Locke, existem três espécies de leis: a Lei divina, a Lei civil e a Lei moral que também poderia ser chamada de lei dos filósofos ou lei da opinião pública. Se o Estado não autorizar as leis morais, a sociedade pode criar espaços de construção e discussão dessas mesmas leis, como por exemplo, as lojas maçônicas. Dessa maneira, a partir do momento que os cidadãos constroem suas próprias leis morais que são dissociadas das leis estatais, não estão completamente submetidos ao Estado e é dessa forma que a moral civil entra no espaço público.

Para Koselleck, é através do desenvolvimento dessas críticas ao Estado, ou seja, do momento em que a moral não está mais submetida à política, que passa a

⁶ KOSELLECK, R., *Crítica e Crise*, p. 49.

ser construída uma força separada do Estado que pode ser entendida como opinião pública. Como o próprio autor explica, “O espaço privado alarga-se por força própria em espaço público, e é somente no espaço público que as opiniões privadas se manifestam como lei.”⁷ A partir do momento que as opiniões privadas ganham força no espaço público, o Estado Absolutista começa a ter sua estrutura destruída. O movimento iluminista, portanto, permite a formação de um espaço de debate político dissociado do governo, onde são discutidas ideias que questionam a ordem vigente, possibilitando a formação de uma opinião pública.

Com a construção desse espaço público, entram em cena ideias relacionadas ao constitucionalismo, à liberdade e à representatividade que proporcionaram a construção de uma nova forma de entender o mundo, possibilitando uma mudança na cultura política. Toda a cultura política consiste na forma pela qual determinado grupo compreende a realidade em que vive. As ideias iluministas permitiram que o papel do rei, a organização política e a estrutura da sociedade fossem questionados, possibilitando, dessa maneira, a criação de uma nova visão de mundo na qual o poder do monarca era limitado por uma Constituição e a burguesia tinha espaço de participação política. A cultura política está diretamente relacionada ao momento histórico em que é produzida, dessa maneira, ao serem feitas transformações na estrutura política e social de determinada sociedade, a cultura política também é transformada. De acordo com Serge Bernstein, a cultura política

É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contribuição demasiado forte com as realidades.⁸

Na virada do século XVIII para o século XIX, a cultura política vigente até o momento deixa de fazer sentido em um mundo onde a ordem política, social e econômica estava sendo discutida. Nesse momento, elementos que faziam parte da cultura política do Antigo Regime passam a ser questionados, permitindo a construção de uma nova forma de encarar o mundo. Como a cultura política está vinculada a uma forma de o indivíduo e de diferentes grupos se posicionarem frente à realidade em que vivem, em um mesmo momento histórico podem coexistir

⁷ Ibid., p. 52.

⁸ BERSTEIN, S., A cultura política. In: SIRINELLI, J. F., *Para uma história cultural*, p. 357.

diversas culturas políticas. Entre os séculos XVIII e XIX, havia diferentes maneiras de compreender a ideologia liberal, o que possibilitou a constituição de variadas culturas políticas. Um exemplo pode ser pensado em relação à aplicação do liberalismo no Reino do Brasil que, ao contrário de outras regiões, enfrentou a interferência da Igreja na vida pública e a permanência da escravidão. Mesmo nas regiões coloniais que formavam o Reino do Brasil, existiam diversas formas de se apropriar das ideias em evidência nesse período, o que foi traduzido em diferentes projetos políticos que surgiram ao longo do processo de emancipação. Ao representar os valores das práticas políticas das sociedades, a concepção de cultura política está em constante transformação, o que torna possível entendê-la como uma construção histórica, datada e plural.

A explicação do termo cultura política, apresentada por Keith Baker, ressalta sua relação com os discursos e práticas presentes em determinada sociedade:

If politics, broadly constructed, is the activity through which individuals and groups in any society articulate, negotiate, implement, and enforce the competing claims they make one upon another, then political culture may be understood as the set of discourses and practises characterizing that activity in any given community. Political culture comprises the definitions of the relative positions from which individuals and groups may (or may not) legitimately make claims one upon another, and therefore of the identity and boundaries of the community to which they belong (or from which they are excluded).⁹

Exatamente por estar atrelada aos discursos e práticas que a concepção de cultura política é multifacetada e está em constante transformação. Em uma sociedade, é possível encontrar diferentes grupos com interesses distintos e, a partir das expectativas de cada grupo, são construídos discursos de exigências de modificações no campo político. Durante a Revolução Francesa, por exemplo, foram formadas diferentes correntes que tinham em comum a defesa pelo fim do absolutismo, porém por caminhos distintos. Se por um lado, os jacobinos exigiam mudanças mais profundas, chegando, inclusive, a implantar uma república e o voto universal masculino, a alta burguesia, por outro lado, defendia uma monarquia constitucional com voto censitário. Percebe-se, portanto, que em um mesmo momento histórico surgem diferentes formas de se posicionar diante das

⁹ BAKER, K., *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture: The Political Culture of the Old Regime*, p. XII.

modificações na sociedade, o que possibilita a construção de variados discursos e práticas.

A mudança na cultura política também implica em uma transformação no vocabulário utilizado, o que está diretamente relacionado ao objeto deste estudo. Ao analisar o período da emergência da modernidade alemã, de 1750 a 1850, Reinhart Koselleck apresenta quatro categorias que ajudam a explicar a intensa transformação que ocorre no vocabulário político e social do país. Melvin Richter, ao comentar a obra do historiador alemão, sintetiza as quatro categorias: temporalização, democratização, ideologização e politização. A temporalização estaria relacionada à capacidade de elaborar novas formas de organização para o futuro. A democratização consistiria na ampliação do alcance das discussões políticas, deixando de serem realizadas apenas pela elite. A ideologização seria as diferentes maneiras que um mesmo vocabulário poderia ser apropriado por grupos distintos e a politização consistiria na utilização das palavras como armas políticas.

Por mais que Koselleck tenha elaborado essas quatro categorias pensando no caso alemão, é possível utilizá-las para compreender o movimento constitucionalista ocorrido em Portugal e no Reino do Brasil, nos primeiros anos da década de 1820. A temporalização pode ser notada através da ruptura representada pela Revolução do Porto, pois, com o movimento, surge a ideia da construção de um futuro diferente e considerado melhor que o passado. Ou seja, com a Revolução, a ideia de liberdade, em oposição ao despotismo do passado, passa a ser entendida como objetivo final a ser alcançado.

Nos primeiros anos da década de 1820, também é possível notar a democratização do debate político. A Revolução do Porto impulsionou a produção de panfletos e periódicos nas duas partes do Império, permitindo que as discussões saíssem da Corte e chegassem à Rua¹⁰. A partir daí, passa a ser construído um espaço público que conta com a participação de diferentes grupos sociais. Com a ampliação das discussões políticas, os próprios letrados passam a se considerar responsáveis pela instrução dos cidadãos, como é possível notar no trecho a seguir retirado do periódico *Semanário Cívico*, publicado em maio de 1821, na Bahia:

Mais de uma vez temos anunciado, nesta folha, que a instrução pública era a base da felicidade das nações; que não basta possuírmos uma sábia Constituição, que é

¹⁰ ROHLOFF, I. M., *O tempo saquarema*.

necessário ter educação adaptada para a receber, que debalde desejaremos que os homens cumpram os seus deveres, se eles ignorarem quais sejam. É pois fundados neste princípio que nos apressamos em transcrever nesta folha um pequeno Catecismo político, composto nesta cidade por um zeloso cidadão, interessado no bem público, que poderá servir para instrução dos meninos nas aulas de primeiras letras.¹¹

Em seguida, é apresentada uma explicação de como funcionaria o governo constitucional. No trecho é possível notar que a instrução dos indivíduos está relacionada ao bom funcionamento do novo regime político. Diferentemente do Antigo Regime, quando o rei era visto como soberano e não havia um corpo de leis que representasse o povo, essa nova organização política contava com a participação dos cidadãos para cumprirem os deveres políticos apresentados pela Constituição.

A democratização das discussões também permitiu a ideologização do vocabulário, na medida em que os diferentes sujeitos que compunham o cenário político apresentavam formas distintas de se apropriar das ideias em jogo. Termos como escravidão, nação, liberdade e despotismo passaram a ser aplicados de diversas maneiras. A palavra escravidão, por exemplo, passou a ser utilizada como uma referência à ausência de uma Constituição. O trecho da carta de um leitor do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1823, retrata esse processo: “Agora, como estes Srs. dão uma significação nova a todos os termos, de que usam, um dicionário não nos serve para nada, é preciso observar a sua conduta para entender a sua nova linguagem”.¹² Como é possível observar, com o rápido crescimento das discussões e da produção de panfletos, o vocabulário também sofreu muitas modificações, sendo empregado de diferentes maneiras pelos diversos grupos que participavam do debate político.

A politização do vocabulário também está relacionada à ampliação das discussões e à construção de um espaço público. Por meio de panfletos, manuscritos e impressos, e periódicos era travado o debate sobre as possíveis transformações políticas no Império português. Nesses veículos, as palavras como escravidão, despotismo e liberdade, por exemplo, eram utilizadas como armas políticas para criticar a antiga ordem e propor o surgimento de novas instituições. No trecho a

¹¹ *Semanário Cívico*. N. 10, 3 de maio de 1821.

¹² Trecho da carta de um “Anglo-Brasileiro” aos redatores do *Diário do Rio de Janeiro*. N. 105, 12 de maio de 1823.

seguir, retirado do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, é possível observar a politização dos termos liberdade e despotismo: “A liberdade é congênita com o Brasileiro; o horror ao Despotismo é inato aos Americanos.”¹³ O autor utiliza os termos em oposição exatamente para demonstrar que a liberdade almejada deve surgir no lugar do despotismo que deve ser destruído, contrastando a América como o lugar da liberdade diferente do despotismo europeu.

A utilização dessas quatro categorias ajuda a compreender a mudança na cultura política que ocorre no início do século XIX, no Império português, impulsionada pela Revolução do Porto. A partir do movimento, a sociedade portuguesa passou a lutar pelo fim do Antigo Regime e pela instauração de uma nova ordem, na qual o rei deixa de ser o soberano e passa a governar sob uma Constituição. Nessa nova cultura política, o monarca, que enfrentava a perda de sua autoridade, deixa de ser visto como o responsável pela felicidade dos seus súditos e, a partir daí, é a própria nação que passa a buscar sua felicidade.

Durante o século XVIII, esse termo normalmente estava vinculado à responsabilidade de um soberano proteger os seus súditos. O monarca, visto como a figura de maior autoridade, devia garantir o bem estar da população submetida ao seu governo. No entanto, com o crescente processo de perda de autoridade, o termo felicidade começou a ganhar novos sentidos, passando a estar relacionado à participação política. De acordo com Hannah Arendt é a partir da independência dos Estados Unidos, que a ideia de busca da felicidade ganha esse novo significado:

De qualquer maneira, de uma coisa, pelo menos, podemos estar certos: a Declaração de Independência, embora torne imprecisa a distinção entre felicidade pública e privada, pelo menos nos leva a entender a expressão ‘busca da felicidade’ em seu duplo significado: bem-estar pessoal e o direito à felicidade pública, ou seja, a busca do bem-estar e a ‘participação nos negócios públicos.’¹⁴

Segundo a autora, no Antigo Regime, felicidade representava a felicidade pessoal, ao passo que com a derrubada do Absolutismo e dos privilégios estamentais começa a ser construída a ideia de felicidade pública, ou seja, a participação dos cidadãos na esfera pública. Esse mesmo processo ocorre no início do século XIX no Reino do Brasil. Ao escrever suas memórias sobre o período

¹³ *Revérbero Constitucional Fluminense*. N. 19, 19 de março de 1822.

¹⁴ ARENDT, H., *Da Revolução*, p. 105.

joanino, Luiz Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, relata que “(...) a Providência decretara, que Vossa Alteza Real nascesse, para vir fazer em tão remotos climas a felicidade destes povos, unida ao príncipe amável, glória, e esperança da lusa monarquia.”¹⁵ Luiz Gonçalves dos Santos, como cronista da Corte joanina, desejava preservar a imagem de um monarca absolutista, por isso ressalta que sua vinda para o Brasil garantiu a felicidade dos povos do Reino do Brasil. No entanto, com o crescimento do movimento constitucionalista, a nação passou a se encarregar da busca da felicidade, relacionando a felicidade com a exigência de uma Constituição, como é possível notar em alguns panfletos produzidos nos primeiros anos da década de 1820. A própria participação em um movimento que exigia mudanças na estrutura política já demonstrava uma postura que pode ser entendida como a busca da felicidade.

Esse processo que retira das mãos do monarca a responsabilidade de garantir a felicidade de seus súditos está relacionado à decadência da autoridade da monarquia. De acordo com a reflexão apresentada por Hannah Arendt, as revoluções são consequência da perda de autoridade, ou seja, antes de as revoluções ocorrerem já era possível notar um processo de crescente instabilidade da autoridade. A autora ressalta que no caso francês já era possível notar essa perda desde o século XVII e que, antes da Revolução, Montesquieu apresentava certa preocupação com as bases políticas do Absolutismo, “pois as nações da Europa, embora ainda se regessem por hábitos e costumes, não mais se sentiam à vontade politicamente, não mais confiavam nas leis sob as quais viviam, e não mais acreditavam na autoridade daqueles que as governavam.”¹⁶ O mesmo processo pode ser notado no caso português: a Revolução do Porto explicita uma insatisfação da população portuguesa diante da situação a qual Portugal estava submetido desde 1808. Para os revolucionários, não havia legitimidade em um monarca que governava de outro continente e, por isso, o retorno de D. João VI, assim como a elaboração de uma Constituição se mostravam como medidas relevantes para que a nação portuguesa se identificasse com a ordem política.

A Revolução de 1820, ao exigir a elaboração de uma Constituição, também deslocou a soberania. Ao longo do Antigo Regime, o rei, além de ser considerado o responsável pela felicidade dos seus súditos, também era reconhecido como

¹⁵ SANTOS, L. G. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil - Tomo II*, p. 142.

¹⁶ ARENDT, H., *Da Revolução*, p. 93.

soberano. No entanto, a partir dos movimentos de derrubada da antiga ordem essa soberania deixa de estar relacionada à figura do monarca e passa a estar atrelada à nação ou ao Povo. Com a construção dessa nova cultura política, nas primeiras décadas do século XIX, o rei passa a ser responsável por governar de acordo com os interesses da nação que, a partir daí, é considerada soberana. São os representantes da nação que devem elaborar uma Constituição que represente seus interesses, enquanto o monarca tem o dever de garantir a execução dessas leis.

Com essa nova cultura política, passa a estar presente a ideia de que os indivíduos são capazes de expressar publicamente críticas à ordem existente. A partir do momento que o foro privado se expande e se torna público, como explica Koselleck, os homens passam a expor suas insatisfações, propondo novas formas de organização política. É possível notar esse processo de construção de um espaço público ao analisar a Revolução do Porto, pois, com o movimento, ocorre uma multiplicação da produção de panfletos e periódicos que discutiam as transformações necessárias para o Reino, contribuindo para a formação de uma opinião pública em Portugal e no Reino do Brasil.

A construção da opinião pública está diretamente relacionada à destruição do Antigo Regime, demonstrando a crescente politização de um espaço público que estava se constituindo. Nesse cenário, a opinião pública surge como uma força que possui uma visão distinta daquela defendida pelo Estado, ou seja, é através das manifestações dessa opinião pública que são apresentadas as propostas de mudanças políticas. Por mais que o movimento de ruptura entre o antigo e o novo, no Império português, só tenha ocorrido em 1820, o governo luso já enfrentava uma profunda crise nos primeiros anos do século XIX, quando a invasão napoleônica incentivou a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Apesar da crise e do surgimento de algumas manifestações contrárias ao governo português, foi apenas com a Revolução do Porto que o debate político se desenvolveu o suficiente para construir uma força chamada de opinião pública.

Ao se instalar nos trópicos, o governo português precisou realizar inúmeras mudanças para transformar a cidade colonial em uma verdadeira Corte, atendendo às necessidades da monarquia lusa. A criação da Imprensa Régia e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram medidas extremamente relevantes para uma cidade que passava a sediar a Corte, afinal a nova residência da família real deveria possuir um veículo para registrar e difundir os feitos do governo. Antes da instalação da

Impressão Régia, os habitantes do Reino do Brasil tinham acesso à *Gazeta de Lisboa* e outros periódicos portugueses, após sua instalação, além da *Gazeta do Rio de Janeiro*, também passou a circular o *Patriota* e a *Idade d'Ouro do Brasil*. Apesar da criação da Impressão Régia, as autoridades portuguesas procuraram controlar rigorosamente a circulação de ideias. Devido ao grande número de novos habitantes na cidade e à instalação da família real portuguesa, a quantidade de navios e de indivíduos que circulavam pela região também cresceu. Diante dessa situação, o governo português procurou reforçar os mecanismos de controle tanto da circulação de indivíduos como da circulação de ideias, impedindo que fossem divulgados livros ou periódicos que questionassem a ordem política vigente. Como já foi explicado, o início do século XIX é marcado por uma crescente mudança na forma de enxergar o mundo, ou seja, é um período assinalado pelo surgimento de novos ideais, entre os quais a concepção de que o rei deveria governar a partir de uma Constituição, com a participação dos cidadãos. Ao se instalar no Rio de Janeiro, o governo português tenta afastar esses novos ideais, permanecendo apoiado na organização política do absolutismo, por isso a necessidade de reprimir a difusão dos “abomináveis princípios franceses”.

Apesar de a imprensa ser vista como um espaço importante para discussões que levariam ao progresso de uma nação desde o Iluminismo, na América portuguesa essa ideia só seria incorporada com a agitação gerada pela Revolução do Porto. A partir de 1808, a Mesa do Desembargo do Paço e a Intendência da Polícia estavam encarregadas de examinar os livros, panfletos e periódicos que chegavam ao país. Além disso, a Intendência também era responsável por controlar o comportamento inadequado de alguns indivíduos, o que incluía possíveis manifestações contrárias à ordem vigente. Outro ponto relevante em relação à censura é apontado por Laurence Halleweel¹⁷ ao afirmar que mesmo com o aumento do número de habitantes e o surgimento de instituições de caráter cultural, não há crescimento do número de livrarias, pois poucas obras eram permitidas pelo governo.

Apesar da criação da Impressão Régia, portanto, não há o surgimento de um espaço público de debate político. Os veículos que tinham permissão para circular pelo Reino do Brasil se encaixavam no modelo de gazeta típicos do Antigo Regime,

¹⁷ HALLEWELL, L., *O livro no Brasil*.

ou seja, eram publicações oficiais que registravam os feitos da Coroa. É importante levar em conta que, mesmo com todo o controle efetivado pelas autoridades portuguesas, obras e periódicos proibidos conseguiam chegar à América portuguesa. Um exemplo é o *Correio Braziliense* que, mesmo impedido de circular, chegava ao país, apresentando críticas à monarquia portuguesa.

Ao chegarem ao Reino do Brasil, as notícias sobre os revolucionários do Porto tiveram uma significativa repercussão, contribuindo para o rápido crescimento da produção de panfletos, impressos e manuscritos, que discutiam a possível volta de D. João VI e o futuro da organização política do Império português. O crescimento da produção de panfletos foi tão notável que, entre os anos de 1821 e 1822, a quantidade de panfletos escritos foi superior à do período entre 1808 e 1820. Ao mesmo tempo, além dos panfletos, livros e periódicos também passaram a circular com maior facilidade, contribuindo mais ainda para o desenvolvimento das discussões políticas. A adesão das províncias do Reino do Brasil ao movimento constitucionalista português permitiu a construção de um espaço de debate político onde o governo não tinha mais controle sobre as ideias discutidas. Um exemplo dessa diminuição do controle por parte das autoridades portuguesa é a abolição da censura prévia no Reino do Brasil, realizada em agosto de 1821, que pode ser entendida como uma decisão tomada diante da ampliação da circulação de panfletos. Em 1821, portanto, há um rompimento com o quadro existente até então, a partir do momento em que o governo não é mais capaz de controlar o debate político travado pela sociedade. Com o movimento constitucionalista, o governo, que desde a transferência da Corte procurava impedir e abafar as críticas e movimentos que pudessem desestabilizar a monarquia, perdeu o controle diante da força das manifestações nas diversas províncias do Reino do Brasil.

Todavia, a ideia de separação não estava presente desde o início da adesão ao movimento. Inicialmente, algumas províncias simpatizaram com as propostas apresentadas pelas Cortes, pois a elaboração de uma Constituição, para os moradores de grande parte das províncias do Reino do Brasil, significava transformações nos privilégios que haviam surgido desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro. O processo que transformou o Rio de Janeiro na cabeça da monarquia portuguesa gerou certa insatisfação entre a população das outras províncias diante da posição privilegiada da capital. Mesmo antes do movimento

constitucionalista, em 1817, a Revolução Pernambucana já havia demonstrado uma oposição à política adotada pela monarquia no que diz respeito à defesa dos interesses do Rio de Janeiro.

A partir da instalação da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, o papel de cidade e Corte se confundem: a nobreza portuguesa que, através da etiqueta e cerimônias, vivia ao redor do monarca, convivia com escravos e forros em um mesmo espaço. Diante das características coloniais da cidade, o governo português procurou efetivar melhoramentos na região para transformá-la em uma Corte, o que permitiu a construção de uma imagem da capital como área civilizada em oposição ao restante das províncias do Reino do Brasil. Esse processo permitiu que a cidade conquistasse um status diferente do restante do Reino, se tornando a “nova Lisboa”, o que possibilitou o surgimento de profundas divergências entre essa região e as outras províncias. Além da transformação física da cidade em Corte, a população também conquistou diversos benefícios, sobretudo os comerciantes que assistiram ao crescimento dos seus negócios através da abertura dos portos e negociações com o Real Erário. Os benefícios adquiridos por viverem próximos ao monarca, como a obtenção de títulos nobiliárquicos, concessão de terras e créditos do Banco do Brasil, eram usufruídos principalmente pelos “amigos do rei”, que se beneficiavam das medidas políticas voltadas para a mesma região. No momento inicial, portanto, o que moveu a adesão das províncias do Reino do Brasil ao movimento português foram os conflitos internos entre as próprias províncias, que, no decorrer do movimento, seriam esquecidos temporariamente diante do que ficaria conhecido como “política das Cortes”, geralmente entendida como tendo um objetivo de recolonização.

Os conflitos entre as províncias do Reino do Brasil e Portugal se tornaram evidentes com a publicação do Decreto de Outubro de 1821, que apresentava uma proposta de interferência direta na definição da autonomia das províncias em relação ao Rio de Janeiro. De acordo com a medida, seriam criadas juntas provinciais, submetidas às Cortes, que assumiriam o lugar dos governadores; seria formado um Governo de Armas em cada província, também submetido às Cortes; os órgãos de governo instalados no Rio de Janeiro após a transferência da Corte deveriam ser fechados; D. Pedro deveria retornar a Portugal. Os pontos que diziam respeito ao esvaziamento do poder de D. Pedro e ao aumento da autonomia provincial agradaram os deputados de províncias como a Bahia e Pernambuco,

porém a questão relacionada à formação de um Governo de Armas gerou certa insatisfação, pois permitia que Portugal interviesse militarmente.

Apesar de essas medidas consideradas autoritárias pelos habitantes do Reino do Brasil terem sido apresentadas ao longo do movimento, desde suas primeiras manifestações, a Revolução do Porto já demonstrava um sentimento antibrasileiro ao propor o deslocamento da sede da monarquia para Lisboa, tirando do Rio de Janeiro e do Reino do Brasil a posição central no Reino Unido. A partir do Decreto de Outubro, as propostas apresentadas pelas Cortes passaram a demonstrar um liberalismo contraditório, pois defendiam a aplicação de princípios liberais em Portugal e, ao mesmo tempo, a aplicação de uma política mercantilista e opressora em relação ao Reino do Brasil:

Ora, o que em Lisboa constitui obra de radicalismo, no Rio de Janeiro vai adquirir, por força, o sabor do despotismo. E adquire-o até para os que, com igual sinceridade, abraçam os mesmos princípios liberais. O que da outra banda do oceano parece nitidamente um avanço no caminho da perfeição, quer dizer, da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da simplicidade, da virtude, da razão, atingida através do governo do povo pelo povo (a palavra, mas só a palavra, "democracia", ainda não goza de seu moderno bom crédito), assemelha-se desta banda a um retrocesso.¹⁸

Após a anunciação das medidas entendidas como autoritárias por aqueles que habitavam o Rio de Janeiro, há a formação de dois “partidos”: o “partido” português, que defendia a manutenção da região como uma parte do Império português e o “partido” brasileiro, que defendia a permanência das vantagens adquiridas com a transferência da Corte e a separação entre Brasil e Portugal. Entre os grupos que compunham o “partido” brasileiro, é possível encontrar os “aristocratas” que, representados pela figura de José Bonifácio ao propor a reunião de um Conselho de Procuradores no Rio de Janeiro, defendiam a sujeição de todas as províncias ao Rio de Janeiro, reforçando a autoridade de D. Pedro. Outro grupo que compunha o mesmo “partido” era o dos “democratas”, que tinham como seu principal representante Gonçalves Ledo, defendendo a subordinação de D. Pedro aos representantes da nação e a elaboração de uma Constituição para o Brasil que representasse a soberania do povo.

¹⁸ HOLANDA, S. B., A herança colonial: sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico. O processo de emancipação*, p. 14.

As diferenças entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo são um exemplo da constituição de diferentes culturas políticas a partir da apropriação da ideologia liberal. Segundo Serge Bernstein, a cultura política “É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos”¹⁹, ou seja, ao mesmo tempo que a cultura política representa os valores e práticas de determinado grupo, também está relacionada ao processo de apropriação individual dos ideais presentes em determinada sociedade. No que diz respeito a José Bonifácio e a Gonçalves Ledo, apesar de os dois se apropriarem dos ideais constitucionalistas, ao interiorizarem essas ideias, chegaram a conclusões distintas sobre sua aplicabilidade no Reino do Brasil, agregando, dessa forma, outros indivíduos que se identificaram com as diferentes propostas.

De fato, havia mais interesses em jogo que a divisão entre os “partidos”, apesar de ser esclarecedora, não é capaz de traduzir. O Reino do Brasil reunia um conjunto de múltiplas identidades políticas que estava longe de encontrar um sentimento de unidade. As províncias não possuíam uma identidade em comum, apresentando interesses distintos desde o período colonial até o Império. O vínculo entre as províncias só era notado pelos estrangeiros “e o continente do Brasil representava, para os coloniais, pouco mais que uma abstração”²⁰. Para os habitantes das províncias, além da língua e da religião, a única coisa que os aproximava era a relação com a metrópole, exemplo disso é que no contexto da Emancipação o significado dos termos pátria, nação e país são distintos: país era o Brasil, nação era a portuguesa e pátria eram as províncias.

Por apresentarem identidades diversas, cada província compreendeu o movimento constitucionalista português de uma maneira diferente e apresentou propostas distintas que correspondiam aos seus interesses. Exemplo da diversidade de realidades entre elas pode ser notada em relação ao recebimento das notícias sobre as reuniões das Cortes. Auguste de Saint-Hilaire relata, em março de 1822, que na região de Água Comprida, em São Paulo

(...) As revoluções que se operaram em Portugal e no Rio de Janeiro não tiveram a menor influência sobre os habitantes desta zona paulista; mostram-se absolutamente alheios às nossas teorias; a mudança de governo não lhes fez mal nem bem, por conseguinte não se tem o menor entusiasmo. A única coisa que

¹⁹ BERSTEIN, S., A cultura política. In: SIRINELLI, J. F., *Para uma história cultural*, p. 359.

²⁰ JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. G., Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta. Formação: Histórias*, p. 140.

compreendem é que o restabelecimento do sistema colonial lhes causaria dano, porque se os portugueses fossem os únicos compradores de seu açúcar e café não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora o fazem. Professam, como outrora, o mesmo respeito pela autoridade, falam sempre do Rei como árbitro supremo de suas existências e da de seus filhos. É sempre ao Rei que pertencem os impostos, as passagens dos rios etc.²¹

Como é possível notar, nessa região de São Paulo não havia o mesmo entusiasmo que na Bahia ou no Rio de Janeiro. O próprio reconhecimento do monarca, de acordo com Saint-Hilaire, permanece o mesmo de antes da eclosão da Revolução. Entre as diversas peças²² que compunham o Reino do Brasil, as diferenças mais profundas, e também mais relevantes para este trabalho, são entre o Rio de Janeiro e a Bahia. A adesão à revolução portuguesa representava, para os baianos, uma forma de eliminar a hegemonia da capital, conquistando uma maior autonomia diante do poder central. Além de não usufruírem dos mesmos privilégios que os habitantes da Corte, os negociantes baianos também se sentiam prejudicados desde a assinatura dos Tratados de 1810. Como esses tratados favoreciam os ingleses, muitos comerciantes baianos tiveram perda nos lucros, pois realizavam grande parte do comércio com Portugal e com a África. Ao longo do processo revolucionário, o posicionamento da Bahia era um ponto importantíssimo para o desenrolar do movimento, pois a província era a que mais gerava lucros para Coroa, dessa forma seu alinhamento com Lisboa ou com Rio de Janeiro definiria os rumos da Revolução.

A relação entre as duas províncias se torna ainda mais relevante para esta pesquisa se forem analisados os aspectos culturais de cada região. Os dois espaços passavam por uma efervescência cultural e política desde o século XVIII com o crescimento da circulação de livros e panfletos, que se refletiu nas respectivas conjurações. No início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa no Brasil, a capital assistiu à fundação da Biblioteca Real, da Impressão Régia e da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, enquanto na Bahia foi fundada a primeira tipografia particular, que publicava o periódico *Idade D'Ouro do Brasil*. Mesmo com o esforço do governo em proibir a entrada de obras que pudessem questionar o regime político, esse cenário contribuiu para que a população das duas províncias

²¹ SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo* (1822), p. 156.

²² JANCSÓ, I, e PIMENTA, J. P.G., Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta. Formação: Histórias*.

e, principalmente, de Salvador e da capital, entrasse em contato com as tão temidas ideias iluministas e construísse um espaço de discussão política mais amplo. A própria possibilidade dos panfletos manuscritos terem sido produzidos no Rio de Janeiro e na Bahia pode demonstrar um maior desenvolvimento do espaço público nessas regiões.

As diferenças entre as províncias fizeram com que as discussões sobre a manutenção da unidade do Reino do Brasil se intensificassem ao longo do processo de emancipação. Como já foi exposto, as províncias possuíam experiências diversas que foram traduzidas em interesses distintos no início da década de 1820. Para aqueles que integravam o governo português no Rio de Janeiro, a adesão à Revolução representava a possibilidade de um rompimento da união entre as províncias, como é possível notar nas palavras de Silvestre Pinheiro: “Definiu-se enfim a sorte do Brasil; quebrou-se o nexo, que unia suas províncias a um centro comum”²³. Para Silvestre Pinheiro, a participação do Pará e da Bahia no movimento português era uma ameaça à permanência da unidade do território do Reino do Brasil, governado por D. João. O nexo que unia as províncias, citado por Silvestre Pinheiro, seria o poder central da monarquia, dessa forma a aproximação entre Bahia e Portugal gerava o temor de uma perda do controle daquele território chamado de Reino do Brasil pelo governo do Rio de Janeiro.

Nos primeiros anos da década de 1820, sobretudo após a decisão de rompimento com Portugal, começa a crescer o medo de uma fragmentação do território frente à frágil união entre as províncias que demonstrava a ausência de um sentimento nacional. Diante dessa situação, o governo de D. Pedro estava encarregado de construir um Estado que não possuía uma nação, como é possível notar na observação levantada por Saint-Hilaire “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.”²⁴ A ausência de uma identificação nacional, ao lado da fragmentação que ocorrera na América espanhola, se mostrava como uma ameaça à unidade do Império do Brasil. Havia, ainda, o temor de que ocorresse uma revolta organizada pelos escravos, repetindo a experiência haitiana. O medo de um movimento liderado por negros já assombrava o governo e os grupos dominantes desde fins do século XVIII e se tornou ainda mais intenso ao longo da instabilidade presente no início da década de 1820. Em uma carta dirigida a D.

²³ FERREIRA, S. P. *Ideias Políticas*, p. 39.

²⁴ SAINT-HILAIRE, A., *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*, p. 431.

Domingos de Souza Coutinho, em 1813, José Bonifácio escreveu: “... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo. Como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc., em um corpo sólido e político”²⁵. A desproporção entre uma minoria branca e uma grande maioria negra intensificou o medo de uma revolta popular, o que acabou contribuindo para que os grupos dominantes das diferentes províncias se aproximassem do governo central.

Nesse cenário, o desejo pela conquista da autonomia provincial se mostrou menor que o medo de uma revolta que invertesse a ordem social. Por mais que não houvesse uma nação brasileira e cada região apresentasse interesses distintos, os grupos dominantes de cada província concordavam que a emancipação não deveria alterar a ordem social do Reino:

também não queremos uma revolução e uma revolução será se mudarem as bases de todo o edifício administrativo e social da monarquia; e uma revolução tal e repentina não se pode fazer sem convulsões desastrosas, e é por isso que não a desejamos²⁶.

O temor de uma revolução que causasse convulsões desastrosas fez com que não ocorressem rupturas profundas após a independência, possibilitando que esse processo apresentasse um caráter de continuidade em relação ao período anterior, com a permanência da monarquia governada por um imperador português e da ordem social e econômica.

Os diferentes projetos políticos para Reino do Brasil, ao lado das discussões geradas pela Revolução do Porto, contribuíram para a construção de um espaço de debate político inexistente até então. É nessa esfera pública que são discutidos aspectos referentes ao constitucionalismo, à perda de autoridade do monarca e à soberania da nação. A partir daí, começa a se constituir a ideia de que a monarquia deveria contentar a opinião pública para que o governo se tornasse legítimo. A ideologização do termo opinião pública possibilitou a sua utilização de diferentes formas e por diferentes sujeitos. Em alguns momentos foi utilizada para convencer o monarca, como na fala de Gonçalves Ledo, em 1822: “É do meu dever aconselhar a V. A. R. que se não oponha à corrente impetuosa da opinião pública”.²⁷ E em

²⁵ José Bonifácio *apud* DIAS, M. O. L. da S., *A Interiorização da metrópole e outros estudos*, p. 24.

²⁶ Hipólito da Costa *apud* DIAS, M. O. L. da S., *A Interiorização da metrópole e outros estudos*, p. 32.

²⁷ Joaquim Gonçalves Ledo, 10 de julho de 1822 *apud* MATTOS, I. R., *Construtores e herdeiros*, p. 19.

outros momentos foi utilizada pelo próprio D. Pedro: “O governo constitucional que se não guia pela opinião pública ou que a ignora, torna-se o flagelo da humanidade”²⁸. Independente da forma como era empregada, essa nova força passa a fazer parte da agenda dos governos do início do século XIX, sobretudo porque o contentar a opinião pública significava também evitar que novas revoluções acontecessem.

²⁸ D. Pedro *apud* BASTOS, L., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 108.

3.

“No meio do pélagio imenso de tantas, e tão encontradas opiniões”²⁹

“Il s’est glissé dans toutes les classes, il s’est adressé á toutes les passions, il a envahi presque toutes les têtes.”³⁰ escrevia Cailhé de Geine, informante da Intendência da Polícia da Corte, na carta intitulada *Rapport sur la situation de l’opinion publique*, sobre o espírito revolucionário que havia conquistado a cidade do Rio de Janeiro. Diante da ampliação das discussões políticas, Cailhé escreveu a carta em novembro de 1820, dirigida ao intendente Paulo Fernandes Viana, relatando a ampliação das discussões e a formação de uma opinião pública que exigia mudanças na estrutura política.

Como foi discutido no capítulo anterior, a destruição do absolutismo possibilitou a formação da opinião pública: “É na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública.”³¹, ou seja, é apenas com a construção de um espaço público dissociado do Estado que passam a ser expostas críticas à estrutura do governo, representando as ideias e opiniões dos diferentes grupos que compunham determinada sociedade.

Diante da formação de uma opinião pública que atuava como uma nova fonte de legitimidade, o próprio governo passou a levar em consideração essa força, como é possível notar no discurso de D. Pedro, apresentado no final do primeiro capítulo. A concepção dessa expressão revelada no discurso parece retomar a reflexão sobre o uso público da razão apresentada por Kant. No final do século XVIII, em 1793, ao observar o crescimento das discussões políticas, Kant elaborou o texto *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?*, no qual defendia que o homem esclarecido é aquele que conseguia fazer uso público da razão sem seguir as diretrizes determinadas por outro indivíduo, marcando, dessa maneira, sua saída da menoridade.

²⁹ “Extraído do número 1 do Conciliador Nacional de Pernambuco” apresentado em *O Volantim*. N. 13, 16 de setembro de 1822.

³⁰ *Rapport sur la situation de l’opinion publique*. In: PEREIRA, A., *D. João Príncipe e Rei*, p. 305.

³¹ MOREL, M., *Palavra, imagem e poder*, p. 17.

Kant ressaltou a importância da liberdade para que o homem possa expressar esse esclarecimento, o que se torna possível pelo que o autor chama de uso público da razão, ou seja, “aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado.”³² Para o filósofo, ao fazer o uso público da razão, um sábio poderia propor algumas mudanças na sociedade, porém, sem conduzir a uma revolução. Dessa forma, as transformações se dariam através de acordos e não em forma de rupturas profundas. Ao fazer uso público de sua razão, um letrado poderia apresentar críticas ao governo, porém tais transformações deveriam ser dirigidas pelo próprio governante, como é possível perceber através da explicação de Jürgen Habermas: “(...) Kant acredita não poder esperar nenhum outro começo de um estado legal a não ser pelo poder político. A tomada indireta do poder por parte das pessoas privadas reunidas num público não se entende, porém, a si mesma como política(...)”³³ A liberdade para o uso público da razão não representaria, portanto, uma ameaça aos governantes, na medida em que apenas um pequeno grupo ilustrado estaria livre para expor suas ideias.

Ao afirmar que “o governo constitucional que se não guia pela opinião pública ou que a ignora, torna-se o flagelo da humanidade”³⁴, em uma proclamação no ano de 1822, o imperador D. Pedro I expõe implicitamente que os indivíduos teriam certa liberdade para fazer uso público da razão e que o governo poderia incorporar as propostas apresentadas. A aproximação com a reflexão kantiana é notada na ideia de liberdade, apresentada pelo imperador, para que os indivíduos se expressem politicamente. Essa liberdade, como na obra de Kant, não deveria ser concedida a todos, mas apenas àqueles instruídos que fossem capazes de fazer uso público da razão, o que fica claro no final do discurso: “Contai comigo, assim como eu conto convosco e vereis – a democracia e o despotismo agrilhoados por uma justa liberdade.”³⁵ Nesse trecho, o imperador deixa claro que, assim como o despotismo deveria ser eliminado, qualquer alternativa que envolvesse transformações mais profundas também estaria fora de cogitação. Outro ponto que se aproxima do pensamento de Kant é a ideia da existência de um acordo entre

³² KANT, I., Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?. In: *Textos seletos*, p. 104.

³³ HABERMAS, J., *Mudança estrutural da esfera pública*, p. 133.

³⁴ D. Pedro *apud* BASTOS, L., *Corcundas e constitucionais – A cultura política da Independência (1820 – 1822)*, p. 108.

³⁵ D. Pedro *apud* BASTOS, L., *Corcundas e constitucionais – A cultura política da Independência (1820 – 1822)*, p. 109.

Estado e sociedade, permitindo que as sugestões apresentadas pelos cidadãos fossem incorporadas pelo governo.

De acordo com a reflexão kantiana, o esclarecimento, a saída da menoridade e o uso público da razão estariam limitados aos letrados, enquanto o restante da sociedade não participaria desses processos. Habermas, em sua reflexão sobre a obra de Kant, explica que o filósofo “concebe o Iluminismo, o uso público da razão, inicialmente como coisa de eruditos, especialmente daqueles que trabalham com princípios da razão pura, portanto filósofos.”³⁶

A ideia da superioridade dos letrados na condução do debate político também estava presente nos periódicos que circularam pelo Reino do Brasil. No início do século XIX, os letrados se consideravam os responsáveis por conduzir o debate político e instruir o restante da população. Para os letrados, portanto, a população sem instrução era incapaz de participar ativamente das discussões políticas, cabendo aos próprios o papel pedagógico de guiar esse grupo, como pode ser notado no seguinte trecho do *O Conciliador do Reino Unido*:

Sendo o propósito desta Folha Literária o conciliar, e jamais desunir, os ânimos e interesses dos naturais e habitantes da Monarquia Lusitana; convindo por isso, quanto posso e devo, bem dirigir a Opinião Pública afim de atalhar os desacertos populares, e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas, mais zelosos que discretos, e que antes preferem *arder* que *luzir*.³⁷

Para os redatores do periódico, a opinião pública deveria ser guiada para que as exigências por transformações muito profundas ou a participação de setores populares fossem afastadas.

A definição do que seria a opinião pública sofreu algumas transformações ao longo do movimento constitucionalista. Se em março de 1821 os redatores do *O Conciliador do Reino Unido* se viam como os responsáveis em “bem dirigir a Opinião Pública”, em setembro do mesmo ano era possível encontrar outra perspectiva em *O Revérbero Constitucional*:

Posto que nos consideramos muito fracos para dirigir a opinião pública do nosso País, e quando a falta de uma virgula em qualquer escrito pode atrair o ferrete de – corcundismo – que muito aborrecemos: todavia, escudados pela benigna aceitação

³⁶ HABERMAS, J., *Mudança estrutural da esfera pública*, p. 128.

³⁷ *O Conciliador do Reino Unido*. N. 4, 31 de março 1821.

do nosso Periódico, ousamos oferecer aos nossos Leitores algumas reflexões sobre a liberdade dos Impressos³⁸

Para os redatores, as discussões desenvolvidas com a criação de um espaço público estavam tão intensas que a responsabilidade em dirigir esse debate não fazia parte dos objetivos do periódico. Apesar de ter sofrido muitas mudanças ao longo do início do século XIX, o conceito de opinião pública que aparece de forma predominante nas publicações desse período está relacionado à razão e à moderação, afastado das ideias revolucionárias. Ao tratarem da opinião pública como uma nova fonte de legitimidade política, os letrados reconheciam que aquele momento, diferentemente do Antigo Regime, estava marcado por um novo elemento construído a partir da ampliação das discussões políticas. No entanto, ao reconhecer esse novo cenário, os redatores dos periódicos e os grupos dominantes reforçavam a necessidade de dirigir essa nova fonte de legitimidade, excluindo o envolvimento de ideias que pudessem inverter a ordem social. Em outras palavras, apesar do reconhecimento da necessidade de implantar mudanças, tais transformações deveriam estar afastadas das vias revolucionárias. A mudança para um regime constitucional, portanto, deveria manter elementos como a monarquia e a escravidão, evitando que se repetisse no Reino do Brasil o que havia ocorrido no Haiti e o que estava acontecendo na América espanhola.

Outros grupos que compunham a sociedade do Reino do Brasil também apareciam nos periódicos, como é possível notar no seguinte trecho retirado de *O Bem da Ordem*, escrito em 1821, “só me proponho a escrever para aquela classe de cidadãos que não frequentaram os estudos”³⁹ Ao se dirigir àqueles que não frequentaram os estudos, o redator buscava incluir esse grupo, porém não com o objetivo de que eles participassem de forma autônoma das discussões, mas sim seguindo a perspectiva apresentada pelo periódico. Em outro trecho, encontrado em *O Constitucional*, no ano de 1822, o autor escreveu “Os doutos, e literatos, não carecem das minhas instruções. Não é para eles que escrevo.”⁴⁰ Nos dois exemplos é possível notar a missão pedagógica que os letrados acreditavam possuir no momento da constituição desse espaço público.

³⁸ *Revérbero Constitucional*. N. 1, 15 de setembro 1821

³⁹ *O Bem da ordem*. N. 3, 1821 *apud* MOREL, M., *As transformações dos espaços públicos*, p. 216.

⁴⁰ *O Constitucional*. N. 3, 1822 *apud* MOREL, M., *As transformações dos espaços públicos*, p. 216.

Essa visão encontrada entre os grupos dirigentes estava relacionada à organização da sociedade naquele período. Durante o século XIX, os indivíduos que compunham o Reino do Brasil poderiam ser divididos em três mundos que, na visão dos grupos dominantes, não deveriam se misturar: os mundos do Governo, do Trabalho e da Desordem. O mundo do governo, composto pela “boa sociedade”, estava marcado pela ordem e pela responsabilidade de ordenar o restante da sociedade. O mundo do trabalho era marcado pela escravidão e o mundo da desordem era composto pelos homens livres e pobres. A missão pedagógica de instruir a população que envolvia os letrados, portanto, fazia parte da noção de que as manifestações do mundo da desordem deveriam ser controladas e ordenadas pela “boa sociedade”.

Governo, Trabalho e Desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras, mesmo que os componentes da ‘boa sociedade’ fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse.⁴¹

Os três mundos, Governo, Desordem e Trabalho, também podem ser identificados como representados pelo Povo, plebe e escravos, respectivamente. O Povo e a plebe, apesar de se distinguirem dos escravos, não eram iguais entre si. A hierarquia presente nas primeiras décadas do século XIX era marcada por outros elementos além da liberdade, como o atributo racial, a instrução, a propriedade e os vínculos pessoais. Ao longo do processo de construção de um espaço público e de democratização das discussões, o Povo que compunha o mundo do Governo relacionava a participação da plebe e dos escravos a rupturas profundas na estrutura política e, por isso, procurava controlar sua inserção nos debates.

Atualmente, grande parte dos historiadores, ao tratar do conceito de opinião pública, também relacionou sua formação com a ação dos grupos dirigentes. Para Keith Baker o conceito de opinião pública surgiu em meados do século XVIII com o desenvolvimento das discussões sobre questões com os jansenistas, o comércio e a situação financeira do reino francês. O autor utiliza a expressão “Tribunal da opinião pública” ao explicar o surgimento de um sistema alternativo de autoridade que tornou o governo incapaz de controlar as discussões travadas nesse novo

⁴¹ MATTOS, I. R., *O Tempo saquarema*, p. 123.

espaço. A emergência da imprensa periódica e o crescimento das discussões sobre a conjuntura política permitiram, na visão do autor, o surgimento de um poder não institucionalizado que possuía mais autoridade que o soberano.

Para o autor, por ser uma construção política do século XVIII derivada do Iluminismo, a opinião pública era constituída pela razão, excluindo qualquer caminho revolucionário. Essa opinião pública expressava a sociabilidade política de uma nação que não estava submetida a uma instituição, porém também não se encontrava totalmente livre, em outras palavras, ao mesmo tempo em que essa opinião pública funcionava como uma barreira contra o despotismo, por outro lado, não permitia a coexistência de grupos com opiniões divergentes. Nas palavras de Keith Baker: “Conceived in this way, public opinion can be seen as functioning historically as a kind of liminal concept between absolute authority and revolutionary Will.”⁴² A opinião pública formada a partir de meados do século XVIII, portanto, era racional, universal e unitária, se situando entre a liberdade e o despotismo.

Ao trabalhar a formação de uma opinião pública durante o processo revolucionário francês, Roger Chartier indica que, inicialmente, havia a coexistência de duas concepções. Uma seria intelectual e crítica, produzida pelos homens que compunham a República das Letras, enquanto a outra seria coletiva, sendo formada a partir das práticas de sociabilidade política. Apesar de as duas concepções se aproximarem, a que prevaleceu, segundo o autor, é a primeira.

De acordo com Chartier, com o desenvolvimento das discussões políticas ocorreu, ao mesmo tempo, um processo de ampliação e exclusão: a ampliação da circulação de informações se dá através do aumento da produção de escritos e a exclusão ocorre, pois nem todo indivíduo era considerado capaz de participar desse debate. Chartier explica que

Quando o conceito de ‘opinião pública’ realmente emergiu, efetivou uma dupla ruptura. Contrapunha-se à arte do engodo, da dissimulação e do segredo apelando para uma transparência que deveria assegurar a visibilidade de intenções. Diante do tribunal todas as causas podiam ser defendidas sem duplicidade: causas que evidentemente tinham a justiça e a razão a seu lado necessariamente triunfariam. Mas nem todos os cidadãos eram (ou ainda não eram) adeptos de exercer seu julgamento desse modo, ou de se reunir para formar uma opinião esclarecida. Assim sendo, uma segunda ruptura rejeitava o público que se misturava nos teatros, onde os lugares mais baratos no fundo da plateia ficavam próximos aos camarotes,

⁴² BAKER, K., Public opinion as political invention. In: *Inventing the French Revolution*, p. 198.

e onde todo mundo tinha sua própria interpretação – grosseira ou sofisticada – de um espetáculo destinado a todos, em favor de um público mais homogêneo que servia como tribunal para julgar os méritos e talentos poéticos e literários. Quando se começou a pensar opinião do ponto de vista do ator, em vez de objeto de ação, ela se tornou pública e perdeu sua universalidade, e passou a excluir muita gente que carecia de competência para assumir os decretos que ela proclamava.⁴³

Como é possível notar no trecho acima, ao mesmo tempo em que as discussões cresceram e os assuntos debatidos se tornaram cada vez mais variados, o número de pessoas que podiam participar ativamente desse debate se tornou cada vez mais limitado. A partir do momento em que questões políticas, econômicas e sociais passaram a ser discutidas publicamente, surgiu a preocupação em vincular essas discussões com a razão e a moderação, por isso ocorre o processo de exclusão. Analisando alguns textos produzidos ao longo do século XVIII, o autor aponta que a participação do povo era encarada de forma negativa na medida em que consideravam que a opinião popular era movida pelas paixões. No Dicionário Universal Furetière, publicado em 1727, por exemplo, a definição de povo é a seguinte: “O povo é povo em toda parte; ou seja, tolo, inquieto, ávido por novidades.”⁴⁴ Chartier utiliza alguns textos de autores iluministas como fontes para esclarecer a formação da opinião pública e conclui que esse conceito era formado a partir da “opinião de pessoas esclarecidas que precede a opinião pública e termina por ditá-la”⁴⁵, como foi explicado por Condorcet. Para os iluministas, portanto, a opinião pública era encarada como uma força estável, unificada e fundamentada na razão em oposição à opinião popular.

No que diz respeito à produção historiográfica sobre a formação da opinião pública no Reino do Brasil, Lúcia Bastos ressalta que a oralidade presente nas primeiras décadas do século XIX permitiu a constituição de um público virtual situado às margens dos grupos dominantes. Os boatos e as discussões travadas em locais como o botequim, por exemplo, permitiam que as ideias circulassem por diversos grupos, no entanto a autora ressalta que esse público virtual, apesar de entrar em contato com essas ideias, não possuía um papel ativo. Para Lúcia, “em 1821-1822, era de cima para baixo que a opinião pública se impunha às demais opiniões individuais, cabendo aos homens de letras o papel de produzi-la. Ao invés

⁴³ CHARTIER, R., *Origens culturais da Revolução Francesa*, p. 67.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 59.

⁴⁵ *Ibid.*, loc. cit.

de manipuladores de ideias, estes transformavam-se em porta-vozes de uma evidência”.⁴⁶

Ao pensar a opinião pública, grande parte dos autores leva em conta apenas o material produzido pelos letrados, como periódicos e livros, chegando à conclusão que essa opinião pública era construída por esse grupo e imposta ao restante da população. No entanto, não é porque os homens de letras do século XVIII e do início do século XIX não incluíam o povo como sujeito ativo nas discussões políticas que o povo não participava desse debate.

Os movimentos de insatisfação com o governo que estimularam o crescimento das discussões políticas não surgiram apenas no século XIX. Desde o final do século XVIII, a colônia já apresentava exemplos de insatisfação que expressavam o declínio do Antigo Regime. As revoltas que ocorreram durante o período colonial normalmente eram organizadas contra alguma medida específica adotada pelo governo, exigindo apenas alguns ajustes na relação com o rei, no entanto, no final do século XVIII, os movimentos se mostravam contrários à própria organização política, como foi o caso das conjurações. Estabelecendo um paralelo com a reflexão de Le Goff sobre o papel do acontecimento, no qual o autor defende que “Enquanto revelador-acelerador, (...) sua ação é a de concatenar um certo número de evoluções, de mudanças que estavam isoladas umas das outras.”⁴⁷, essas conjurações demonstraram o esgotamento das formas tradicionais de organização do Estado.

Além de refletir a erosão da antiga estrutura política, no que diz respeito à Conjuração Baiana é possível identificar outro caráter inovador a partir do momento em que o movimento contou com a participação de “homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política”⁴⁸, como é o caso do soldado Luís Gonzaga, citado por István Jancsó. Luís Gonzaga vivia na Bahia, no final do século XVIII, e é um exemplo de que os textos e livros circulavam por diversos segmentos da sociedade. O soldado foi identificado como autor de alguns pasquins produzidos um pouco antes da Conjuração Baiana através do reconhecimento da

⁴⁶ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 111.

⁴⁷ LE GOFF, J., *Reflexões sobre a História*, p. 26.

⁴⁸ JANCÓS, I., A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. M. (org.), *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa, p. 398.

sua grafia nas petições enviadas às autoridades. Outro exemplo apresentado por István Jancsó é o do aprendiz de alfaiate Manuel Faustino, que havia memorizado um poema escrito por Francisco Muniz Barreto de Aragão. Como era analfabeto, é provável que o aprendiz tenha entrado em contato com o poema através de leituras coletivas e, por ter se interessado pelo seu conteúdo, conseguiu memorizar o texto, o que demonstra que a circulação de textos e ideias atingia diferentes grupos, inclusive aqueles que não eram alfabetizados.

István Jancsó aponta que o autor de um manuscrito produzido no final do século XVIII, na Bahia, explica que “não eram apenas membros da elite que se interessavam por livros proibidos, mas também, e sobretudo, ‘pardinhos e branquinhos’, gente de pouca valia”⁴⁹. De fato, as diversas formas de sociabilidade literária presentes na Bahia contavam com a participação de homens considerados de poucas luzes, oriundos das camadas mais baixas, o que possibilitou que o movimento baiano contasse com a participação de diferentes esferas sociais. Como é possível notar, as sedições do final do século XVIII já envolviam a participação de indivíduos de diferentes origens, o que contraria a visão predominante de que as discussões travadas no espaço público eram lideradas pelos letrados.

Procurar compreender a opinião pública apenas através dos textos escritos por letrados não possibilita enxergar as diversas dimensões que envolveram o surgimento desse conceito. Obras produzidas pelos iluministas, assim como os periódicos que circularam no período, demonstram a visão dos letrados, seus autores. No entanto, as ideias apresentadas por esses veículos eram produzidas a partir da relação desses letrados com outros grupos que compunham a sociedade. Por mais que os letrados considerassem seu dever pedagógico instruir a população, as discussões políticas, ao circularem entre outros setores da sociedade, eram apropriadas de diferentes maneiras que fugiam do controle dos homens de letras. Um texto, ao ser lido por diferentes indivíduos, pode ser entendido de maneiras distintas, como explica Roger Chartier: “a leitura é pratica criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores”⁵⁰. Essa mesma ideia pode ser aplicada às discussões políticas, ou seja, cada indivíduo apresentava uma maneira única de interpretar os ideais liberais que circulavam pelo Reino do Brasil nas primeiras décadas do século

⁴⁹ Ibid, p. 403

⁵⁰ CHARTIER, R., *A História Cultural*, p. 123.

XIX. Por isso, a ideia da imposição de cima para baixo da opinião pública pode ser relativizada. Tal visão não leva em conta a atuação dos sujeitos que participavam do debate político e liam ou escutavam a leitura dos panfletos, livros ou periódicos.

Era interesse dos letrados registrarem que eles próprios conduziam essas discussões políticas, no entanto as ideias que circulavam atingiam diferentes setores sociais. Por mais que o “populacho” não tivesse autoridade ou espaço para afirmar suas ideias, sua participação estava presente no cenário político. A separação entre letrados e povo é empregada pelos historiadores, porém, a partir do momento que as ideias circulavam por uma sociedade, apresentavam um alcance diversificado. Mesmo com as barreiras existentes no momento, como alto índice de analfabetismo, por exemplo, os boatos, as leituras em voz alta e as conversas permitiam que os ideais discutidos alcançassem diferentes grupos.

O cenário da emancipação do Reino do Brasil foi marcado pelos debates travados a partir da imprensa, mas também pela permanência de formas de comunicação presentes no Antigo Regime, como os pregões, as gazetas, os bandos, as leituras coletivas e os panfletos manuscritos, permitindo que o período fosse caracterizado com “um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política”⁵¹. Nesse contexto, as leituras coletivas, os manuscritos, os boatos e os gestos possibilitavam a participação de diversos grupos sociais, como é possível notar no registro realizado por Cailhé de Geine:

L'enthousiasme a été porté à un plus haut point qu'auparavant par l'arrivée de 3 Navires Portugais qui nous ont apporté la nouvelle de la réunion a Lisbonne de la Junta de Oporto avec la nouvelle régence les papiers publics & les chansons patriotiques circulent on chante les Unes hautement; on lit publiquement les autres dans les Rues & Carrefours, au milieu de Groupes de 30 à 40 personnes & aux applaudissements des auditeurs tout bourgeois que militaires.⁵²

De acordo com o relato, a chegada das notícias sobre a Revolução do Porto permitiu que canções patrióticas fossem cantadas pelas ruas e que papéis públicos fossem lidos em voz alta em grupos de até quarenta pessoas. Por esses meios, as notícias passaram a circular pelas províncias do Reino do Brasil, sendo discutidas

⁵¹ MOREL, M., *As Transformações dos espaços públicos*, p. 206.

⁵² Cailhé de Geine a Paulo Fernandes Viana, 28 de janeiro de 1821, BNRJ, II – 33, 22, 54, número 3.

por diferentes sujeitos e permitindo a formação de uma opinião pública que, além de estar dissociada do governo, também apresentava críticas a ele.

Uma alternativa para compreender as diferentes dimensões da opinião pública que estava se formando no início da década de 1820 é diversificar os documentos utilizados na pesquisa. Tal tarefa não é simples, pois algumas formas de comunicação, sobretudo as que são marcadas pela oralidade, dificilmente podem ser encontradas nos arquivos. A presença dessas expressões verbais, como boatos, discussões e leituras coletivas, pode ser identificada em algumas correspondências trocadas por autoridades do governo, porém dificilmente é possível encontrar referências que representem claramente a visão dos “não letrados”. Uma das saídas para essa questão pode ser o estudo dos panfletos manuscritos que circularam durante esse período. Algumas características desse material, como a linguagem simples e direta, indicam que sua produção e circulação poderiam alcançar diferentes grupos sociais, o que contribui para a reflexão acerca da pluralidade de indivíduos que participaram da formação de um espaço público.

A linguagem simples empregada nesses panfletos e a forma como eles eram apresentados, permite levantar a possibilidade de que esse material apresentava um alcance mais amplo que os impressos. Além disso, os panfletos manuscritos também possuíam outras particularidades, entre elas a presença de informações e ideias que dificilmente poderiam ser impressas, pelo menos até agosto de 1821 quando foi abolida a censura prévia, como críticas diretas e radicais aos ministros do Rei. Era comum que esses panfletos fossem pregados nas igrejas e esquinas das cidades, onde podiam ser lidos e copiados por diversos indivíduos. Por estarem expostos nas ruas, se fossem lidos em voz alta, diversas pessoas poderiam escutar, possibilitando inclusive que aqueles que não fossem alfabetizados pudessem entrar em contato com as ideias debatidas. Espalhados pelas ruas das cidades, sendo copiados e lidos por diferentes indivíduos, as ideias presentes nesses panfletos circulavam e atingiam o mundo da desordem, que a “boa sociedade” estava preocupada em controlar.

A relação entre os panfletos manuscritos e a participação de diferentes grupos nas discussões também foi apontada em alguns relatos de diplomatas e funcionários do governo. No trecho a seguir retirado de uma correspondência escrita pelo coronel Maler, diplomata francês, em 1821, há o registro da relevância dos panfletos manuscritos:

J'ai lu hier un placard manuscrit affiché à la porte de M. François de Paula, qui y demandait la tête des personnes les plus distinguées et on veut envoyer aux galères en Afrique la plupart des individus attachés auprès de la personne du souverain. J'ai vu toute espèce de Gens en faire des copies avec une effronterie inconcevable.⁵³

Como é possível notar, de acordo com o comentário do diplomata, um público diversificado copiava o conteúdo do panfleto. Nos primeiros anos da década de 1820, era comum que esses panfletos pregados pelas ruas da cidade fossem copiados por diferentes sujeitos, o que possibilitava que os copistas se tornassem autores já que podiam acrescentar ou retirar informações sobre o material copiado. O relato do diplomata ainda sugere que o público que copiava os panfletos, “toute espèce de Gens”, envolvia representantes de diferentes camadas sociais.

Como esses panfletos não apresentam uma autoria definida, a identificação dos copistas ou mesmo dos autores desses manuscritos envolve algumas imprecisões, porém a presença de uma linguagem simples, marcada pela oralidade, possibilita indicar que pelos menos alguns desses manuscritos poderiam ter sido escritos por sujeitos situados fora da República das Letras. A atuação de indivíduos que não possuíam muita instrução como autores indicaria mais uma vez essa diversificada participação social na construção de um espaço público.

Esse grupo situado fora do círculo dos letrados pode se aproximar do que Marco Morel classificou como “público passivo”⁵⁴. A partir da ideia de cidadão ativo e cidadão passivo, encontrada na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, o historiador elaborou as categorias de leitores ativos e leitores passivos para compreender as particularidades do público leitor que contribuíram para a formação de um espaço público nos primeiros anos da década de 1820. O público ativo, portanto, seriam os integrantes da República das Letras e dos grupos de poder, enquanto o público passivo seria aquele considerado sem instrução e rude pelos letrados. Apesar de ser chamado de passivo, esse grupo também tinha a sua presença marcada nos debates políticos, como é possível notar com os exemplos apresentados acima.

⁵³ Correspondance Politique du Brésil, vol. 1, Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, despacho de 5/3/1821 *apud* MOREL, M. *As Transformações dos Espaços Públicos*, p. 225

⁵⁴ MOREL, M., *As Transformações dos Espaços Públicos*, p. 216.

Para ajudar a esclarecer a complexidade que envolve a formação de uma opinião pública, a ideia de rede de comunicação proposta por Robert Darnton é extremamente relevante. Ao analisar o desenvolvimento de uma opinião pública no final do século XVIII, na França, o autor observou o estabelecimento de um circuito de comunicação no qual as notícias podiam ser discutidas através de diferentes mídias, como poemas, cartas, pasquins, livros, periódicos e em diversos locais, como as ruas, a corte, os cafés e as livrarias.⁵⁵ De acordo com Darnton, a origem de determinada informação não é tão relevante quanto às diferentes maneiras pelas quais essa informação circulava pela sociedade, ou seja, “sua amplificação e assimilação”. Segundo o historiador,

Os mesmos motivos apareciam com frequência em discussões travadas nos cafés, poemas improvisados nos salões, baladas cantadas nas ruas, cartazes pregados nas paredes, gazetas manuscritas distribuídas clandestinamente, panfletos vendidos por baixo do pano e livros, onde se entreteciam com outros motivos para formar complexas narrativas. De pouco nos vale perguntar se um tema específico surgiu primeiro num mexerico ou sob forma impressa, pois os temas provinham de vários pontos e viajavam em direções distintas, passando por diversos veículos e meios. A questão crucial não se refere à origem de uma mensagem, e sim a sua amplificação e assimilação – ao modo como repercutiu na sociedade e se tornou compreensível para o público.⁵⁶

Levando a reflexão do autor para o cenário da construção de um espaço público no Reino do Brasil, no início da década de 1820, é possível questionar a visão de que a opinião pública era construída pelos letrados e imposta ao restante da sociedade. Considerando que as ideias circulavam de diversas maneiras e por diferentes caminhos, um sujeito construía sua visão a partir do momento que entrava em contato com livros, periódicos, discussões, boatos e manuscritos, ou seja, elementos que foram desenvolvidos com a participação de diferentes grupos sociais. O próprio fato de os letrados reforçarem que eram eles que deveriam conduzir o debate político demonstra que outros grupos também tinham sua presença marcada no desenvolvimento das discussões, afinal se a participação do povo fosse tão irrelevante ou passiva, os letrados não estariam preocupados em controlar a opinião pública com o objetivo de “atalhar os desacertos populares”⁵⁷.

⁵⁵ DARNTON, R., *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*, p. 205.

⁵⁶ *Ibid*, p. 206.

⁵⁷ *O Conciliador do Reino Unido*. N. 4, 31 de março 1821.

As análises que afirmam o controle da opinião pública pelos letrados deixam de lado o fato de um texto não possuir um sentido intrínseco e fechado. Qualquer meio de comunicação, seja escrito, visual ou oral, não apresenta apenas uma forma de ser compreendido, podendo ser interpretado de diferentes maneiras. O objetivo de um autor ao escrever um texto pode não ser alcançado e esse mesmo material pode ser recebido de uma forma que não havia sido pensada. O texto *Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils dans les circonstances presentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?*, escrito por Cailhé de Geine, por exemplo, foi produzido em 1820 com o objetivo de frear a disseminação de ideias liberais pelo Reino do Brasil, no entanto, a reação ao panfleto foi tão significativa que as discussões sobre o futuro do Império cresceram ainda mais. O mesmo ocorria com outros panfletos e periódicos que circulavam pelo Reino do Brasil no início do século nesse mesmo período. Ao apresentar os conceitos de circulação e apropriação, Roger Chartier explica que o sentido de um material escrito é construído pelo leitor a partir do momento em que o objeto é apropriado pelo sujeito, ou seja, a partir da circulação de informações, ocorrem diferentes apropriações. Segundo o autor:

(...) a noção de apropriação (...) postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção. (...) Tal perspectiva não renuncia a identificar diferenças (e diferenças socialmente enraizadas) mas desloca o próprio lugar da sua identificação, dado que já não se trata de qualificar socialmente *corpus* tomados no seu todo (por exemplo, a literatura de cordel), mas de caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinada sociedade.⁵⁸

Por mais que os letrados desejassem conduzir o debate político, a maneira pela qual cada indivíduo se apropriava das ideias discutidas era única e não podia ser controlada. A análise dos panfletos manuscritos contribui para a reflexão sobre a pluralidade de indivíduos que participaram da formação de um espaço público, pois a linguagem simples, direta e de fácil memorização indica que seus autores poderiam ser indivíduos situados fora da República das Letras. Se pensarmos nesses sujeitos que produziam e liam os panfletos manuscritos como indivíduos ativos e dotados de capacidade de apropriação, a ideia de que a opinião pública era algo imposto pelos letrados pode ser relativizada. Esses indivíduos possuíam sua própria

⁵⁸ CHARTIER, R., *A História Cultural*, p. 136.

interpretação do movimento constitucionalista e das ideias liberais, podendo discordar das informações presentes nos outros materiais que contribuíram para a formação do espaço público.

Além de não levar em conta a agência dos diferentes indivíduos que compunham a sociedade do Reino do Brasil, a visão de que a opinião pública era imposta de cima para baixo não considera as diferentes maneiras que um mesmo grupo, o chamado “público passivo”, por exemplo, podia se apropriar das ideias discutidas. A historiografia já apresentou alguns exemplos nos quais essa oposição entre popular e letrado se mostra equivocada, como é o caso do Menocchio, estudado por Carlo Ginzburg. No século XVI, o moleiro de Friuli foi investigado e morto pela Inquisição por apresentar suas conclusões peculiares após a leitura de diversas obras. O contato de Menocchio com essas obras demonstra a fluidez existente entre os diferentes grupos que compõem determinada sociedade e o papel ativo que um sujeito sem muita instrução pode apresentar. De acordo com Chartier, exemplos como esse demonstram que

(...) deixou de ser sustentável pretender estabelecer correspondências estritas entre clivagens culturais e hierarquias sociais, relacionamentos simples entre objectos ou formas culturais particulares e grupos sociais específicos. Pelo contrário, o que é necessário reconhecer são as circulações fluidas, as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais.⁵⁹

Por esse motivo, pensar a opinião pública como algo produzido e controlado pelos letrados nem sempre contribui para a reflexão sobre o crescimento das discussões políticas. Assim como o caso italiano, outros Menochios poderiam estar presentes nas primeiras décadas do século XIX no Reino do Brasil e, a partir do contato com as ideias em circulação e de apropriações particulares, teriam contribuído para a constituição de um espaço público.

Como já foi exposto, com a democratização das discussões, os letrados procuraram registrar que eles eram os responsáveis por conduzir as discussões políticas, excluindo qualquer proposta mais radical. A formação da opinião pública também foi registrada por funcionários do governo, que apresentavam sugestões de como o monarca deveria agir diante da ampliação do alcance das discussões. Em uma carta escrita por Tomás Antônio de Vilanova Portugal, dirigida ao Rei, em

⁵⁹ Ibid, p. 134.

nove de dezembro de 1820, alguns meses após o início do movimento constitucionalista, o ministro afirmava “V. M. bem vê que entre um parecer que não diz nada, nem tem nada que dizer; - e entre outro que se funda na opinião pública, e que desvia o perigo, deve seguir este, para ficar tranquilo na sua consciência.”⁶⁰ Através do trecho, é possível perceber que, para Tomás Antônio, o monarca deveria levar em consideração a opinião pública, pois, dessa forma, afastaria a possibilidade da realização de um movimento que rompesse com a ordem e conseguiria governar tranquilamente.

Outro material produzido por um funcionário do governo que pode contribuir para a reflexão sobre a formação da opinião pública são os textos escritos pelo informante da Intendência da Polícia da Corte, Cailhé de Geine. Nos primeiros anos da década de 1820 o informante francês, preocupado diante do processo de democratização, apresentou diversas alternativas para que o monarca português pudesse enfrentar a crise política. Na carta intitulada *Rapport sur la situation de l'opinion publique*, Cailhé relata ao intendente da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana, o crescimento das discussões políticas e a agitação do espírito público no Rio de Janeiro. Ao longo da carta, Cailhé explica que as notícias da Revolução da Espanha incentivaram o crescimento das discussões e as exigências por mudanças políticas no Reino do Brasil. Ao longo do texto, Cailhé de Geine aponta alguns exemplos que indicam a realização de leituras coletivas e a circulação de obras iluministas pela cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1820, como é possível notar no trecho a seguir:

On a poussé les choses au point de traduire en portugais, pour l'édification des ignorans, les passages les plus infectés de l'esprit révolutionnaire des ouvrages français les plus décriés. Ces lectures faites devant un auditoire déjà dispose ne peuvent manqué de produire les plus funestes effets.⁶¹

De acordo com o relato, as obras francesas traduzidas para o português eram lidas diante de um auditório, possibilitando a ampliação do público conhecedor da obra, o que, para Cailhé, poderia gerar problemas para o governo.

⁶⁰ Tomás Antonio para o Rei, 9 de dezembro de 1820 *apud* VARNHAGEN, F. A., *História da Independência do Brasil*: até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data, p. 45.

⁶¹ *Rapport sur la situation de l'opinion publique*. In: PEREIRA, A., *D. João Príncipe e Rei*, p. 306.

A referência à leitura de obras iluministas também pode ser encontrada no trecho a seguir: “pour avoir lû une fois Mably ou Rousseau, en français qu'ils ne comprennent pas, se croient autant de petits Lycurgues appelés à la réforme de l'Etat.”⁶² Cailhé de Geine, como um defensor da permanência do absolutismo, aponta que os indivíduos envolvidos nessas manifestações por mudanças não apresentavam um conhecimento profundo sobre as obras de Mably e Rousseau. De acordo com o relato do informante, é possível notar que o crescimento da circulação das obras iluministas permitiu que um maior número de pessoas passasse a utilizar essas ideias como base para exigir reformas no Estado, como é possível notar pela referência a Licurgo.

Nesse mesmo texto, também é apresentada uma referência à democratização das discussões: “Les mécontents, les Esprits remuans & seditieux (...) sont parvenus à exciter dans la masse de la population de cette Capitale des sentimens de haine & de prevention aveugle contre le gouvernement de S.M.”⁶³ Cailhé de Geine acreditava que o grupo simpatizante das “perigosas ideias francesas” estava difundindo essas ideias para o restante da população da capital e a menção à “masse de la population” pode ser uma indicação de que esse público era diversificado. Para o informante, não seria possível permitir o desenvolvimento dos debates políticos no Reino do Brasil, pois as discussões envolvendo ideias de liberdade e igualdade poderiam estimular um movimento semelhante à independência do Haiti:

(...) tous les Blancs du Brésil ne sentent pas assez que si on ouvre une fois ici la porte aux débats politiques, aux discussions constitutionnelles, si on parle une fois de Liberté d'Egalité, de Droits de l'homme, toute la Révolution qu'on opérera au Brésil sera le soulèvement des Esclaves qui, brisant leurs fers, incendieront les Villes & les Plantations, massacreront les blancs & feront de ce magnifique empire du Brésil un déplorable pendant de la brillante Colonie de St. Domingue.⁶⁴

Uma revolução no Reino do Brasil, segundo o informante, não seria como aquelas realizadas na Europa, pois a significativa presença da população escrava poderia levar a uma inversão da ordem social. Por esse motivo, sua preocupação com o crescimento das discussões políticas e a formação de uma opinião pública envolvia a ideia de que, diante dessa nova conjuntura, o governo deveria controlar

⁶² Ibid., loc. cit.

⁶³ Ibid., p. 305.

⁶⁴ Ibid., p. 306.

as expressões desse novo tribunal. O informante compreendia que essa opinião pública atuava como uma nova fonte de legitimidade e, por isso, para que o monarca conseguisse manter o seu poder seria necessário elaborar estratégias para tornar essa força favorável à monarquia. Em um momento no qual ocorria um deslocamento da soberania, deixando de ser vinculada à monarquia e passando a estar relacionada à nação, Cailhé de Geine procurava apresentar medidas para que essa soberania permanecesse nas mãos do rei. No trecho a seguir, por exemplo, é possível notar que, para o informante, o papel do monarca ainda se aproximava do papel de um pai que deveria zelar pelo bem estar de seus filhos, como era a visão presente ao longo do Antigo Regime: “Il est donc temps que la Main Royale s’étende sur ces insensés pour les préserver de leur propre folie”⁶⁵.

Em outro texto, intitulado *Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal*, o informante indica quatro objetivos que devem ser alcançados para superar a crise política:

1º Donner, surtout en apparence, une nouvelle forme au Gouvernemt.

2º Conserver l’autorité royale dans toute sa plénitude et meme la fortifier.

3º Contenter l’opinion publique.

4º Enfin fournir aux Ministres de S.M., et cela sans entraver leur marche, tous les moyens raisonnables de corriger les abus qui existent et de donner à l’administration du Royaume une allure à la fois plus rapide e plus régulière.⁶⁶

A partir da leitura desses objetivos, percebe-se que Cailhé buscava combater a crise sem realizar uma mudança na estrutura política, procurando preservar as prerrogativas do monarca. Apesar de o informante ressaltar no quarto objetivo a importância de corrigir os abusos realizados pelos ministros do rei, no primeiro objetivo está claro que essas transformações no Governo deveriam ser “surtout en apparence”, ou seja, superficiais. Para isso, Cailhé sugere a criação de um Conselho Supremo, composto por cinquenta ministros, que seria controlado pelo monarca. O informante da Intendência defendia que a nova instituição não alteraria em nada o poder real, mas sua criação era importante, “parceque le peuple est tellement infatué de l’idée qu’il faut de toute nécessité une Reforme, un changement dans le présent

⁶⁵ Ibid., p. 307.

⁶⁶ Cailhé de Geine, *Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal*, 15 de dezembro de 1820, BNRJ, I – 33, 29, 16.

état de choses”⁶⁷. Ao longo do texto, Cailhé explica que essa transformação, por mais que fosse superficial, seria suficiente para acalmar os ânimos, pois parte da população não teria capacidade de identificar sua superficialidade, como é possível notar no trecho a seguir:

En leur offrant un Conseil Suprême (quoique nommé par el Roi) chargé d'examiner, de discuter, d'adopter ou de rejeter les projets ministériels, on les flatte par l'endroit sensible; on leurre par ce moyen l'Opinion publique, parceque la distinction entre un Pouvoir qui tient par les racines à l'Election populaire, & un Pouvoir Semblable qui émane du trône, est au dessus de la capacité de la masse des hommes & que c'est précisément cette masse qu'il faut gagner.⁶⁸

Cailhé deixa claro que a criação dessa instituição seria necessária para iludir a opinião pública, pois a massa de homens não conseguiria reconhecer que o Rei manteria sua autoridade sobre o Conselho Supremo. Ao fazer referência a uma massa de homens que não teria capacidade de identificar o funcionamento de uma instituição política, Cailhé de Geine não está se referindo aos letrados, mas sim a um grupo que, provavelmente, não possuía instrução e que poderia se aproximar do que Marco Morel classifica como “público passivo”. Essa referência é mais um indício de que a participação de um público situado fora da República das Letras e dos grupos de poder não era tão passiva como os letrados esperavam, mas, pelo contrário, tinha um peso significativo a ponto de fazer com que o informante da Intendência ressaltasse que “c'est précisément cette masse qu'il faut gagner”.

Como se trata de um informante do governo, há a possibilidade de essa preocupação com a massa da população ser exagerada, na medida em que o temor de mudanças muito profundas que invertessem a ordem social assombrava os grupos dominantes. No entanto, esse tipo de raciocínio que considera a preocupação exagerada, apesar de relevante, pode refletir uma resistência à incorporação de indivíduos situados fora dos grupos de poder como agentes ativos no processo histórico.

A concepção de que a construção de um espaço público e a formação de uma opinião pública seriam controladas pelos letrados foi produzida por eles próprios, ou seja, quando os historiadores trabalham com essa visão estão

⁶⁷ Cailhé de Geine, *Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal*, 15 de dezembro de 1820, BNRJ, I – 33, 29, 16.

⁶⁸ Cailhé de Geine, *Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal*, 15 de dezembro de 1820, BNRJ, I – 33, 29, 16.

reproduzindo o pensamento dos homens ilustrados do século XVIII e XIX. Porém, atualmente, ao estabelecermos um estudo sobre formação da opinião pública no início do século XIX, outras questões podem ser incorporadas e uma delas é o questionamento acerca da passividade do restante da população diante da construção de um espaço de debate político. A participação dos “não letrados” não está tão evidente na documentação como a dos letrados, mas não é por esse motivo que deve ser eliminada. Essa atuação aparece de forma sutil, através do levantamento de questões sobre as diversas possibilidades de circulação e apropriação das formas de comunicação presentes nas primeiras décadas do século XIX. A partir do momento em que o historiador passa a questionar e relativizar as informações apresentadas pelos periódicos, livros e panfletos, procurando compreender o posicionamento daqueles que produziram esses materiais, é possível desvendar diversos caminhos para a pesquisa sobre o assunto.

Por esse motivo, a análise dos panfletos manuscritos se mostra relevante. A partir do estudo sobre esse material, é possível levantar a possibilidade de esses panfletos terem apresentado um alcance mais amplo e terem sido produzidos por indivíduos de poucas letras. Marco Morel, no livro *As transformações dos espaços públicos*, indica a relevância dos manuscritos, cartas, caricaturas e cartazes para a construção de um espaço público. Segundo o autor, a análise desses *papéis incendiários* possibilita a compreensão de pontos como o alcance das discussões políticas e a participação de diferentes atores na construção de um espaço público. Ao analisar a permanência da presença dos manuscritos em um momento em que a imprensa periódica estava se consolidando, o autor aponta que os dois materiais não podem ser vistos como opostos. Para Marco Morel, seria

(...) reducionismo enxergar os manuscritos em questão como mera reprodução, distorcida ou empobrecida, da imprensa regular (incluindo livros, brochuras, almanaques, etc.), uma vez que possuíam, como aparece indicado, especificidade: linguagem, estilo, conteúdo, identificação de autoria, forma material e modo de circulação que se demarcavam da galáxia impressa. Torna-se mais fecundo pensar num caminho de duas vias, com influências, atritos e contatos recíprocos entre estas escritas, fossem elas impressas ou manuscritas, ambas conformando a cena pública. Os rumores, as vozes públicas e, sobretudo, textos manuscritos como cartas, anotações e mesmo papéis públicos estavam entre as fontes privilegiadas sobre as quais se constituía o campo dos impressos, num constante jogo de reapropriações.⁶⁹

⁶⁹ MOREL, M., *As Transformações dos Espaços Públicos*, p. 230.

Os panfletos manuscritos, portanto, não eram simples reprodutores das ideias presentes nos impressos, mas sim veículos que apresentavam particularidades diante da multiplicação de instrumentos de discussão política do período, possibilitando, dessa forma, a participação de diferentes grupos sociais na constituição de um espaço público de debate político. Nesse ponto, a análise do autor se aproxima do pensamento de Robert Darnton quando apresenta a ideia de redes de comunicação e explica: “Não que os temas dos livros determinassem os motivos dos ‘ruídos públicos’, ou vice e versa, mas as duas formas de comunicação atuavam conjuntamente.”⁷⁰ A questão central para compreender a formação de um espaço público no Reino do Brasil não é pensar em uma hierarquização dos meios de comunicação, mas sim nas diferentes maneiras pelas quais esses meios que caracterizam o hibridismo presente nos primeiros anos da década de 1820 atuavam em conjunto.

Essa troca entre impressos, manuscritos e discussões pode ser percebida, por exemplo, pela presença de figuras do povo nos impressos, como em *O Alfaiate Constitucional*. De acordo com Lúcia Bastos, a presença desses personagens demonstra a idealização de um público, a partir do momento em que, normalmente, essas figuras se comportavam de uma forma que não correspondia à realidade.⁷¹ A presença de figuras do povo não tinha como objetivo incluir essa parcela da população na discussão política, pois para esses autores pertencentes à elite letrada eram eles os responsáveis por conduzir esse debate. Pode-se levantar a hipótese de que a presença dessas figuras se dava como resposta à circulação das informações, em outras palavras, ao perceber que as discussões políticas alcançavam um público amplo, os letrados procuravam incluir representantes de diversos grupos sociais, porém confirmando que eles ainda possuíam superioridade nesse debate político.

Darnton explica que “o veículo impresso desempenhava um papel-chave, preservando e multiplicando o discurso das ruas.”⁷², dessa forma, é possível compreender o papel dos panfletos impressos e periódicos, na medida em que registravam não apenas a opinião dos letrados, mas certo pensamento que foi formado a partir do desenvolvimento das discussões políticas no Reino do Brasil.

⁷⁰ DARNTON, R., *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*, p. 207.

⁷¹ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais – A cultura política da Independência (1820 – 1822)*, p. 102.

⁷² DARNTON, R., *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*, p. 207.

Todavia, desempenhar um papel chave não significa que tivessem uma importância maior que os manuscritos ou que as expressões orais, mas o registro impresso possibilita que, através da sua leitura, seja possível encontrar referências aos ruídos públicos e aos manuscritos.

Levando em conta as dificuldades que envolvem o trabalho com os manuscritos, como a identificação dos autores, da data e do local de produção, esta pesquisa se situa em um lugar de muitas possibilidades. No entanto, mesmo com as imprecisões envolvidas, a análise desses documentos permite levantar inúmeras hipóteses que contribuem para os estudos sobre a construção de um espaço público e a formação de uma opinião pública no Reino do Brasil, como, por exemplo, o questionamento do domínio dos letrados nas discussões políticas. A visão de que a opinião pública era imposta de cima para baixo pode ser discutida, a partir do momento que tal perspectiva não leva em conta a autonomia dos diferentes sujeitos que entravam em contato com as ideias que circulavam pela sociedade e participavam dos debates travados nesse espaço em construção. A fluidez pela qual os impressos, os manuscritos, as conversas e os boatos transitavam ultrapassava qualquer barreira que pudesse afastar os diferentes indivíduos que viveram nos primeiros anos da década de 1820. Como explica Marco Morel:

As chamadas elites culturais, isto é, as letradas e com acesso aos instrumentos da divulgação impressa, se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas. Aceitar que havia um fosso irre recuperável e intransponível entre tais elites intelectuais e o restante da sociedade é, de algum modo, reproduzir acriticamente a própria condição que aquelas a si mesmas atribuíam, de qualitativamente superiores e apartadas da ‘massa inculta’ ou da ‘aristocracia ignorante’, numa forma de distinção típica dos herdeiros da Ilustração. Distinções havia, decerto, mas isso não elimina as interações sociais que se estabeleciam, formalmente ou não.⁷³

Mesmo com as imprecisões envolvidas, portanto, a visão crítica do historiador deve questionar os registros feitos pelos letrados, levantando outras possibilidades de leituras e construindo novas interpretações. Ao apontar que os panfletos manuscritos apresentavam um alcance mais amplo, esta pesquisa não procura compreender os panfletos impressos como veículos que circulavam apenas entre os letrados, mas, ao contrário, como já foi apresentado, os meios de

⁷³ MOREL, M., *Palavra, imagem e poder*, p. 104.

comunicação circulavam entre os diferentes indivíduos que compunham a sociedade do Reino do Brasil. No entanto, como esta pesquisa está limitada à análise da relevância dos panfletos manuscritos para a formação da opinião pública, a circulação dos panfletos impressos entre os indivíduos situados fora dos grupos de poder seria um assunto para outro trabalho.

A simplificação da análise sobre a formação da opinião pública como algo imposto de cima para baixo, além de carecer de uma visão crítica sobre as fontes, também não leva em conta a ideologização dessa expressão durante sua formação. Apesar de ser um consenso entre os letrados que a opinião pública deveria se afastar de caminhos revolucionários, ainda não havia um acordo sobre o público, pois algumas publicações faziam referência a leitores sem instrução que deveriam ser educados para participar dos debates, enquanto outras se dirigiam apenas para os grupos dominantes. Nos primeiros anos da década de 1820, o conceito de opinião pública era interpretado de diferentes maneiras e sofria transformações rapidamente.

Em março de 1821, o periódico *O Conciliador do Reino Unido* apresentava a seguinte observação: “Diz-se que a Opinião é a Rainha do Mundo, o que é Grande Verdade: em vão se luta contra Ela, quando está fortemente pronunciada: só os cegos voluntários não viam os sinais dos tempos”⁷⁴. Nesse exemplo, a opinião pública é retratada como uma força superior que dificilmente poderia ser derrubada. É possível perceber que o periódico apresenta a “Rainha do Mundo” como um novo elemento que surge a partir dos “sinais dos tempos”, ou seja, das diversas transformações que a sociedade enfrentava. Por se tratar de um veículo que defendia a supremacia monárquica, a partir do trecho “em vão se luta contra ela” é possível entender que está implícita a ideia de que o governo não deveria reprimir as expressões dessa força, mas sim atuar de modo que a opinião pública fosse atendida, se aproximando da visão do Cailhé de Geine, que defendia a necessidade de contentá-la.

No ano seguinte, o periódico *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, publicado no Rio de Janeiro, registrou uma visão diferente sobre a opinião pública: “Bem quiséramos nós dar alguma direção a opinião pública (de que ela tanto carece nas atuais críticas circunstancias) porém essa tarefa é

⁷⁴ *O Conciliador do Reino Unido*. N. 1, 1º de março de 1821.

superior as nossas forças”⁷⁵. Nesse exemplo, opinião pública aparece como algo sem controle e sem direção. De acordo com o registro, o periódico se via como o responsável por conduzir essa opinião pública, porém não conseguiu alcançar esse objetivo devido à intensidade do debate político. Relacionando essa perspectiva com o momento em que foi escrita, cinco de janeiro de 1822, um pouco antes do Dia do Fico, é provável que os redatores tenham apresentado essa visão, pois se tratava de um período de muitas discussões e incertezas.

Em agosto do mesmo ano, já era possível identificar outro ponto de vista, no qual a ideia de algo que fugia do controle não era mais encontrada, mas, ao contrário, a opinião pública era vista como consolidada e a favor da monarquia, como pode-se notar no trecho retirado do periódico *O Papagaio*:

Achando-se consolidada a opinião pública sobre os verdadeiros interesses do Brasil e de toda a Família Portuguesa; existindo firme e inabalável a confiança dos Povos no Ministério de Sua Alteza Real; tendo este Augusto Príncipe, nosso Chefe e Amigo, anuído aos desejos dos mesmos Povos, e convocado para bem seu e da Nação inteira uma assembleia Geral e Legislativa para o Reino do Brasil, estão completamente preenchidos os nossos votos, e os votos de todas as pessoas de bem, que pensam sem prevenção e com imparcialidade.⁷⁶

Nesse exemplo, a opinião pública é vista como uma força que atua ao lado do governo e está satisfeita com as decisões políticas adotadas. Aqui, a opinião pública está relacionada àqueles que desejavam a convocação de uma Assembleia Constituinte e que “pensam sem prevenção e com imparcialidade”, ou seja, os que não estavam ligados aos interesses de pequenos grupos, defendendo mudanças que pudessem favorecer a nação.

Em outubro de 1823, após sair do governo do Império, José Bonifácio publicou no periódico *O Tamoyo* uma crítica severa às manifestações da opinião pública, compreendendo-a de maneira oposta à visão apresentada pelo *O Papagaio*:

O que é Opinião Pública? Respondo: opinião pública, ou publicada, que entre nós vale o mesmo, é qualquer calúnia, asneira ou inépcia má que sai à luz em letra de forma, contanto que apareça à face do mundo em certos periódicos, por certos indivíduos de certa súcia. Assim para ter esta opinião pública basta beijar certos traseiros altanados e saber gastar alguns cobrinhos para imprimir desaforos e frioleiras, que te vierem à cabeça, contanto que digas mal de muita gente boa (...),

⁷⁵ *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*. N. 1, 5 de janeiro de 1822

⁷⁶ *O Papagaio*. N. 12, 8 de agosto de 1822.

e que fales muito em despotismo, liberdade, soberania do povo, direitos do homem, veto absoluto, duas Câmaras, e etc...⁷⁷

Através dos exemplos apresentados, é possível notar que durante o processo de emancipação do Reino do Brasil, portanto, o conceito de opinião pública era multifacetado. Um dos seus significados era apresentado pelos letrados que defendiam sua responsabilidade em definir e guiar essa nova força, no entanto, mesmo entre eles a definição da expressão variou significativamente ao longo da década de 1820.

Atualmente, a partir da análise crítica dos materiais produzidos pelos grupos dominantes no início do século XIX, outras dimensões podem ser encontradas. Quando autores como Chartier definem esse conceito como “Uma opinião que poderá apelidar-se de pública, mas que, de facto, é produzida unicamente pelos esclarecidos”⁷⁸, estão reproduzindo a interpretação dos letrados contemporâneos à formação dessa nova fonte de legitimidade. Tal opinião, por mais que fosse produzida pelos esclarecidos, refletia a participação, mesmo que indireta, de diferentes sujeitos no cenário político. O próprio desejo de os letrados afirmarem que eram eles os responsáveis por guiar as discussões políticas demonstra que outros grupos interferiam de alguma maneira nessas discussões.

Embora os mundos do Governo, do Trabalho e da Desordem se apresentassem separados, eles se tangenciavam, o que possibilitava a fluidez pela qual as informações circulavam e os indivíduos se relacionavam. Com a formação de um espaço público, a democratização das discussões possibilitou que essa separação fosse enfraquecida e, diante do envolvimento de indivíduos oriundos de diferentes camadas sociais nas discussões políticas, os letrados procuraram reforçar o seu papel de responsáveis pela formação de uma opinião pública. Esse pensamento presente entre os grupos dominantes deve ser reconhecido como algo produzido no contexto do século XIX e, por isso, relativizado nos trabalhos que analisam a formação de uma opinião pública, possibilitando, portanto, a elaboração de outras interpretações que permitam o questionamento da ideia de controle sobre a construção de um espaço público e da passividade dos diversos grupos que compunham a sociedade do Reino do Brasil.

⁷⁷ O Tamoyo. N. 21, 9 de outubro de 1823 *apud* NEVES, L. M. B. P., *Corcundas e constitucionais – A cultura política da Independência (1820 – 1822)*, p. 111-112.

⁷⁸ CHARTIER, R., *A História Cultural*, p. 192.

4.

Um “laboratório historiográfico”

No meio do pélago imenso de tantas, e tão encontradas opiniões, quais as que hoje aparecem, e que são consequências infalíveis das grandes mudanças políticas; é um dever do Cidadão, que escreve dirigir a opinião pública, e levá-la, como pela mão, ao verdadeiro fim da felicidade social⁷⁹

A citação publicada no periódico *O Volantim*, em 16 de setembro de 1822, no Rio de Janeiro, retrata o alargamento das discussões políticas no início da década de 1820, no Reino do Brasil, evidenciando os processos de democratização, ideologização, politização e temporalização. De acordo com o registro do redator, havia a coexistência de diferentes opiniões, ou seja, os diversos meios utilizados pelos indivíduos para expressarem seu posicionamento diante do movimento constitucionalista, como panfletos e periódicos, não apresentavam um conteúdo unívoco, mas sim expressavam uma multiplicidade de pontos de vista acerca das transformações políticas do período. O redator deixa claro que, para ele, “o cidadão que escreve”, ou seja, aquele que escrevia os panfletos impressos e os periódicos, era visto como o responsável por conduzir a opinião pública, demonstrando a importância atribuída a esses materiais no processo de construção do espaço público. A responsabilidade de dirigir a opinião pública atribuída ao “cidadão que escreve” explicita a ideia de eliminação de qualquer alternativa que envolvesse mudanças profundas que invertessem a ordem social, em outras palavras, esse trecho demonstra a visão presente entre grande parte dos letrados do período de que eles deveriam conduzir as discussões travadas no espaço público.

Os panfletos manuscritos consistiam em parte da imensidão de materiais produzidos na construção de um espaço público, mencionada pelo redator do periódico. Se de fato esses manuscritos foram escritos por sujeitos oriundos de diversos setores sociais, certamente o redator do *Volantim* não os reconhecia como responsáveis por conduzir a opinião pública. A confirmação sobre a autoria dos manuscritos é uma das diversas dificuldades que envolvem o trabalho com esse material. Ao contrário de encarar esses obstáculos como barreiras intransponíveis,

⁷⁹ “Extraído do número 1 do Conciliador Nacional de Pernambuco” apresentado em *O Volantim*. N. 13, 16 de setembro de 1822.

é possível observá-los como indicadores de diversos caminhos, o que possibilita o levantamento de inúmeras hipóteses sobre a produção e circulação dos panfletos manuscritos.

Carlo Ginzburg, ao comentar a obra *O Retorno de Martin Guerre*, apresenta a seguinte observação realizada por Natalie Zemon Davis ao assistir a montagem do filme sobre a obra: “pareceu ter à minha disposição um verdadeiro e apropriado laboratório historiográfico, um laboratório em que a experimentação não produzia provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas.”⁸⁰ A ideia de laboratório historiográfico é interessante pois indica uma possibilidade para o historiador trabalhar as lacunas deixadas pela documentação, como ocorre com a análise dos panfletos manuscritos. No caso desses documentos, é possível encontrar inúmeras possibilidades, tanto no que diz respeito à autoria como na forma como eram lidos, que permitem compreender diversos aspectos que caracterizaram a construção de um espaço público no Reino do Brasil. Ao comentar a obra de Davis, Ginzburg afirma

A investigação (e a narração) de N. Davis não se baseia na contraposição entre <<verdadeiro>> e <<inventado>>, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de <<realidades>> e <<possibilidades>>. Daí vem, no seu livro, a proliferação de expressões como <<talvez>>, <<tiveram de>>, <<pode-se presumir>>, <<certamente>> (que em linguagem historiográfica costumam significar <<muito provavelmente>>) e assim por diante. Neste ponto a divergência entre a ótica do juiz e a do historiador torna-se clara. Para o primeiro, a margem de incerteza tem um significado puramente negativo, e pode conduzir a um *non liquet* – em tempos modernos, a uma absolvição por falta de provas. Para o segundo, isso obriga a um aprofundamento da investigação, ligando o caso específico ao contexto, entendido aqui como campo de possibilidades historicamente determinadas.⁸¹

Assim como Natalie Zemon Davis fez ao estudar o caso ocorrido no povoado de Artigat, este trabalho também realiza uma integração entre “realidades” e “possibilidades”. Se é difícil precisar quem eram os autores dos manuscritos, ao refletirmos sobre a linguagem empregada e as diferentes formas pelas quais esse material circulava, é possível indicar que os seus autores podem ser de diferentes origens sociais. Como afirma Ginzburg, essa margem de incerteza não impossibilita

⁸⁰ DAVIS, N. Z. *apud* GINZBURG, C., Provas e possibilidades à margem de <<Il retorno de Martin Guerre >> de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*, p. 180.

⁸¹ GINZBURG, C., Provas e possibilidades à margem de <<Il retorno de Martin Guerre >> de Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*, p. 183.

o trabalho do historiador, mas, pelo contrário, sugere que o pesquisador busque compreender melhor o contexto estudado, aprofundando sua reflexão. Encarar as dificuldades encontradas na análise dos panfletos manuscritos como um impedimento ao trabalho com essas fontes seria eliminar um material extremamente rico que apresenta novas dimensões sobre a formação de um espaço público no cenário da emancipação do Reino do Brasil.

Em 25 de outubro de 1820, Cailhé de Geine escreveu uma carta para Paulo Fernandes Viana sobre a exposição de alguns manuscritos: “Dans les conversations politiques que sont naître les événements il a été beaucoup question aujourd’hui des placards que sont été affichés la nuit dernière.”⁸² O trecho se refere a alguns panfletos com as palavras “Viva dom João VI, viva a constituição” que haviam sido expostos na Rua da Quitanda e na rua São Pedro. Cailhé relatava ao Intendente que, apesar de serem hostis, a exposição desses materiais era insignificante, pois os panfletos foram retirados rapidamente. Por mais que, nesse caso específico, os panfletos não tenham ficado expostos por muito tempo, esse exemplo ilustra a prática de pregar papéis incendiários pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, apresentando questões relacionadas ao movimento constitucionalista e ao futuro político do Reino do Brasil. Cailhé não deixou claro o motivo da retirada dos panfletos, porém, ao contrário do que o informante afirmou, sua rápida exposição pode não ter sido tão irrelevante. Os panfletos podem ter sido retirados para serem pregados em outros locais ou alguém pode ter removido os papéis para copiá-los, possibilitando que o conteúdo atingisse um número maior de pessoas. Dificilmente os historiadores conseguirão investigar o que aconteceu com esse material, pois tal tarefa implicaria na localização de diferentes fontes de que não há sequer a certeza da existência, no entanto as possibilidades que podem ser levantadas sobre o paradeiro dos escritos indicam as diversas formas de circulação de informações existentes no início do século XIX.

Não se sabe ao certo a quantidade exata de panfletos manuscritos que foi produzida nos primeiros anos da década de 1820. Muitos não foram conservados ou se perderam nos arquivos e, até o momento da produção deste trabalho, foram localizados trinta e quatro panfletos: trinta e dois deles estão reunidos no Arquivo

⁸² Cailhé de Geine a Paulo Fernandes Viana, 25 de outubro de 1820, ANRJ, Gabinete D. João VI, pasta 127-2008.

Histórico do Itamaraty⁸³, um foi encontrado na Biblioteca Nacional e um foi apresentado por Oliveira Lima na obra *D. João VI no Brasil*. Entre esse material, um deles apresenta duas cópias e onze foram escritos em forma de verso, sendo que dez apresentam rimas. Era comum que esses panfletos manuscritos fossem expostos pelas ruas da cidade, presos nas portas das igrejas ou então distribuídos por baixo das portas das residências. Alguns exemplares são semelhantes a bilhetes trocados entre amigos ou conhecidos, indicando que também era comum a circulação de mãos em mãos.

Grande parte desses panfletos apresentava críticas ao absolutismo e defendia a instituição de um regime constitucional. Nas críticas à ausência de um corpo de leis, diversos termos eram utilizados, entre eles grilhão, escravidão, despotismo e jugo, como é possível notar nos exemplos a seguir: “o exemplo heroico dos bravos Baianos não nos excitará à deliberação de romper os ferros do Despotismo?”⁸⁴ e “haverá Constituição que, tirando-nos do aviltamento da escravidão, nos faça um Povo Livre, e Representativo.”⁸⁵ O termo liberdade, por outro lado, era mencionado como um ponto de chegada, após o fim da opressão a qual a população estava submetida: “raia em nosso Horizonte a Estrela da Liberdade regada por Leis sábias”⁸⁶ Como é possível notar nesse exemplo, a liberdade seria garantida por “leis sábias”, feitas não pelo monarca, mas sim por representantes da nação. Apesar da adesão ao movimento iniciado em Portugal e a semelhança, nos primeiros momentos, com as exigências apresentadas pelos portugueses reinóis, praticamente todos os panfletos produzidos no Reino do Brasil não se posicionavam sobre a possível volta de D. João VI. Dos trinta e quatro panfletos analisados, apenas um defendia a volta do rei, alertando o monarca sobre o risco de perder seu poder caso permanecesse no Brasil. Como grande parte dos panfletos não apresenta a data em que foram produzidos, a omissão sobre o tema pode ter ocorrido pela possibilidade de alguns dos panfletos terem sido escritos após o retorno de D. João VI a Portugal.

Por mais que fossem feitas críticas ao regime político, a figura do monarca era preservada e as acusações mais graves eram direcionadas aos ministros, característica chamada de despotismo ministerial, por Lúcia Bastos. A historiadora

⁸³ Os 32 panfletos encontrados no Arquivo do Itamaraty foram reunidos na obra *Às Armas, cidadãos*, organizada por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile.

⁸⁴ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 2.

⁸⁵ AHI - Lata 195, Maço 1, Pasta 7.

⁸⁶ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 2.

aponta que o Marquês de Alorna, em suas Memórias, explica que a defesa da figura do rei junto às críticas ao governo tiveram início no período em que Marquês de Pombal foi ministro de Dom José I, quando os documentos oficiais apresentavam além do nome do monarca, o nome dos auxiliares que atuavam ao seu lado. Nas primeiras décadas do século XIX:

o rei aparecia como um homem enganado por seus auxiliares, fossem os áulicos do Rio de Janeiro, ou os governadores do Reino português. Havia uma desconfiança em relação a todas as autoridades, mas procurava-se manter o amor dos povos ao rei (...)⁸⁷

A relação entre a defesa do rei e as críticas direcionadas aos seus ministros também pode ser encontrada no material produzido por Auguste de Saint-Hilaire. Ao escrever sobre a reação dos habitantes da região de Água Comprida, em São Paulo, diante do movimento constitucionalista, o viajante francês também mencionou a preservação da figura do monarca quando afirmou que os moradores daquela área “Professam, como outrora, o mesmo respeito pela autoridade, falam sempre do Rei como árbitro supremo de suas existências e da de seus filhos. É sempre ao Rei que pertencem os impostos, as passagens dos rios etc...”⁸⁸. Em outro texto, escrito na Vila de Taubaté, em abril do mesmo ano, Saint-Hilaire registrava a maneira como os funcionários do governo eram vistos, demonstrando que eram considerados os responsáveis pela desigualdade e pelos abusos existentes, enquanto o monarca ainda era encarado como uma figura que podia atuar a favor da população:

Aqui, lei alguma consagrava a desigualdade, todos os abusos eram o resultado do interesse e dos caprichos dos poderosos e dos funcionários. Mas são estes homens que, no Brasil, foram os cabeças da Revolução; não cuidavam senão de diminuir o poder do Rei, aumentando o próprio. Não pensavam de modo algum nas classes inferiores. Assim, o pobre lastima o Rei e os capitães-generais, porque não sabe mais a quem implorar apoio.⁸⁹

⁸⁷ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 124

⁸⁸ SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo* (1822), p. 156.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 180.

Outro aspecto presente nas discussões desse período que pode ser encontrado nos panfletos manuscritos é a referência à Igreja, como é possível notar nos exemplos a seguir: “Viva a Religião, Viva El Rei, Viva a constituição”⁹⁰ e “Viva a Constituição que fizeram as Cortes de Portugal modificada por nossos Deputados nas mesmas Cortes, Viva El Rei o muito amado Sr. D. João 6º, a sua Dinastia, e a nossa Santa Religião”⁹¹. Em outro panfleto, o autor defendia que o Império português deveria estar apoiado na justiça e na religião: “De um lado esteja Justiça D`outro lado Religião, Firmando em Bases d`ouro Luso Império João. Em lugar mais eminente Presida em união Lei divina que inspira A nossa Constituição”⁹². Esse aspecto religioso que fazia parte da cultura política do período demonstra que, mesmo passando por um processo de rompimento com antiga ordem, tanto no Reino do Brasil como em Portugal, não era frequente o questionamento da religião. Nesse campo, as críticas estavam direcionadas à atuação do clero ou da Igreja, enquanto a religião católica, por sua vez, ainda era encarada como uma das bases para o novo regime constitucional.

O conteúdo apresentado nos panfletos é indicativo das mudanças ocorridas na cultura política, em outras palavras, através da análise desses materiais é possível encontrar reivindicações e sugestões que demonstram a forma como a circulação de novas ideias foi recebida pelos homens do período. A cultura política está relacionada à maneira como os homens de determinado momento entendem o mundo, representando os valores das práticas políticas das sociedades. Como está vinculada à maneira como os indivíduos se posicionam diante das transformações e permanências de determinada sociedade, é possível afirmar que a cultura política é uma construção histórica, datada e plural, ou seja, em um mesmo momento, como no início da década de 1820, por exemplo, pode-se identificar variadas culturas políticas. Dessa forma, entre os panfletos manuscritos e outros materiais que contribuíram para a construção de um espaço público, é possível encontrar diversos posicionamentos e propostas distintas que representam os interesses de cada grupo.

Entre os panfletos utilizados nesta pesquisa, um deles, escrito na Bahia, contém uma lista de pessoas envolvidas no movimento constitucionalista⁹³. Outros

⁹⁰ AHI - Lata 195, Maço 1, Pasta 7.

⁹¹ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 2.

⁹² AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 13.

⁹³ AHI - Lata 195, maço 6, pasta 13

dois panfletos, um escrito no Rio de Janeiro e outro de origem não identificada, apresentam listas de indivíduos que deveriam ser presos ou afastados do poder⁹⁴, como Francisco José Rufino de Souza Lobato, Francisco Bento Maria Targini, Fernando Carneiro Leão, Tomás Antônio Vilanova Portugal, Paulo Fernandes Vianna, Amaro Velho da Silva, D. Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto (Marquês de Loullé) e Miguel Rafael Antônio do Carmo Noronha Abranches (Conde de Parati). Além desses, é possível que o Prebelo Filho mencionado no *Versos contra o Governo D. João* seja João Rebelo de Vasconcelos, filho de José Maria Rebelo de Andrada, e o Carvalho citado no mesmo panfleto, seja Luiz José de Carvalho e Melo. A elaboração desse tipo material, sugerindo o afastamento de alguns auxiliares que atuavam no governo, é um exemplo do despotismo ministerial presente no período. As críticas eram direcionadas aos ministros, considerados os responsáveis pelo mau governo, enquanto o rei deveria afastá-los para conseguir reparar os problemas enfrentados.

Era comum que os papéis incendiários que circulavam fossem copiados por diferentes indivíduos. Dois dos panfletos estudados, escritos na Bahia, apresentam no alto dos documentos a palavra “cópia” com a mesma grafia do texto⁹⁵. Tal fato pode ser explicado de, pelo menos, duas maneiras: os panfletos encontrados nos arquivos podem ter sido obra de copistas, que apenas reproduziram um texto, ou os próprios autores escreveram mais de um exemplar. Durante o período estudado, a cópia era uma forma de transpor os limites técnicos existentes. A Impressão Régia foi criada com a chegada da família real portuguesa, em 1808, e, a partir daí, começaram a surgir tipografias particulares no Rio de Janeiro e em outras regiões, como Bahia, Pernambuco, Maranhão e Grão-Pará. Porém, em um momento de intensificação da produção, como os primeiros anos da década de 1820, o número de tipografias ainda não era suficiente para atender à quantidade de material produzido. Diante das dificuldades encontradas, a cópia poderia ser um caminho encontrado pelos homens do período para que seus textos circulassem mais rapidamente e com uma facilidade maior. Outro exemplo de material que foi reproduzido é a existência de três panfletos escritos com letras diferentes com o mesmo conteúdo:

⁹⁴ BNRJ I-33,30,040 e AHI - lata 195, maço 6, pasta 2

⁹⁵ AHI- lata 195, maço 1, pasta 7 e AHI- lata 195, maço 1, pasta 6.

Às armas cidadãos É tempo às armas
 Nem um momento mais, perder deveis
 Se à força da Razão os Reis não cedem
 Das armas ao Poder cedam os Reis⁹⁶

Além dos três exemplares, a expressão “Às armas cidadãos” também pode ser encontrada em outros panfletos, sendo utilizada de diferentes maneiras: “Às armas, às armas cidadãos honrados”⁹⁷, “Heróis baianos! Às armas”⁹⁸, “às armas portugueses às armas amantes da vossa nação”, “às armas habitantes dessa cidade” e “às armas amigos da nação”⁹⁹, sugerindo que a expressão foi apropriada de diversas formas pelos autores dos panfletos. A utilização dessa expressão revela claramente uma referência ao hino Marselhesa e ocorreu tanto no Rio de Janeiro como na Bahia, o que demonstra que a Revolução Francesa possuía um papel de referência em diversas regiões do Reino do Brasil. Ao levantar a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução passou a ser encarada como um exemplo a ser seguido por diversos movimentos travados no Ocidente. Além da busca pelo estabelecimento dos mesmos valores conquistados no exemplo francês, a importância dada à Revolução era tanta que até parte do hino foi apropriada no movimento constitucionalista do Reino do Brasil. Na maior parte dos casos, o termo “às armas” é utilizado como meio de mobilizar os leitores, convocando-os a participarem do movimento.

A menção à utilização da violência não era muito frequente, dos trinta e quatro panfletos apenas onze apresentam essa referência. Mesmo não aparecendo com muita frequência, esse tipo de linguagem, além de ser um recurso para aumentar o impacto do conteúdo apresentado aos leitores, demonstra o acirramento da luta pela elaboração de uma Constituição, como é possível notar nos exemplos a seguir: “Viva a Religião, Viva El Rei, Viva a constituição e morram todos aqueles, que maliciosamente se opõem à sua aprovação.”¹⁰⁰, “Viva El Rei, Viva a constituição e morram todos aqueles que se opuserem aos verdadeiros interesses da

⁹⁶ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

⁹⁷ AHI - lata 195, Maço 1, Pasta 7.

⁹⁸ AHI - lata 195, Maço 1, Pasta 7.

⁹⁹ AHI - lata 195, Maço 6, Pasta 2.

¹⁰⁰ AHI - lata 195, Maço 1, Pasta 7

Nação.”¹⁰¹, “Eia pois amados patrícios as Armas Se voltem contra os tiranos”¹⁰², “As armas decidam a questão. Viva El-Rei Dom João, toda a Família Real, e a nova Constituição e morra tudo quanto é ladrão.”¹⁰³, “Viva a constituição, e morram todos aqueles que não aprovarem”¹⁰⁴, “Esta corja que te cerca Urde a tua perdição Manda enforcá-la toda Assina a Constituição”¹⁰⁵, “Excelso rei, Se queres viver em paz Enforca Targine E degrada Thomaz”¹⁰⁶. Como é possível notar, o apelo à violência geralmente estava direcionado àqueles que se opunham aos interesses da nação. Um panfleto produzido no Rio de Janeiro, entre o final de 1822 e o início de 1823, quando a ruptura entre os dois reinos já havia se concretizado, direcionava a violência apenas aos portugueses, isto é, aos inimigos da independência, defendendo “que se declare o direito de talião contra os soldados Portugueses, que se forem feitos prisioneiros.”¹⁰⁷ É possível que a menção à morte de alguns indivíduos não esteja relacionada à morte física, sendo empregada como uma oposição aos “Vivas” consagrados ao Rei e à Constituição.

Além da cópia de panfletos ou de pequenos trechos como “às armas” e os “vivas”, também era comum que a pessoa que a realizasse acrescentasse mais informações, como é possível notar em dois panfletos com o título *Aviso*. Os panfletos, escritos com grafias diferentes, apresentam um texto em comum, porém em um deles o autor acrescentou três estrofes, o que indica algumas possibilidades: um dos autores pode ter considerado relevante acrescentar mais algumas informações em seu panfleto; caso o panfleto mais longo tenha sido escrito primeiro, é possível que o autor do segundo tenha optado por copiar apenas parte do texto; o autor do panfleto com mais versos pode ter realizado a cópia de dois panfletos diferentes. Como se trata de um material que não apresenta data e autoria, o trabalho com esses documentos possibilita diferentes caminhos para interpretação. No entanto, apesar de ser um espaço de algumas incertezas, a análise desses panfletos manuscritos demonstra que as ideias debatidas no movimento constitucionalista circularam de diferentes formas e alcançaram diversos grupos

¹⁰¹ AHI - lata 195, Maço 1, Pasta 7.

¹⁰² AHI - lata 195, Maço 6, Pasta 2.

¹⁰³ AHI - lata 195, Maço 6, Pasta 13

¹⁰⁴ AHI - lata 195, Maço 6, Pasta 13.

¹⁰⁵ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 13.

¹⁰⁶ LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 575

¹⁰⁷ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 13.

pelas regiões do Reino do Brasil. Um dos panfletos intitulado *Aviso* apresenta o seguinte conteúdo:

Aviso

Pelo povo ao Rei, o poder é dado,
Ao povo portanto legislar compete,
Se a este aviso o Rei não cede,
Às armas cederá o seu poder inerte.

Da Nação o Rei não é mais que chefe,
Para executar a Lei por ela imposta.
Como é possível então que o Rei dite?
Não! Não! Cidadãos! Eis a resposta!!

Viva o Rei que jurar
A sábia Constituição,
Que pelas Cortes for dada
Da Portuguesa Nação.¹⁰⁸

No outro panfleto intitulado *Aviso*, além desse trecho também está presente mais três estrofes:

Como pode o Rei ao Povo dar a Lei;
Se do Rei no Povo há o poder?
Pode haver Povo sem ter Rei;
E Rei sem ter Povo pode haver?

Demite, Rei, de ti esses malvados
Que de todo a Nação querem acabar
Chama homens de bem, desinteressados
Se queres tantos males evitar.

¹⁰⁸ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 13.

Ao Povo compete dar a Lei
Ao Rei fazê-la executar.¹⁰⁹

A principal questão apresentada por esses panfletos é a transformação no papel do rei. O autor deixa claro que, ao contrário do Antigo Regime, a partir daquele momento, o rei deveria executar as leis elaboradas pela nação. Apesar da defesa da figura do monarca, com parte das críticas direcionadas aos ministros do rei, há um claro deslocamento da soberania, deixando de estar atrelada à figura do rei e se aproximando do Povo, que passa a ser encarregado de escolher seus representantes políticos. O autor, inclusive, explicita a importância do apoio do povo para que o rei consiga governar, como é possível notar na seguinte passagem “Pode haver povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo pode haver?”. É possível concluir que deveria haver um acordo entre o monarca e a nação, segundo o qual o rei teria o papel de executar as leis elaboradas pelo Povo e, caso contrário, o Povo poderia se posicionar contra o governo: “Se a este aviso o Rei não cede, Às armas cederá o seu poder inerte”. A relação apresentada entre as leis e o papel do rei se aproxima do conteúdo de um provérbio medieval “Qui veut le roi, si va la loi”¹¹⁰. Essa aproximação pode representar a manutenção do provérbio ou da sua ideia pela tradição oral. Diferentemente do Antigo Regime, quando o rei promulgava as regras que seriam mais apropriadas para a população, o autor do panfleto afirmava que, a partir de então, o monarca só conseguiria manter seu poder se as leis fossem elaboradas por representantes na nação, refletindo a vontade da população.

Assim como o *Aviso*, outros panfletos refletem a emergência de uma nova cultura política, na qual o rei enfrentava a perda de sua autoridade:

Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei

Se queres ainda reinar,
Olha beato João,
Deves ir para Portugal,
E assinar a constituição

¹⁰⁹ AHI - Lata 195, Maço 6, Pasta 13.

¹¹⁰ DAVIS, N. Z., *Culturas do Povo*, p. 190.

Se tu depressa não vais
Para o teu país natal,
Ó João olha que perdes
O Brasil e Portugal.

Deteste qualquer traidor
Que o contrário te encareça,
Uma vez ao Mundo mostra
Qu'inda tens uma cabeça.

Não te fies no malvado,
No pérfido Thomaz Antonio
Olha que quando te fala,
Por ele te fala o Demônio

Isto o que deves fazer,
Se não és um toleirão,
Doutra sorte te virá
A faltar o mesmo pão.

Assina a constituição
Não te faças singular,
Olha que a teus vizinhos
Já se tem feito assignar

Isto não só é bastante,
Deves deixar o Brasil,
Se não virás em breve
A sofrer desgostos mil.

Se assim o não fizeres
Diz adeus a Portugal,
E Rei lá verás depressa
O Duque de Cadaval

Repara pra o que te digo,
 Não sejas um papa-açorda,
 Não desgostes Portugal
 Antes que a desgraça te morda

Se tu assim o fizeres
 Serás de todos amado,
 De vassalos e vizinhos,
 O teu nome respeitado.

Por um amante da Pátria¹¹¹

No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, o autor trata o rei de maneira informal se dirigindo ao monarca apenas pelo primeiro nome como no trecho “Olha beato João”. O emprego de adjetivos como papa-açorda, toleirão e beato, além de contribuir para o tom cômico do panfleto, também demonstra a ideologização dessas palavras. Um monarca toleirão ou papa-açorda seria aquele que não conseguiria administrar uma reforma política. Além de se dirigir ao monarca de maneira informal, o autor também sugere a existência de um acordo entre rei e nação, como é possível perceber no trecho: “Se tu assim fizeres Serás de todo amado”.

O panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei* se aproxima do *Quadras* em alguns pontos, como a forma pela qual se dirigem ao monarca, chamando-o de João, e o tom jocoso:

Quadras
 1a
 Grande Rei, feliz Monarca
 Pio e ditoso João;
 Faça a tua, e nossa dita,
 Assina a Constituição

¹¹¹ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

2a

A mesma para o Brasil

Dá de leal Coração,

Não faças tua desgraça

Assina –

3ª

Vê que se perdes a Luzia

O Brasil perdes então;

Não tens mais p`ra onde fugir

Assina –

4ª

Não queiram teus semelhantes

Arrastar sempre o grilhão

Se Rei pela metade,

Assina –

5ª

O valoroso Brasil

Ao Norte vê o Clarão;

Teme o seu desespero

Assina –

6ª

Este Mundo que habitas,

É de outra Geração;

Se n`ele queres reinar,

Assina –

7ª

He muito tanto sofrer

Sempre em dura escravidão,

Antes que os ferros quebrem,

Assina –

8ª

Este rico continente

Está todo em convulsão

O teu mal é sem remédio

Assina –

9ª

Abre os olhos, que é tempo

De deixar a adulação

Lembra-te que és mortal

Assina –

10ª

Essa corja que te cerca

Urde a tua perdição,

Manda enforcá-la toda

Assina a Constituição.¹¹²

Além de os dois panfletos apresentarem dez estrofes com quatro versos, ambos apresentam críticas aos ministros do rei, preservando a figura do monarca em uma nova situação. No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, a crítica é direta a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que foi ministro dos Negócios do Reino, dos Estrangeiros e Guerra e do Erário, entre 1818 e 1820, “Não te fies no malvado, No pérfido Thomaz Antonio: Olha que quando te fala, Por ele te fala o Demônio.” Já no *Quadras*, a crítica é generalizada “Esta corja que te cerca Urde a tua perdição, Manda enforcá-la toda Assina a Constituição”. Como já foi exposto, a referência negativa aos ministros do rei era algo comum nos textos produzidos nesse período, no entanto esses dois panfletos apresentam outros pontos em comum que não estavam presentes em outros materiais. Um deles é a referência aos movimentos de emancipação das Treze Colônias e da América espanhola com o objetivo de alertar D. João VI. No panfleto *Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, o autor escreveu “Assina a Constituição Não te faças singular, Olha que a teus vizinhos Já se tem feito assinar!” e no *Quadras*: “Este rico continente Está todo em convulsão; O teu mal é sem remédio, Assina a Constituição”. Os dois panfletos também citam a possibilidade de perda de poder nas duas partes do Império: “Se tu depressa não vais Para o teu país natal, Ó João olha que perdes O Brasil, e Portugal” e “Vê que se perdes a Lísia O Brasil perdes então; Não tens mais p`ra onde fugir, Assina a Constituição”. Um dos pontos interessantes levantados pelos autores é a

¹¹² AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

referência ao perigo em que o rei se encontra, estabelecendo uma comparação com o que ocorreu com Luís XVI e Maria Antonieta: “Detesta qualquer traidor Que o contrário te encareça, Uma vez ao Mundo mostra Qu`inda tens uma cabeça” e “Abre os olhos, que é tempo De deixar de adulação Lembra-te que és mortal, Assina a Constituição”. A menção à possibilidade de morte do rei, além de ser peculiar aos dois panfletos, também reflete o processo de perda de autoridade que o rei enfrentava.

Essas características em comum sugerem que um dos autores foi incentivado pelo outro e, por isso, se apropriou de algumas ideias presentes no outro panfleto. A possibilidade de ser o mesmo autor é pequena, pois as letras apresentam muitas diferenças. Se um desses panfletos incentivou a escrita do outro, é possível levantar a possibilidade de terem circulado pelo mesmo espaço e, portanto, o *Quadras*, que foi classificado como de “origem não identificada” pelos organizadores do livro *Às armas, cidadãos!*, também teria sido produzido no Rio de Janeiro. Essa possível troca é mais um exemplo da democratização das discussões que permitiu a ampliação do debate com a participação de um número maior de indivíduos. Ao serem expostos, copiados, circularem entre diferentes indivíduos, lidos em voz alta ou mesmo em conversas, o conteúdo dos panfletos conquistava um alcance significativo, estimulando a adesão ao movimento. Alguns indivíduos podem ter sido incentivados a escrever a partir de alguma leitura ou conversa, em outras palavras, pessoas que, a princípio, não eram muito envolvidas com questões políticas, podem ter atuado como autores ou copistas a partir do momento que o debate foi ampliado.

Ao trabalhar o crescimento das discussões políticas e a produção de panfletos em Paris, ao longo do século XVIII, Chartier afirma que:

O *mauvais discours* trocado nas ruas ou escrito em *placards* produziu uma politização radical em que o monarca não estava mais isento de críticas e que visava a fazer que a gente comum de Paris se envolvesse em algum dos campos opostos.¹¹³

A democratização do debate político em Paris, portanto, contribuiu para que o poder do rei fosse abalado, a partir do momento em que as críticas ao regime político e à figura do monarca deixaram de ser realizadas apenas no campo privado

¹¹³ CHARTIER, R., *Origens culturais da Revolução Francesa*, p. 179.

e atingiram o espaço público. Traçando um paralelo entre a situação francesa, apresentada por Roger Chartier, e os primeiros anos da década de 1820 no Reino do Brasil, a circulação de panfletos que apresentavam termos como papa-açorda e toleirão relacionados ao monarca possibilitava que essa imagem do soberano fosse difundida, enfraquecendo ainda mais o governo. O emprego desses adjetivos demonstra que, apesar de não serem apresentadas propostas de derrubada do rei, como era comum em relação aos ministros, a imagem do monarca estava abalada. Por mais que parte da população desejasse uma reforma na organização política com a permanência de D. João VI, o rei já não era visto da mesma maneira que anteriormente. Com os movimentos de derrubada do Antigo Regime, ocorreu uma democratização das críticas ao monarca a partir do momento em que os questionamentos passaram a ser discutidos no espaço público, demonstrando o desmantelamento da imagem de uma população leal e um rei paternal.

Essa nova representação sobre a figura do monarca que começava a ser construída está relacionada ao deslocamento da soberania, saindo das mãos do rei e passando a estar mais próxima do Povo, expressada pelo movimento constitucionalista. A partir daí, portanto, o rei deixa de ser visto como um pai protetor que concentrava todos os poderes em suas mãos e o próprio Povo se considera o responsável por realizar uma transformação política que possibilitasse a implantação de leis que representassem a vontade da nação, que passa a ser vista como soberana. Esse processo de deslocamento da soberania possibilitou que, em alguns casos, a opinião pública fosse considerada soberana, como, por exemplo, quando é considerada a Rainha do Mundo pelo *Conciliador do Reino Unido*¹¹⁴. Sobre esse aspecto, Marco Morel explica:

A opinião pública politiza-se diante da crise da monarquia francesa e passa a se identificar com a formação de um espírito nacional. Ou seja, começa a permitir como que uma transmissão de soberania: a legitimidade desloca-se do poder proclamado como Absolutista do rei para um ‘tribunal’ acima dos poderes, o Tribunal da Opinião Pública¹¹⁵

A imagem da opinião pública como soberana não deixa de estar relacionada à ideia de soberania da nação, pois, por mais que a opinião pública fosse definida

¹¹⁴ *O Conciliador do Reino Unido*. N. 1, 1º de março de 1821.

¹¹⁵ MOREL, M., *As transformações dos espaços públicos*, p. 202.

de diferentes maneiras naquele período, havia um ponto em comum: essa força se diferenciava da postura da monarquia absoluta. Por ter sido formada a partir da construção de um espaço de debate dissociado do Estado, a opinião pública representava os diferentes posicionamentos diante das mudanças enfrentadas, apresentando críticas e propostas ao rei que não poderiam ser ignoradas.

Em 23 de fevereiro de 1821, foi feito um decreto propondo a criação de uma comissão do Conselho Real que estaria encarregada de adaptar as leis criadas pela Constituinte em Lisboa ao Reino do Brasil. Tal decreto não foi bem recebido por parte da população como é possível notar em um panfleto escrito no Rio de Janeiro, no início de 1821. No panfleto há uma menção clara ao deslocamento da soberania, presente no trecho onde o autor afirma que os ministros e o decreto de 23 de fevereiro de 1821 “negam a soberania à Nação, querendo fazer uma quinta de Escravos seus para formarem a Constituição e Lei que nos devem reger”¹¹⁶. Para o autor do manuscrito, a mudança nas leis elaboradas em Portugal por essa comissão poderia separar as duas partes do Reino Unido. Em outro trecho o autor afirma,

declarando altamente, e com aquela soberania, que só é inerente e própria de uma Nação livre, que não queremos outra Constituição, se não a de Portugal, que deve abranger todo o Reino Unido, e que a Nação, que reassumiu, em si o poder soberânico para quebrar os seus vergonhosos ferros, é quem deve eleger, pela maneira adotada em Portugal os deputados, que sem perda de tempo, devem, ser enviados para formarem parte das cortes constitucionais(...).¹¹⁷

De acordo com o autor, a nação como soberana deveria eleger os deputados que participariam da Constituinte, elaborando leis apropriadas para o Reino do Brasil. O deslocamento da soberania é um dos pontos que possibilitam notar que o papel do monarca estava sofrendo transformações, sobretudo no que diz respeito à sua autoridade. Ao trabalhar a questão da crescente perda da autoridade no mundo moderno, Hannah Arendt esclarece que, muitas vezes, a autoridade é confundida com poder e violência, porém, ao contrário do que parece, está desvinculada dos atos de coerção e argumentação.

a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de

¹¹⁶ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹¹⁷ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

argumentação. Onde se utiliza argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos. (A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.)¹¹⁸

Para Hannah Arendt, a perda da autoridade faz parte de um processo mais amplo que a autora classifica como “declínio do ocidente” e está relacionada ao enfraquecimento da religião e da tradição. A autoridade, citada pela autora, não envolve o uso da força, mas sim a manutenção de uma relação com o legado de determinada sociedade e com a crença em um futuro recompensador. Na República romana, por exemplo, os anciãos possuíam autoridade, pois conservavam a tradição daqueles responsáveis pela sua fundação. No contexto do movimento constitucionalista, a tradição era encarada como algo ultrapassado que deveria ser renovado, o que reflete a perda da autoridade por parte da monarquia. A tradição, que tinha como principal representante o rei, estava sendo questionada enquanto surgiam propostas de novas organizações políticas que substituíssem as antigas.

Anteriormente, com o fim da Idade Média e a construção dos Estados modernos, a aliança entre trono e altar foi estabelecida para que a autoridade secular dos monarcas pudesse ser mantida, pois a crença em um futuro recompensador, apresentada pelo cristianismo, impediria que o povo realizasse uma revolução. Ao contrário desse caso, no qual a esperança depositada no futuro estava vinculada à manutenção da tradição, o movimento constitucionalista, assim como as outras revoluções do período, apresentava uma crença em um futuro que seria recompensador a partir da destruição das estruturas tradicionais. O processo de temporalização, que ocorre entre o final do século XVIII e início do século XIX, é exatamente a capacidade de elaborar novas formas de organizações consideradas melhores que as existentes no passado.

Um dos exemplos da coerção utilizada pelo governo nos primeiros anos da década de 1820, era a tentativa de controlar e impedir a circulação de “papéis incendiários” que apresentassem críticas ao regime político, refletindo o processo de perda de autoridade. Diante dessa situação, aqueles envolvidos com o governo, como o informante da Intendência da Polícia, Cailhé de Geine, procuravam propor

¹¹⁸ ARENDT, H., Que é autoridade? In: *Entre o passado e o futuro*, p. 129.

medidas que pudessem frear essa crescente perda de autoridade do rei. Um dos textos escritos por Cailhé defendia que o monarca não deveria voltar a Portugal, pois “S. M. peut conserver son autorité Royale tout entière au Brésil et y fonder un Empire florissant d'un très grand poids dans la Balance politique du monde”¹¹⁹. De acordo com o informante, a volta da monarquia para Lisboa levaria o rei a aceitar os anseios revolucionários e possibilitaria a separação entre as duas regiões, o que enfraqueceria ainda mais seu poder. Por isso, para conservar sua autoridade, o monarca deveria permanecer no Reino do Brasil e usufruir economicamente das riquezas oferecidas por esse território, que não poderiam ser encontradas em Portugal. Em outro texto, Cailhé de Geine apresentou alguns objetivos a serem alcançados e um deles era “Conserver l'autorité royale dans toute sa plénitude et même la fortifier”¹²⁰. O informante defendia que D. João VI não deveria abrir mão do poder legislativo, pois nos outros países onde os monarcas permaneceram apenas com o executivo, o poder dos reis foi significativamente abalado.

Esse processo de perda de autoridade ainda não estava concretizado nos primeiros anos da década de 1820, portanto, ao mesmo tempo em que alguns panfletos questionavam a autoridade do rei, outros, mesmo exigindo um regime constitucional, mantinham a autoridade do monarca. Em um panfleto intitulado *Proclamação*, escrito na Bahia, em meados de 1822, por exemplo, as referências ao D. João e ao D. Pedro deixam claro que as duas figuras ainda eram vistas como soberanas:

E será crível que abatidos, ou horrorizados, não possamos em uma Província tão generosa, e digna de louvores, aclamar o Senhor D. Pedro d'Alcântara, que por ventura nossa conveio ficar ao Reino do Brasil? Não é Ele o Mesmo a quem o Nosso Adorado Rei o Senhor D. João Sexto deixou neste novo Mundo, para em seu lugar o reger? (...) Brasilienses, e Bons Brasileiros, o nosso amado Príncipe nos diz – E sobre esta Pedra edificarei o Meu Império do Brasil – E nós Cheios de entusiasmo da Maior Alegria, e em sólida união aclamemos em altas vozes – Viva o Senhor Rei D. João Sexto, Viva S.A.R. o Senhor Príncipe D. Pedro d'Alcântara Salvador Defensor, Protetor Regente do Reino do Brasil, Viva a Sra. Princesa do Brasil, Viva a Dinastia da Casa de Bragança, Viva a Constituição (...).¹²¹

¹¹⁹ Cailhé de Geine. “Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils dans les circonstances presentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?”, novembro de 1820.

¹²⁰ Cailhé de Geine, “Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal”, 15 de dezembro de 1820, BNRJ, I – 33, 29, 16.

¹²¹ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

Ao contrário dos panfletos analisados anteriormente, nesse último a soberania está mais próxima da monarquia do que do povo. De acordo com o texto, o Povo deveria agir apenas para referendar as decisões tomadas pela monarquia, como é possível notar na referência à aclamação de D. Pedro, que foi deixado no poder pelo antigo monarca e no trecho “nosso amado Príncipe nos diz – E sobre esta Pedra edificarei o Meu Império do Brasil – E nós Cheios de entusiasmo da Maior Alegria, e em sólida união aclamemos em altas vozes”, onde é possível notar que a construção do Império do Brasil seria feita pelo próprio governante. Em momento algum, a população do Reino do Brasil é retratada como elemento ativo no processo de transformação do regime político.

Em outro panfleto escrito na Bahia, a figura do monarca é mencionada como detentora da soberania. No texto escrito em 1821, o rei aparece como o responsável por possibilitar o desenvolvimento da Constituição, próximo à imagem de um pai que deve garantir o bem estar dos seus filhos:

uma Constituição, a que vos intitula, e dá direito o mesmo Soberano, elevando vosso país a Reino igual em tudo ao de Portugal, e dos Algarves. El Rei sabe distinguir Vassalos Leais ainda nos que se opõem, não a Sua Vontade, que não quer senão o bem de Seus Vassalos, mas ao sistema devastador das sanguessugas, que o rodeiam, e enganam.¹²²

Nesse trecho, a constituição aparece praticamente como um presente do monarca aos seus súditos. Assim como no outro panfleto, aqui a população também apresenta uma postura passiva na construção de uma nova ordem política. Um panfleto de origem não identificada, escrito em 1821, também apresentava a ideia de permanência da autoridade da monarquia: “Prestando o juramento Curvados beijem a Mão, Do Pai, e Filho, que juram A nossa Constituição”¹²³ Nesse exemplo, a imagem do ato de se curvar e beijar a mão do rei demonstra que, para o autor do panfleto, a soberania ainda estava atrelada à figura do rei.

Como se trata de um período de mudanças intensas, era comum a coexistência dessas duas visões, no entanto, no que diz respeito ao material utilizado neste trabalho, em sua grande parte, o monarca aparece como uma figura passiva enquanto a nação é a responsável por lutar pela liberdade e por uma Constituição, como é possível notar nos exemplos a seguir: “Os vossos Irmãos, e

¹²² AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹²³ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13.

associados da Europa têm aberto a estrada da glória. Segui-os pois; e entoai com eles O Cântico saudável da Liberdade no Brasil – Viva a Constituição, e o Justo Rei, que não contravirá.”¹²⁴ e “Gritai audazes – Viva a Constituição do Brasil, e o Rei que não a recusará.”¹²⁵. É interessante notar a maneira como os autores se referem ao monarca, exaltando o “Viva” apenas no caso de o monarca aceitar a Constituição. Esses exemplos demonstram, mais uma vez, a mudança na relação entre o povo e o rei que, a partir daí, passa a ser apoiada em uma ideia de acordo, ou seja, o rei contaria com o apoio do povo se realizasse as transformações exigidas. Em outro panfleto, também é possível notar essa característica: “(...) exige do Bom Rei, que nos rege, representação política, e Nacional”¹²⁶. Aqui, o papel ativo da população está claro, a partir do momento que aparece como a responsável por exigir do monarca uma maior participação política. Outros panfletos, semelhantes ao *Aviso* que apresenta o trecho “Pelo povo ao Rei, o poder é dado, Ao povo portanto legislar compete, Se a este aviso o Rei não cede, Às armas cederá o seu poder inerte.”, trazem essa mesma noção de acordo, porém com certa carga de violência, como por exemplo: “Se à força da Razão os reis não cedem Das armas ao poder cedam os Reis”¹²⁷. Nos dois casos, a utilização de armas seria feita caso o monarca não atendesse às exigências do movimento apoiado na “força da razão”, ou seja, na ideia de que a partir de então o rei teria o papel de executar as leis elaboradas pelo povo. Esse caráter ameaçador dirigido ao monarca, também pode ser percebido no trecho a seguir: “Ai do Rei insensato, que o provoca, que podendo ter de pai o nome o doce nome prefere ser dos povos o tirano”¹²⁸. O panfleto de origem não identificada, com a data de 20 de fevereiro, provavelmente do ano de 1821, afirmava que se o monarca não aceitasse as exigências do movimento constitucionalista poderia “provocar” a vingança da população que o reconheceria como tirano, ou seja, o papel do rei só seria reconhecido caso ele incorporasse mudanças ao governo.

Ao mesmo tempo em que ocorrem os processos de perda de autoridade e deslocamento da soberania, começa a ser construída a ideia de que a nação deveria ter seus interesses representados nas decisões políticas. Em um panfleto escrito na

¹²⁴ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹²⁵ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹²⁶ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹²⁷ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13

¹²⁸ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13

Bahia, em 1821, por exemplo, a Constituição é encarada como a responsável por fazer um “Povo Livre, e representativo”. Em outro trecho do mesmo panfleto, o autor aponta a necessidade de exigir do rei “representação política, e Nacional”¹²⁹. Um panfleto, escrito no Rio de Janeiro, também em 1821, aponta que os ministros que elaboraram o decreto de 23 de fevereiro de 1821 tinham como objetivo diminuir “a nossa representação, poder, separar-nos da Mãe Pátria”¹³⁰. É possível notar, portanto, que a partir dos primeiros anos da década de 1820, começa a se afirmar a ideia do constitucionalismo, segundo a qual o monarca deveria ter em suas mãos o poder executivo, enquanto a nação, como soberana, seria a encarregada de elaborar as leis que representassem seus interesses.

Essa transformação na soberania também possibilitou que a felicidade, antes garantida pelo monarca através da manutenção do bem-estar da população, passasse a ser entendida como responsabilidade do próprio povo. A busca da felicidade apareceu como um atributo dos homens na Declaração de Independência dos Estados Unidos que afirmava:

que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.¹³¹

A procura da felicidade, portanto, passava a ser vista com um direito do homem. A partir daí, a felicidade não era mais encarada como um presente concedido pelo monarca, mas sim como um objetivo a ser alcançado pela nação. A Declaração, inclusive, afirmava que os homens têm o direito de derrubar um governo que não permitisse o direito à felicidade.

No período marcado pelas revoluções liberais que derrubaram o Antigo Regime, entre os séculos XVIII e XIX, havia a coexistência de dois significados de felicidade: um privado, mais próximo do Antigo Regime, que representava o bem estar da população, e um público, que começava a se afirmar, relacionado à

¹²⁹ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

¹³⁰ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

¹³¹ *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, 4 de julho de 1776.

participação nos negócios públicos. Hannah Arendt, em seu trabalho sobre a Independência dos Treze Colônias, explica que a felicidade pública está relacionada à liberdade:

Essa liberdade, eles a chamaram mais tarde, quando passaram a usufruí-la, de ‘felicidade pública’, a qual consistia no direito de acesso do cidadão à esfera pública, em sua participação no poder público – em ‘ser um participante na gestão do governo’, segundo a expressão sugestiva de Jefferson –, em contraposição aos direitos, amplamente reconhecidos, de serem os súditos protegidos pelo governo em sua busca de felicidade pessoal, mesmo contra o poder público, ou seja, em contraposição aos direitos que só o poder tirânico podia abolir. O próprio fato de a palavra *felicidade* ter sido escolhida para se reivindicar uma participação no poder público, traz uma forte indicação de que existia no país, antes da revolução, algo semelhante à ‘felicidade pública’, e que os homens sabiam que não podiam ser integralmente ‘felizes’, se sua felicidade se restringisse apenas à vida particular.¹³²

No início do século XIX, portanto, muitas vezes a felicidade estava associada à participação política na esfera pública, ou seja, a busca da felicidade envolvia o estabelecimento de um governo que possibilitasse a inserção política da população. Como se trata de um período de mudanças profundas, é possível observar a ideologização do termo felicidade nas diferentes formas de utilização da palavra. Ao mesmo tempo em que a busca da felicidade aparecia atrelada à ação do povo, também pode-se notar a permanência da ideia de que o monarca seria o responsável por conceder a felicidade à nação, como ocorre no discurso de D. Pedro: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”. Nesse caso, o príncipe regente utiliza o significado de felicidade que se aproxima do que vigorava durante o Antigo Regime, segundo o qual o monarca garantiria o bem estar dos seus súditos.

Entre o material utilizado para este trabalho, o termo felicidade foi localizado em três panfletos. No *Versos contra o governo D. João VI* é possível encontrar o seguinte trecho: “Brasileiros, decipai tudo o que pode servir de obstáculo ao nosso sossego, e aos vossos interesses, tirai de entre vos a prisão e fonte donde tem manado todas de vossas desgraças, e para segurar a vossa felicidade necessário que (...)”¹³³ em seguida, o autor listava uma série de nomes de pessoas que deveriam ser mortas ou afastadas do governo. Aqui, a ideia de

¹³² ARENDT, H., A busca da felicidade. In: *Da Revolução*, p. 102.

¹³³ BNRJ - I-33,30,040.

felicidade está associada à eliminação daqueles que representavam um obstáculo ao estabelecimento de um novo governo que colocasse fim à prisão, como o autor se refere, vivida pela população. Está presente nesse material uma ideia de unidade entre aqueles envolvidos no movimento revolucionário, reconhecidos como brasileiros, que, a partir daí, seriam os responsáveis pela conquista da felicidade.

Já em um panfleto escrito na Bahia, no início de 1821, é possível encontrar a seguinte referência ao termo:

Eia pois finde por uma vez um Governo desleixado, que apesar das vistas de um Bom Rei, tem trabalhado por degradar-vos de dia em dia, raie enfim o dia de uma Constituição Liberal, que segurando os vossos mais sagrados direitos, consolide a vossa felicidade, e a do Monarca¹³⁴.

Aqui a felicidade está claramente associada à elaboração de uma Constituição Liberal em oposição a um “governo desleixado”. Quando o autor escreve “um Governo desleixado, que apesar das vistas de um Bom Rei”, é possível entender que, assim como no *Versos contra o Governo D. João*, nesse panfleto os ministros são vistos como os responsáveis pelos problemas do governo. Ao expor que uma Constituição consolidaria a felicidade, entende-se que o obstáculo a essa conquista é o governo absolutista, ou seja, a permanência da tradição do Antigo Regime. A felicidade está, portanto, associada à mudanças no governo e à garantia dos direitos de participação política. Ao afirmar que uma Constituição consolidaria “a vossa felicidade, e a do Monarca”, o autor deixa que claro que a realização das mudanças necessárias poderiam atender aos interesses da nação e do rei, na medida em que o rei não precisaria ser derrubado caso fosse implantado um regime constitucional.

Em outro panfleto escrito na Bahia no mesmo período, a referência à ideia de felicidade aparece relacionada ao fim do despotismo e da opressão:

É tempo pois, às Armas, às Armas cidadãos honrados, vamos unir os nossos votos aos dos nossos Irmãos Europeus, de maneira que debaixo da mesma constituição todo o Reino unido de Portugal, Brasil, e Algarves, que da felicidade, de que é merecedor, sacudindo o jugo vergonhoso e o despotismo que o oprime.¹³⁵

¹³⁴ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

¹³⁵ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

É interessante notar o fato de que a felicidade é vista como algo merecido, ou seja, uma conquista que os habitantes do Reino Unido tinham direito. Nos três exemplos está claro que a felicidade não é encarada como algo concedido pelo rei, mas sim como um direito do homem que, ao lado da ideia de liberdade, é vista como um objetivo a ser alcançado.

A multiplicação de pasquins, periódicos e panfletos, assim como o crescimento das discussões demonstra as diversas mudanças no vocabulário. Entre os panfletos manuscritos, é possível notar a ideologização de outros termos além de felicidade como, por exemplo, escravidão. Apesar de só ter sido abolida, no Brasil, no final do século XIX, nas primeiras décadas do mesmo século o trabalho escravo já era encarado como algo negativo, sobretudo a partir do olhar das outras potências. O fim da escravidão não estava em jogo no decorrer do movimento constitucionalista, porém o temor de que uma revolução liderada por escravos invertesse a ordem social, como o caso haitiano, amedrontava grande parte dos grupos dominantes. A utilização desse conceito nos panfletos não se tratava de uma defesa pelo fim do trabalho escravo e sim de denunciar a ausência de liberdade no regime político, como é possível notar no exemplo a seguir: “Levantai o grito da Liberdade; e logo do Amazonas até o Prata haverá Congresso Nacional, haverá Constituição que, tirando-nos do aviltamento da escravidão, nos faça um Povo Livre, e Representativo.”¹³⁶. A escravidão aparecia em um campo oposto ao da elaboração de uma Constituição, da representação e da liberdade do povo. Em um panfleto que circulou pelo Rio de Janeiro, entre o final de 1822 e o início de 1823, é possível encontrar dois significados de escravidão:

Há muito tempo que Portugal tem começado e continua a hostilizar o Brasil com tropas e com intrigas e perfídias; até projeta sublevar e armar os escravos; e abre empréstimos para escravizar o Brasil.¹³⁷

Ao escrever que Portugal pretendia armar escravos contra o Brasil, o autor deixa transparecer o temor de uma revolta organizada por escravos. O emprego do outro termo relacionado à escravidão, por sua vez, diz respeito à postura de Portugal ao tentar impedir a separação entre as duas regiões.

¹³⁶ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹³⁷ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13

Era comum que certas palavras que não tivessem, originalmente, um sentido político fossem empregadas com o objetivo de denunciar os problemas do governo. Naquele momento, escravidão era um termo que, no seu sentido político, apresentava uma carga negativa, representando uma oposição à liberdade dos cidadãos, e, por isso, foi relacionada às limitações impostas pelo despotismo. Além de escravidão, também era comum a ideologização de outras palavras ligadas ao trabalho escravo, como ferro e grilhão, o que é possível notar no exemplo a seguir:

Às armas habitantes desta Cidade já é tempo de quebrares os Grilhões em que há tanto tempo tendes Vivido enlaçados não pelo nosso augusto Monarca mas Sim pelos que o trazem enganado ou vendido esses nossos amantes e aduladores do povo¹³⁸

Nesse trecho, há uma relação clara entre a ausência de liberdade e a atuação dos ministros do rei, considerados responsáveis pelos grilhões lançados sobre a população. Mais uma vez, é possível observar a preservação da figura do monarca, que seria enganado pelos “aduladores do povo”.

Ao mesmo tempo em que ocorre a ideologização dessas palavras também é possível notar a politização dos mesmos termos. Grilhão, ferros, escravidão, despotismo, sanguessugas e jugo eram utilizados pelos autores dos panfletos como forma de denunciar a situação em que viviam. Sobre o emprego desses termos, Lúcia Bastos explica que “ferro, cadeias, grilhões e jugo (...) trazem uma carga bastante forte, pois, em seu sentido comum, ferem o homem na própria carne.”¹³⁹. Dessa maneira, as críticas ao regime político vigente eram intensificadas a partir da associação estabelecida entre o despotismo e a violência física. Em um panfleto, o trecho “O exemplo heroico dos bravos Baianos não nos excitará à deliberação de romper os ferros do Despotismo?”¹⁴⁰ evidencia que a palavra “ferros”, relacionada à cadeia, prisão e à ausência de liberdade, está associada ao regime político vigente.

Por outro lado, a politização também pode ser notada em palavras como constituição e liberdade, indicando os objetivos que deveriam ser alcançados com o desenrolar do processo revolucionário. Era comum a construção de duas imagens: uma representando o futuro, onde a elaboração de uma Constituição estava

¹³⁸ AHI – lata 195, maço 6, pasta 2

¹³⁹ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 121.

¹⁴⁰ AHI Lata 195, Maço 6, Pasta 2.

associada à liberdade e à felicidade, e outra do passado, onde a presença de ferros, grilhões e da escravidão fazia parte do despotismo. É possível notar essa oposição no seguinte trecho retirado de um panfleto que circulou pela Bahia no início de 1821: “A Península, o berço ilustre dos Vossos Maiores, entoou o Cântico da Liberdade, e apareceu o Congresso Nacional, uma Constituição representativa que a salvou da aviltação do despotismo”.¹⁴¹ Nesse trecho, a formação de um Congresso Nacional e a elaboração de uma Constituição aparecem como elementos que garantiriam a destruição da desonra do despotismo. Quando afirma “entoou o Cântico da Liberdade”, o autor deixa claro que os brasileiros deveriam utilizar a ideia de Liberdade como bandeira na luta por uma mudança no sistema político. Essa aproximação entre os termos livre e constitucional também pode ser encontrada em outros textos do período, como, por exemplo, em um discurso do D. Pedro, em abril de 1822: “Briosos mineiros. Os ferros do despotismo começaram a quebrar no dia 24 de agosto no Porto, rebentaram hoje nesta província. Sois livres. Sois constitucionais.”¹⁴² Outro panfleto produzido em 1821, porém no Rio de Janeiro, também constrói uma imagem semelhante:

É pois tempo cidadãos honrados, e valerosa Tropa, de lançar mãos às Armas, seguindo o heroico exemplo de nossos irmãos da Bahia segurar nossa Liberdade, lançando de nós os ferros, com que nos querem manietar; declarando altamente, e com aquela soberania, que só é inerente e própria de uma Nação livre, que não queremos outra Constituição, se não a de Portugal, que deve abranger todo o Reino Unido, e que a Nação, que reassumiu, em si o poder soberânico para quebrar os seus vergonhosos ferros, é quem deve eleger, pela maneira adotada em Portugal os deputados (...).¹⁴³

Neste panfleto, além de a liberdade estar associada a um regime constitucional também está ligada à oposição ao decreto real, publicado em vinte três de fevereiro de 1821 que defendia a criação de uma comissão do Conselho Real para adaptar as leis elaboradas pelas Cortes de Lisboa ao Reino do Brasil. O autor do panfleto se inseria no grupo que considerava o decreto arbitrário e defendia que o Reino do Brasil escolhesse os deputados que iriam participar da elaboração da

¹⁴¹ AHI Lata 195, Maço 1, Pasta 7.

¹⁴² NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 145.

¹⁴³ AHI - Lata 195, Maço 1, Pasta 7.

Constituição. A imagem dos ferros aparece nesse panfleto como algo a ser destruído para que o estabelecimento da liberdade fosse possível.

Em alguns panfletos, a conquista da liberdade e a elaboração de uma Constituição apresentam uma relação direta com o processo de temporalização, ou seja, com a capacidade de elaborar novas formas de organização política no futuro. Um panfleto produzido na Bahia, em 1821, apresenta o trecho “raie enfim o dia de uma Constituição liberal”¹⁴⁴, no Rio de Janeiro, por sua vez, também em 1821, circulou um panfleto com a seguinte informação: “raia em nosso Horizonte a Estrela da Liberdade”¹⁴⁵. Como é possível notar, tanto a liberdade como a Constituição são vistas como objetivos a serem alcançados com o movimento constitucionalista.

Os panfletos manuscritos apresentavam indicações de mudanças na cultura política, possíveis de serem notadas a partir da utilização de algumas palavras. Muitos termos expressam os processos de politização e ideologização, sendo usados como meios para reivindicar mudanças e sendo apropriados de diferentes maneiras. Pátria e nação são dois exemplos que também sofrem transformações nesse período, passando por esses processos.

O termo pátria, que durante o Antigo Regime estava vinculado à região de origem de uma pessoa, passou a ser relacionado a um grupo de pessoas envolvido em uma mesma causa. Um dos panfletos escritos no Rio de Janeiro, em 1821, afirmava que o decreto publicado em 23 de fevereiro do mesmo ano tinha como objetivo separar o Reino do Brasil “da Mãe Pátria, que tanto amamos, e a quem cada vez mais desejamos ficar unidos”¹⁴⁶. Nesse exemplo, o elemento unificador é Portugal, ou seja, era a ligação com os portugueses que permitia uma identificação entre os grupos que compunham o Reino do Brasil. Em outro panfleto que também circulou pelo Rio de Janeiro no mesmo período, o autor procurava convocar a população ao movimento: “Verão a sangue-frio cavar a ruína da nossa Cara Pátria de que fazem a guarda?”¹⁴⁷. Ao longo do panfleto está claro que os responsáveis pela ruína da pátria são os ministros do rei, ou seja, os ministros atuavam de uma maneira que ia contra a vontade da pátria, que, por sua vez tinha como objeto de identificação o desejo por uma mudança no governo. Além do termo pátria, sua

¹⁴⁴ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

¹⁴⁵ AHI – lata 195, maço 6, pasta 2.

¹⁴⁶ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7.

¹⁴⁷ AHI – lata 195, maço 6, pasta 2.

variação, patriotismo, também foi utilizada, como é possível notar em um panfleto escrito na Bahia, em 1822:

A Tropa e os inimigos da Bahia, só têm por si a barra e só ½ légua de costa da cidade, desde a barra até Itapagipe, tudo a mais está fortificado, e tomado pelos bons Brasileiros, que todos os momentos desejam entrar na Cidade e faz-se necessário por isso que S.A.R. proclame a aqueles Baianos, louvando os seus patriotismo.¹⁴⁸

O panfleto foi escrito em um momento em que a relação entre o Reino do Brasil e Portugal estava conflituosa, pois já havia a insatisfação diante das medidas propostas pelas Cortes. Nesse exemplo, o patriotismo já não estava atrelado a Portugal, mas sim ao sentimento que unia os baianos desejosos da separação entre as duas regiões. A forma como a palavra patriotismo foi utilizada nesse panfleto se aproxima do significado do termo pátria apresentado por Evaristo da Veiga, em 1822, no Hino Constitucional Brasiliense: “Brava Gente Brasileira, Longe vá temor servil; Ou ficar a Pátria livre Ou morrer pelo Brasil”, onde é possível notar “uma relação de implicação entre um continente - o Brasil, um território em cujo horizonte já raiou a Liberdade - e um conteúdo - os filhos da Pátria.”¹⁴⁹ Nesse caso, portanto, é possível perceber que o elemento unificador entre os filhos da pátria era a luta por uma Constituição para o Brasil.

O termo Nação, que, anteriormente, estava relacionado “a gente de um paiz, ou região, que tem língua, leis, e governo a parte”¹⁵⁰ passou a representar “‘uma vontade geral’, cuja legítima expressão era resultante de um congresso que representava a totalidade dessa mesma Nação e que outorgava os poderes da realeza.”¹⁵¹ Em um panfleto escrito no Rio de Janeiro, em 1821, o autor apontava que os ministros “desejam a total ruína do Estado, e do Trono, apesar da vontade geral da nação” e termina o texto afirmando “morram todos aqueles que se opuserem aos verdadeiros interesses da nação.”¹⁵² Na Bahia, no mesmo ano, circulou um panfleto apontando que a atuação dos “vis aduladores e sanguessugas do Estado (...) trará a destruição da Nação.”¹⁵³ Um panfleto de origem não

¹⁴⁸ AHI – lata 195, maço 1, pasta 5.

¹⁴⁹ ROHLOFF, I. M., Construtores e herdeiros, *Almanack Braziliense*, p. 11.

¹⁵⁰ MORAES E SILVA, A. de. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, p. 107.

¹⁵¹ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais*, p. 210.

¹⁵² AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

¹⁵³ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

identificada apresentava o trecho “Morra Frei Thomas Antonio Inimigo da Nação”¹⁵⁴, deixando claro, como nos outros exemplos, que a atuação de alguns conselheiros do monarca funcionava em um campo oposto ao da “vontade geral” daqueles que lutavam por um regime constitucional e, por possuírem os mesmos interesses, se reconheciam como nação. Também era comum, a utilização do termo como forma de mobilizar a população, como no trecho “às armas amantes da vossa nação (...) às armas amigos da nação”¹⁵⁵. Mesmo durante o movimento constitucionalista não havia um acordo do que seria a nação. Em 1820, os revolucionários defendiam que a Nação portuguesa era composta pelos portugueses europeus e pelos portugueses americanos. No entanto, Cipriano Barata, em 1822, apontava a necessidade de incluir os índios, escravos e ex-escravos como parte da mesma nação, o que demonstra a ideologização do termo.¹⁵⁶

Ao lado do emprego de pátria e nação, os autores dos panfletos manuscritos também utilizaram, sobretudo na Bahia, termos e expressões como Brasileiros, Estado Brasília, Brasiliense, Brasileiro, Império do Brasil, Estado Brasília e Nacional. Em um mesmo panfleto, escrito na Bahia, em meados de 1822, é possível encontrar o emprego dos termos brasiliense, brasileiro e brasileiro¹⁵⁷. É interessante observar essa característica em um momento em que não havia uma nação formada, e nem mesmo um consenso sobre o significado do termo, processo que só começou a ser estruturado, ainda assim de forma lenta, em meados do século XIX. O emprego de palavras e expressões como Brasileiros, Estado Brasília, Brasiliense, Brasileiro, Império do Brasil, Estado Brasília e Nacional em textos que lutavam por transformações na estrutura política no cenário da emancipação representava um desejo de romper com a antiga ordem, mesmo que os termos e expressões fossem utilizados de diferentes formas. Era uma tentativa, ainda que confusa, de criar uma nova identidade diante das profundas transformações que estavam ocorrendo. Hipólito da Costa, por exemplo, diferenciava o brasiliense, que seria o natural do Brasil, do brasileiro, que seria aquele estrangeiro que morava no Reino do Brasil ou negociava produtos dessa região. Já durante o movimento constitucionalista, Silvestre Pinheiro classificava como “partido brasileiro” o grupo

¹⁵⁴ BNRJ I-33,30,040

¹⁵⁵ AHI – lata 195, maço 6, pasta 2

¹⁵⁶ ROHLOFF, I. M., Construtores e herdeiros, *Almanack Braziliense*, p. 16.

¹⁵⁷ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

que estava insatisfeito com as medidas centralizadoras propostas pelas Cortes de Lisboa. Segundo ele, os “brasileiros” eram

todos aqueles que, tendo se beneficiado das vantagens e privilégios concedidos pela Corte portuguesa no Rio de Janeiro, não mais se interessavam por retornar ao velho Reino. Fossem portugueses europeus ou fossem portugueses americanos, passavam a defender a posição predominante do Reino do Brasil no conjunto da monarquia.¹⁵⁸

Durante os primeiros anos da década de 1820, começou a surgir, paulatinamente, a ideia de uma identidade que envolvia interesses em comum atrelada a termos como, por exemplo, brasileiros, mas ainda distante de um sentimento nacional. De fato, nesse período não havia uma união entre os interesses das diferentes regiões que compunham o Reino do Brasil. Os “brasileiros” que haviam se beneficiado dos benefícios concedidos pela chegada da Corte e que desejavam que o Reino do Brasil permanecesse como o centro do Império estavam concentrados no Rio de Janeiro, enquanto nas outras regiões, sobretudo nas províncias do Norte, havia uma forte adesão às decisões apresentadas pelas Cortes de Lisboa. Nesse cenário, o brasileiro, na fala de José Bonifácio, “é todo o homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independência”¹⁵⁹ Apesar de os “brasileiros” possuírem como ponto em comum a oposição às propostas das Cortes, o grupo era bem heterogêneo sendo composto por constitucionalistas, absolutistas, “aristocratas” e democratas”, que defendiam diferentes propostas.

Assim como nos versos de Evaristo da Veiga, o termo “brasileiro”, em algumas situações, era utilizado como forma de convocar as pessoas ao movimento, o que demonstra, mais uma vez, a ideia de união em relação a valores em comum, ou seja, a identificação era construída em torno do objetivo de construir um novo regime político e elaborar uma Constituição.

Apesar de a maioria dos panfletos utilizados nesta pesquisa apresentarem um posicionamento favorável ao movimento constitucionalista, em alguns é possível notar certa insatisfação diante das exigências pela elaboração de uma Constituição. Um panfleto escrito na Bahia, no dia primeiro de março de 1821,

¹⁵⁸ MATTOS, I. R., Transmigrar: nove notas a propósito do Império do Brasil. In: PAMPLONA, M. A.; STUVEN, A. M., (Org.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*, p. 107.

¹⁵⁹ José Bonifácio *apud* MATTOS, I. R., Construtores e herdeiros, *Almanack Brasileiro*, p. 16.

demonstra a indignação do seu autor diante do crescimento do processo revolucionário:

Exmo. Sr. O ministério, ou está vendido ao partido revolucionário, ou está cego e surdo! Quem ignora que esta Capitania tem estado a ponto de fazer uma revolução? E quem trabalha para isso dia e noite? Fala-se por toda a parte em revolução como em uma coisa necessária para fazer cessar a fome, e a falta dos pagamentos, mas quem ignora que a revolução está forjada há muitos anos contra o Rei, e contra todos os Europeus? Pernambuco já deu uma boa mostra. O Maranhão tem a muitos anos dado a entender as suas intenções. Não nos persuadimos que V. Exa. Apresente esta a S. Majestade, nem mesmo que ela sirva para nada, mas quiséramos que V. Exa. mandasse examinar em particular por um homem honrado, desses que vieram há pouco para o Brasil, isto sem intervenção do Carcunda, do Lage, ou dos outros brasileiros revolucionários que aí estão, e que logo avisavam, como estão fazendo, deste modo V. Exa. conheceria que Felisberto é o Cabeça da revolução, e que o Governador, como tolo, não sabe de nada, e fazem-se coisas muito violentas para desesperar o povo: quando querem alguma coisa, das suas maldades costumadas, convidam o Conde para um jantar, e depois de estar borracho, como costuma, assina tudo quanto eles querem, e zombam dele como de um menino perdido. Esta vai por mão, pois de outro modo não chegaria à mão de V. Exa. porque o correio é um dos traidores, um tal Prodêncio que aqui há. Vai outra para El-Rei, e V. Exa. ficará responsável, se não der providências a tempo, avisando a S. Majestade; e saiba que a Nação já desconfia de V. Exa. ¹⁶⁰

Alguns pontos indicam que o autor tenha se dirigido a alguém que possuísse um cargo importante no círculo do monarca, como o uso do Exmo. Sr. ou V. Ex.a, o pedido para que o material fosse entregue ao rei e a menção sobre a desconfiança da nação. É possível notar que o autor relaciona o avanço do movimento à fraca atuação dos ministros do rei e à postura do governador, Conde de Palma. Ao se referir ao Conde de Palma como “tolo, não sabe de nada”, que quando vai “para um jantar, e depois de estar borracho, como costuma, assina tudo quanto eles querem, e zombam dele como de um menino perdido”, o autor afirma que o governador é facilmente enganado e não tem capacidade para exercer o seu poder, demonstrando que sua figura estava bem desmoralizada e não inspirava confiança.

Esse é outro exemplo de panfleto que não foi pregado na parede, mas enviado ao monarca e a alguém que atuava ao seu lado. É provável que o material tenha sido enviado por pessoas da confiança do autor, pois, como ele afirma, o encarregado desse tipo de serviço, Prodêncio, era considerado um traidor, provavelmente por participar do movimento constitucionalista.

¹⁶⁰ AHI – Lata 195, maço 1, pasta 7.

Outro panfleto apresenta alguns pontos em comum, como o temor em relação ao avanço do movimento e a referência à Revolução Pernambucana:

Meu amigo se V. E. é amante do melhor dos soberanos como creio veja com tristeza como por cá Desfazem o poder estes brejeiros patenteando os seus sentimentos até aos Negros que souberem ler: assim principiou a de Pernambuco e Deus queira que do mesmo modo acabe e daqui o que não me parece pela audácia do ranchinho de que é capataz o mais rico dos Inspetores.

PS foi arrancado a 20 de fevereiro

Do fiel amigo dos amigos e de El-Rei¹⁶¹

O autor demonstra sua preocupação em relação à democratização das discussões, como é possível notar no seguinte trecho: “veja com tristeza como por cá Desfazem o poder estes brejeiros patenteando os seus sentimentos até aos Negros que souberem ler”. Essa citação deixa claro que os debates sobre a situação política alcançavam diferentes grupos sociais, atingindo inclusive escravos ou ex-escravos, o que contribui para o questionamento da visão de que a discussão política era conduzida pelos letrados, corroborando a ideia de uma diversificada participação social na formação de um espaço público. O trecho apresentado no final do panfleto “PS foi arrancado a 20 de fevereiro” foi escrito com a mesma letra que o restante do texto e, por isso, não consiste em uma observação feita por alguma autoridade que pudesse ter retirado o documento. É possível que o texto seja uma cópia de um panfleto igual que teria sido arrancado e o copista optou por registrar a data em que o material teria sido recolhido.

Também é feita uma referência à democratização em um panfleto produzido no Rio de Janeiro, em 1821:

Participa-se a V.M. em como na loja de Custódio Francisco se trata sobre a Constituição e que andem fazer uma proclamação para de mão em mão ir dispondo os ânimos de muitos. É na rua atrás do Hospício na Travessa da Candelária. V.M abra os olhos e veja – Que...¹⁶²

Como é possível notar, ao indicar que ocorriam discussões sobre a elaboração de uma Constituição e que uma proclamação estava sendo elaborada para que as ideias discutidas alcançassem outros grupos, o autor faz referência à ampliação das discussões políticas. De acordo com o autor, as pessoas envolvidas

¹⁶¹ AHI – lata 195, maço 6, pasta 13

¹⁶² AHI – Lata 204, maço 2, pasta 17.

desejavam que as ideias ali discutidas e registradas na proclamação que estava sendo elaborada alcançassem um maior número de pessoas, estimulando a adesão ao movimento. É provável que este documento não tenha sido pregado nas ruas, como outros panfletos, mas enviado a alguma autoridade com o objetivo de denunciar a reunião.

Através desse material, assim como do trecho da carta do Cailhé de Geine apresentado no início do capítulo, é possível apontar alguns lugares onde eram travadas as discussões sobre o futuro político do Reino do Brasil. Não foi possível identificar o tipo de loja de Custódio Ferreira, mas provavelmente se tratava de uma livraria ou uma loja que vendia publicações, pois também funcionava como um espaço de discussão, como está claro no documento.

Na carta escrita por Cailhé, o informante mencionou que os panfletos haviam sido expostos na rua da Quitanda e na rua São Pedro, parte da atual Presidente Vargas. A rua da Quitanda era a região onde se concentrava o maior número de livrarias ou lojas que vendiam livros, periódicos ou panfletos, como a do Paulo Martin, Francisco Nicolau Mandillo, Manoel Joaquim da Silva Porto, Joaquim Antonio de Oliveira, loja do *Diário* e a do José Domingues Bastos que vendia, entre outros produtos, algumas publicações¹⁶³. A rua era um dos lugares onde mais se desenvolviam as discussões:

Sem conseguir acalmar ‘os furores da ambição’, a resposta da Coroa ao constitucionalismo provocou ainda mais debate e especulação, ‘nos quartéis, nos cafês e nas lojas dos mercadores da Rua Direita e Quitanda’, lugares que tinham se tornado ‘o teatro da mais desenfreada liberdade de falar’.¹⁶⁴

A escolha por expor um panfleto nessa região provavelmente está ligada ao objetivo de fazer com que seu conteúdo tivesse maior difusão, a partir do momento que o material seria lido por aqueles mais envolvidos nas discussões sobre o movimento. A rua atrás do hospício, mencionada no panfleto, é a atual Buenos Aires que, ao longo do século XVIII, era chamada de rua “detrás do hospício”, pois era o local onde ficavam os fundos da Igreja do Hospício, localizada na Rua do Rosário¹⁶⁵.

¹⁶³ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 91.

¹⁶⁴ SCHULTZ, K., *Versalhes Tropical*, p. 342.

¹⁶⁵ GERSON, B. *História das Ruas do Rio*, p. 53.

Uma das características relevantes da construção de um espaço público de debate político no Reino do Brasil é a marca de oralidade presente nos textos produzidos no período. Panfletos como o *Quadras, Aviso e Thomaz, debes apresentar isto a El-Rei*, entre outros, foram escritos de uma maneira próxima da linguagem oral, o que permitia a compreensão por um número maior de indivíduos e, ainda, a possibilidade do conteúdo ser memorizado com facilidade. De fato, a oralidade estava muito presente durante o período estudado. Anteriormente, sobretudo durante as conjurações do final do século XVIII, as autoridades se mostravam preocupadas diante dos murmúrios sobre a situação política. Durante o movimento constitucionalista os murmúrios se transformaram em discussões travadas no espaço público, saindo do controle do governo. Nos primeiros anos da década de 1820, também era comum que algumas notícias fossem dadas por meio de bandos, uma espécie de pregão público muito comum ao longo do Antigo Regime. Um dos documentos considerado como panfleto pelos organizadores da obra *Às armas, cidadãos!*, uma proclamação feita por Ignacio Luis Madeira de Mello, governador das armas da província da Bahia, apresenta o seguinte trecho: “E para que o referido chegue à notícia de todos e ninguém possa alegar ignorância este se publicará a Som de Caixas pelas ruas e praças públicas desta Cidade.”¹⁶⁶ A proclamação tinha como objetivo avisar à população que Madeira de Mello, diante do movimento revolucionário travado na região, havia recebido o aval de D. João para enfrentar a situação. O trecho no qual é indicado que a informação seria passada “ao som de caixas pelas ruas e praças” demonstra como a prática de bandos ainda estava presente no período.

O traço de oralidade encontrado no panfleto *Aviso* indica a mudança que estava ocorrendo no papel do rei. A forma como o autor realiza a pergunta no trecho “Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo pode haver?” sugere uma resposta negativa, explicitando que o rei só conseguiria governar se tivesse o apoio do Povo, demonstrando claramente o deslocamento da soberania. Essa marca da linguagem oral e a forma como alguns panfletos eram recitados nas leituras coletivas contribuíam para a manutenção de algumas ideias apresentadas pelo autor. Nesse exemplo, o texto foi estruturado de uma maneira que possibilitasse o leitor entender que há um questionamento sobre a função do monarca.

¹⁶⁶ AHI- lata 195, maço 1, pasta 6.

Essa característica presente em alguns materiais permite desenvolver uma reflexão sobre a forma como o conteúdo apresentado era apropriado. Um dos pontos relevantes sobre a utilização da linguagem oral é a facilidade de memorização dos textos:

A memorização dos poemas épicos, de canções líricas, de parábolas e provérbios e a sua recitação ritual tendem a fixar e até a congelar a forma de obra de um modo tal que a memória aparece como um suporte de uma inscrição semelhante à que é fornecida pelas marcas externas. No sentido alargado de inscrição, a escrita e a produção das obras do discurso segundo as regras da composição literária tendem a coincidir, sem que os processos sejam idênticos.¹⁶⁷

Como explica Paul Ricoeur, a memorização de obras do discurso, como poemas épicos e canções líricas, permite que o conteúdo do texto seja “congelado”, em outras palavras, da mesma maneira que um texto é fixado a partir da escrita, essas obras do discurso podem ser preservadas através da memória. Se os panfletos que apresentam traços de oralidade forem compreendidos como obras do discurso, ao serem memorizados, seu conteúdo seria preservado. A relevância desse tipo de ação é que, sendo memorizado e preservado, o conteúdo dos panfletos poderia ser recitado em diversas situações e, assim, seria apropriado por outros indivíduos, contribuindo ainda mais para o crescimento das discussões. A memorização de alguns textos durante o Antigo Regime foi mencionada por Robert Darnton em seu último trabalho *Poesia e Política*. Ao estudar o Caso dos Catorze, o historiador revelou como foi articulada a circulação de alguns poemas sobre as questões políticas francesas em meados do século XVIII, explicando que, em algumas situações, a memorização era facilitada pelo fato de alguns poemas serem recitados em forma de canção:

A arte da memória era uma força poderosa no sistema de comunicação do Ancien Régime. No entanto, o instrumento mnemônico mais eficaz era a música. Dois poemas ligados ao Caso dos Catorze foram compostos para serem cantados em melodias populares (...)¹⁶⁸

É possível que, como ocorreu no episódio parisiense estudado por Darnton, o conteúdo de alguns panfletos manuscritos também fossem cantados. A referência

¹⁶⁷ RICOEUR, P., *Teoria da Interpretação*, p. 45.

¹⁶⁸ DARNTON, R., *Poesia e política*, p. 9.

à Marselhesa, por exemplo, pode sugerir que além da utilização do termo “às armas, cidadãos”, os revolucionários também tenham seguido a melodia do hino francês. Apesar de ser possível identificar o traço de oralidade presente em alguns panfletos manuscritos, certos pontos referentes à linguagem oral dificilmente poderão ser recuperados pelos historiadores e, no lugar de eliminar o estudo desses aspectos, o historiador deve buscar elementos que permitam estudar as diversas possibilidades que envolvem a presença dessa característica.

Uma das dificuldades encontradas no trabalho com esse material é a confirmação sobre os autores dos manuscritos. A identificação daqueles que produziram esse material poderia ser concretizada através do cruzamento com outras fontes que citem os panfletos que, no entanto, ainda não foram localizadas nos arquivos. Até o momento, as variáveis que envolvem o trabalho com esse material são inúmeras e abrem espaço para o levantamento de diversas hipóteses.

A dificuldade de identificar a autoria não é uma exclusividade dos panfletos manuscritos, entre os impressos parte do material também não apresenta quem foram seus autores, o que pode estar relacionado à censura presente no período. A partir de 1822, ocorreu uma mudança nesse sentido, pois foi instituída uma lei que proibia a circulação de obras anônimas publicadas pela imprensa oficial, garantindo que os impressos passassem a ser assinados¹⁶⁹, os manuscritos, no entanto, mantiveram o anonimato.

Um dos panfletos manuscritos utilizados nesta pesquisa, produzido no Rio de Janeiro, em 1821, apresenta o trecho “Na Impressão Régia da N.”¹⁷⁰ no final do texto, o que sugere que o material tenha sido encaminhado para Impressão Régia. O fato de um dos manuscritos ter sido enviado à Impressão Régia abre espaço para outra possibilidade no estudo desses panfletos: parte do material trabalhado nesta pesquisa pode consistir na versão manuscrita de textos que foram impressos posteriormente. Apesar de ser uma hipótese viável, alguns panfletos apresentam características ou informações que dificilmente seriam impressas. Alguns eram muito curtos, como um que circulou no início de 1821: “Heróis da Bahia, levantai vossas cabeças: não vedes o exemplo de Portugal? Que fazeis vós?”¹⁷¹.

¹⁶⁹ NEVES, L. B. P., *Corcundas e constitucionais* – A cultura política da Independência (1820 – 1822), p. 40.

¹⁷⁰ AHI – lata 195, maço 6, pasta 2.

¹⁷¹ AHI – lata 195, maço 1, pasta 7

Difícilmente um texto com essas dimensões seria enviado para impressão, o que possibilita apontar que os panfletos mais curtos e diretos provavelmente eram produzidos para que pudessem circular de maneira mais rápida entre os leitores. Além disso, é provável que as listas de nomes dos ministros que deveriam ser afastados do governo também não chegassem à imprensa. Outros panfletos que dificilmente seriam impressos são aqueles que ridicularizavam o rei, chamando-o de papa-açorda ou toleirão, e aqueles que utilizam uma linguagem de ameaça diante do monarca como, por exemplo, “se a este aviso o rei não cede, às armas cederá o seu poder inerte”. Os autores da obra “Às armas, cidadãos!” relacionam a linguagem violenta de alguns manuscritos a sua origem popular¹⁷², no entanto o panfleto citado acima que foi enviado à Impressão Régia é iniciado com o trecho “Às armas portuguesas às armas amantes da vossa nação”. A menção à utilização da violência em um panfleto que foi impresso demonstra que a associação entre violência e origem popular não é muito adequada. Durante o período de atuação da censura seria inviável a impressão de um texto com teor violento, por isso é provável que o panfleto tenha sido escrito posteriormente ao fim da censura prévia, em vinte e oito de agosto de 1821.

Se a confirmação sobre a autoria ainda apresenta imprecisões, ao contrário de afirmar que os manuscritos e os impressos foram escritos pelos mesmos indivíduos é possível questionar por que seriam os mesmos autores. Da mesma forma que é difícil afirmar que os dois veículos foram escritos por sujeitos distintos, também não é uma tarefa fácil comprovar que foram os mesmos autores. O ponto central deste trabalho não é identificar a autoria, mas sim demonstrar que a democratização das discussões políticas não era controlada pelos letrados e a formação de um espaço público de debate contou com a participação de diferentes sujeitos. A questão não é relacionar os impressos aos letrados e os manuscritos a outros grupos sociais, mas sim compreender que os diversos materiais produzidos no cenário do movimento constitucionalista circulavam e atingiam diferentes setores. Mesmo que tanto os impressos como os manuscritos tenham sido escritos pelos mesmos autores, não é possível excluir a possibilidade de esses textos terem alcançado os diversos grupos que compunham a sociedade do Reino do Brasil.

¹⁷² CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.), *Às armas, cidadãos!*, p. 24.

Ao atingirem os diferentes grupos, os panfletos poderiam ser interpretados e apropriados de inúmeras maneiras. Como explica Paul Ricoeur:

Por um lado, é a autonomia semântica do texto que abre o âmbito de leitores potenciais e, por assim dizer, cria o auditório do texto. Por outro, é a resposta do auditório que torna o texto importante e, por conseguinte, significativo. (...) Faz parte da significação de um texto estar aberto a um número indefinido de leitores e, por conseguinte, de interpretações. Esta oportunidade de múltiplas leituras é a contrapartida dialética da autonomia semântica do texto.¹⁷³

Qualquer material escrito apresenta uma “autonomia semântica” que consiste na possibilidade de elaborar, diante de um mesmo texto, diferentes caminhos para sua interpretação. São os leitores que, a partir das significações construídas, atribuem um sentido e uma importância ao texto, em outras palavras, um material escrito só está completo a partir do momento que entra em contato com seus leitores. Os panfletos que circularam nos primeiros anos da década de 1820, portanto, só ganharam relevância quando chegaram às mãos ou ouvidos dos homens que viviam no período, sendo recebidos de diferentes maneiras. É a existência dessa “autonomia semântica” que possibilita indicar a postura ativa que os diferentes grupos sociais do Reino do Brasil apresentaram no cenário do movimento constitucionalista, relativizando a ideia de imposição de valores e ideias por parte dos letrados.

Como já foi explicado no segundo capítulo, o controle e a imposição das ideias que circulavam eram defendidos pelos letrados, representando, assim, um dos diferentes pontos de vista existentes no período estudado, como é possível notar no trecho a seguir, retirado do periódico *Volantim* e apresentado no início deste capítulo:

No meio do pélago imenso de tantas, e tão encontradas opiniões, quais as que hoje aparecem, e que são consequências infalíveis das grandes mudanças políticas; é um dever do Cidadão, que escreve dirigir a opinião pública, e leva-la, como pela mão, ao verdadeiro fim da felicidade social¹⁷⁴

Essa perspectiva representava o desejo dos letrados, no entanto, a “autonomia semântica” dos panfletos, assim como dos outros textos que discutiam

¹⁷³ RICOEUR, P., *Teoria da Interpretação*, p. 43.

¹⁷⁴ “Extraído do número 1 do Conciliador Nacional de Pernambuco” apresentado em *O Volantim*. N. 13, 16 de setembro de 1822.

as possíveis transformações no regime político, permitia que fossem construídas diferentes formas de interpretação. Como afirmou Marco Morel, “no tocante ao processo de Independência, a etiqueta de ‘elitismo’ parece não dar mais conta da conta da complexidade destes fatores.”¹⁷⁵, ou seja, os diversos aspectos que envolvem o estudo sobre emancipação e construção de um espaço público são tão relevantes que atribuir aos letrados e aos grupos dirigentes o controle desse processo elimina os diferentes caminhos de pesquisa sobre o assunto. Ao tratar do estabelecimento de relações entre clivagens culturais e hierarquias sociais, Roger Chartier afirma que “a oposição macroscópica entre popular e letrado perdeu sua pertinência”¹⁷⁶. Dessa maneira, para que os estudos sobre o crescimento das discussões políticas nos primeiros anos da década de 1820 sejam enriquecidos é necessário abandonar classificações macroscópicas e mergulhar nos aspectos muitas vezes ocultos, mas que revelam a multiplicidade de caminhos para a reflexão sobre o tema.

¹⁷⁵ MOREL, M., *As transformações dos espaços públicos*, p. 218.

¹⁷⁶ CHARTIER, R., *A História Cultural. Entre práticas e representações*, p. 134.

5. Conclusão

Este trabalho procurou esclarecer a relevância dos panfletos manuscritos na construção de um espaço público e no desenvolvimento de uma opinião pública ao longo dos primeiros anos da década de 1820, no Reino do Brasil. O período entre o final do século XVIII e o início do século XIX foi marcado pela destruição das estruturas do Antigo Regime e pela construção de uma nova cultura política que possibilitou profundas transformações nas formas de comunicação e no vocabulário, como foi analisado ao longo da dissertação através do estudo sobre o conteúdo dos panfletos.

Um dos pontos que impulsionou a pesquisa foi a escassez de trabalhos sobre os manuscritos. Esses documentos possibilitam a compreensão de diferentes aspectos sobre a construção de um espaço público de discussão dissociado do Estado e, até o momento, não foram estudados exaustivamente pelos historiadores. Dessa forma, esta pesquisa tem como um dos seus objetivos a construção de um campo de estudos sobre os panfletos manuscritos.

Uma importante contribuição desta dissertação é apontar que o crescimento das discussões políticas contou com a participação de indivíduos de diferentes origens sociais, sem se restringir apenas aos grupos dirigentes. Ao longo do trabalho foi demonstrado que, a partir do momento em que as discussões cresceram, as ideias discutidas alcançaram diversos grupos sociais e foram apropriadas de maneiras distintas, possibilitando a construção de inúmeros posicionamentos diante do movimento constitucionalista.

Por se tratar de uma dissertação de Mestrado, não foi possível esgotar todas as possibilidades de análise desse material, no entanto, este trabalho abre espaço para a elaboração de futuras pesquisas. Um dos caminhos para prosseguir o estudo sobre esse material é procurar outros exemplares, além de documentos que façam alguma referência a esses panfletos. Encontrando outros textos que façam menção a esses panfletos, é possível aprofundar questões referentes à autoria, às ideias apresentadas e ao vocabulário utilizado.

Outro caminho para dar prosseguimento às pesquisas sobre os manuscritos é realizar uma comparação com os panfletos impressos no que diz respeito às

reivindicações apresentadas em cada material e à linguagem utilizada. Desenvolvendo e aprofundando essa comparação, haveria a possibilidade de esclarecer a questão da provável autoria diferenciada dos manuscritos e dos impressos, além do alcance dos dois tipos de panfleto.

Além disso, outra pesquisa possível seria uma comparação com os manuscritos que circularam em outras regiões como, por exemplo, Portugal. Nesse caso, poderiam ser analisadas as diferentes exigências ao longo do processo revolucionário, compreendendo o posicionamento dos portugueses europeus e dos portugueses americanos. Também há a possibilidade de realizar um trabalho comparativo com os panfletos que circularam por algumas regiões da América espanhola durante os diversos processos de emancipação, procurando identificar as distintas exigências em cada região.

Os caminhos a serem seguidos são muitos e os que foram apresentados representam apenas uma pequena parcela. Como foi explicado ao longo do trabalho, os panfletos manuscritos possibilitam a elaboração de diversas formas de análise levando em conta o verossímil e o possível apresentados por esse material. O que, em um primeiro momento, pode parecer uma lacuna deixada pela documentação, como a ausência de datas ou de seus autores, deve funcionar como um incentivo para o aprofundamento das pesquisas. Os “talvez”, “é possível” e “tudo indica”, no lugar de serem eliminados, devem ser incorporados e experimentados pelos historiadores, viabilizando a elaboração de diferentes interpretações sobre a construção de um espaço público no cenário da emancipação do Reino do Brasil e enriquecendo o debate historiográfico sobre o assunto.

6. Referências bibliográficas

6.1 Fontes

6.1.1 Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Itamaraty

Coleções especiais. Documentação do Ministério anterior a 1822:

AHI - lata 195, maço 1, pasta 5.

AHI - lata 195, maço 1, pasta 6.

AHI - lata 195, maço 1, pasta 7.

AHI - lata 195, maço 6, pasta 2.

AHI - lata 195, maço 6, pasta 13.

AHI - lata 204, maço 2, pasta 17.

Arquivo Nacional:

Gabinete D. João VI:

Pasta 127-2008

Biblioteca Nacional:

Divisão de manuscritos - Coleção Augusto de Lima Junior:

I-33,30,040: Versos contra o governo D. João VI

I – 33, 29, 16: Cailhé de Geine, *Memorial e notas explicativas sobre um projeto para um regime liberal*, 15 de dezembro de 1820.

II – 33, 22, 54, número 3: *Cartas ao intendente geral da polícia sobre a insurreição na Bahia*.

6.1.2 Fontes impressas e digitais

Cailhé de Geine. “Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils dans les circonstances presentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?”, novembro

de 1820. Disponível em:
<https://ia600609.us.archive.org/27/items/leroietafamilie00gein/leroietafamilie00gein.pdf>. Acesso: setembro de 2013.

Declaração de Independência dos Estados Unidos, 4 de julho de 1776. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vport.html. Acesso: Outubro de 2013.

Diário do Rio de Janeiro. N. 105, 12 de maio de 1823. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=094170_01. Acesso: setembro de 2013.

O Volantim. N. 13, 16 de setembro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700410>. Acesso: setembro de 2013.

O Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense. N. 1, 5 de janeiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700371>. Acesso: setembro de 2013.

O Conciliador do Reino Unido. N. 1, 1º de março de 1821; n. 4, 31 de março 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700193>. Acesso: setembro de 2013.

O papagaio. N. 12, 8 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=700495>. Acesso: setembro de 2013.

Revérbero Constitucional Fluminense. N. 1, 15 de setembro 1821 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=700223>. Acesso: setembro de 2013; n. 19, 19 de março de 1822.

Semanário Cívico. N. 10, 3 de maio de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702870>. Acesso: setembro de 2013.

6.2 Livros

BAKER, Keith M. (ed.). **The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture: The Political Culture of the Old Regime**. Oxford: Pergamon, 1989.

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: EDUSP: Kosmos, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). **Às armas, cidadãos!**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002.
- _____. **A História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Poesia e política**. Redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Ideias políticas**: cartas sobre a revolução do Brasil, memórias políticas sobre os abusos gerais, manual do cidadão em um governo representativo. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1976.
- FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.
- JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MORAES E SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

_____. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Corcundas e constitucionais** – A cultura política da Independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

_____(org.). **Livros e Impressos**. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

_____; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Dicionário do Brasil joanino 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PEREIRA, Ângelo. **D. João VI: príncipe e rei**. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1953

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2000.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SAINTE- HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-do-rio-de-janeiro-a-minas-gerais-e-a-sao-paulo-1822>>. Acesso: outubro de 2013.

_____. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/pagina/431>>. Acesso: outubro de 2013.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil -Tomo II**. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

_____. **Movimento constitucional e separatismo no Brasil 1821-1823**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

SHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Alberto da Costa (coord.). **Crise colonial e independência. 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil: até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/INL, 1972.

6.3 Capítulos de livros:

ARENDT, Hannah. “Que é autoridade?”. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 127-187.

_____. “A busca da felicidade”. In: **Da Revolução**. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Ática, 1988. p. 92-112.

BAKER, Keith M. Public opinion as political invention. In: **Inventing the French Revolution**. Nova York: Cambridge University Press, 1990, p. 167-199.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierr e SIRINELLI, Jean François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363

CHARTIER, Roger. Opinion publique et propagande em France. In: VOVELLE, Michel (org.). **L'image de la Revolution Française**. Vol. IV. Paris: Pergamon, 1989-90, p. 2345-2356.

FARGE, Arlette. “Da opinião pública”. In: **Lugares para a História**. São Paulo: Autêntica, 2011. p. 109-132.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. O que liam os cariocas no século XIX?. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2053-1.pdf>>.

Acesso: julho de 2013.

GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de <<Il ritorno de Martin Guerre >> de Natalie Zemon Davis”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 179-202.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: **História geral da civilização brasileira: O Brasil monárquico. O processo de emancipação**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962. p. 9-39.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.), **História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa**, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 387-437.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?”. In: **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100-117.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos del tiempo. In: **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Paidós, 2001, 35-42.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Transmigrar: nove notas a propósito do Império do Brasil”. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 97- 115.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: JÚNIOR, João Feres; JASMIM, Marcelo (orgs.). **História dos Conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2007. p. 39-53.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia. In: **Negociação e conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

6.4 Artigos

BARBOSA, Marialva Carlos. A Gazeta e os sistemas de comunicação do Rio de Janeiro do início do século XIX. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.3, p.125-13, 2009.

BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 91-130, set. 2001.

DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade da informação: As notícias e a mídia em Paris no século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 25, p.9-51, Jul. 2001.

GAIO, Gêssica Góes Guimarães Gaio. Sattelzeit: modernidade e História. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 1, n. 2, p. 1-8, dez. 2009.

Disponível em:

<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.%20Sattelzeit.%20modernidade%20e%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso: julho de 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros. **Almanack Braziliense**, n.1, maio 2005. p. 8-26. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11601/13370>>. Acesso: julho de 2013.

MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. **Topoi**. Rio de Janeiro, p. 39-58, mar. 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**. Rio de Janeiro, ago. 1999. p. 1-17.

PIMENTA, João Paulo G.. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista Digital de História Iberoamericana**, n. 1, v. 1, p. 70-105, 2008. Disponível em:

<http://revistahistoria.universia.cl/pdfs_revistas/articulo_83_1224649242546.pdf>. Acesso: julho de 2013.

ROSSI, Ana Helena. A construção da opinião pública na França no início do século XIX. **Textos de História: revista do programa de pós-graduação em história da UnB**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 111-130, 1994.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, vol. 2, p. 1-52, 1978-1979.